Planeja+

PROGRAMA MACRORREGIONAL DE APOIO AO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Versão consolidada — janeiro de 2025

Parmis

A REALIZAÇÃO DO PLANO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DA MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS (PARMIS) É UMA MEDIDA DE MITIGAÇÃO EXIGIDA PELO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL, CONDUZIDO PELO IBAMA.

Equipe técnica do PARMIS

Coordenação Geral
Tatiana Walter
Patricia Tometich
Naila de Freitas Takahashi
Ederson Pinto da Silva

Docentes
Cristiane Simões Netto Costa
Gracieli Trentin
Márcia Borges Umpierre
Liandra Peres Caldasso

Coordenação Técnica
Bianca Caetano
Juliana Hubner
Leon Barreto Gonçalves Rosa
Franciely Frasseto Delomo Ledesma
Tanize Dias
Melissa Orestes

Pesquisadores(as)
Amanda Coelho Alfaia
Ana Paula Bork
Augusto Gowert Tavares
Carlos Eduardo Albuquerque
Clara Mara Gonçalves Chaves
Francisco Muenzer Soares
Frederico Ribeiro Seus
Giovani Höber Ghiggi
Gisele Costa Fredo
Indira Ávila dos Santos
Jordana Belem Rodrigues
Juliana Fonseca Oliveira de Melo
Juliane da Costa Teixeira
Laís da Silva Almeida
Lara Mattos Martins
Letícia Hanna dos Santos Falcão
Lucas Lins Costa
Marília Silva da Costa
Maryanna Oliveira Pozenato
Matthews Rocha Mello
Micael Vicente Quinn
Nahome Paz Azevedo dos Santos
Nair Borges Avila
Natália Barreto Gonçalves Rosa
Patricia de Araujo Silva
Rafaella Peglow Bulbolz
Roberto Caldeira Lopes
Vania Pierozan
Venine Oliveira dos Santos
Vera Timm Jeske

Participantes das Oficinas PARMIS

Ao lado do nome do(a) participante[1], quando da ausência em uma das três oficinas, está indicado em qual ou quais oficinas esteve presente. A ausência de menção específica indica que o participante esteve presente em todas as oficinas.

Anderson de Souza Vicente
Analista Ambiental da COPROD/IBAMA

Bruno Teixeira
Analista Ambiental da COPROD/IBAMA

Carlos Eduardo Martins Silva (1 e 2)
Analista Ambiental da COPROD/IBAMA

Cecília Gonçalves Barbosa
Analista Ambiental da COPROD/IBAMA

Julio Cesar Silva Dias
Analista Ambiental da COPROD/IBAMA

Lilian Maria Menezes Lima (1)
Analista Ambiental da COPROD/IBAMA

Patrícia Rodin
Analista Ambiental da COPROD/IBAMA

Dagma Ferreira Pontes
Equipe técnica do NEA-BC

Emanuelle Spironello (3)
Equipe técnica do PEA Rendas do Petróleo

Eliza Maria Lopes Barbosa
Equipe técnica do PEA Rendas do Petróleo

Isabela Mariz Pereira de Araújo
Equipe técnica do PEA Rendas do Petróleo

Kamila Louzada Rangel
Equipe técnica do PEA Rendas do Petróleo

Luís Eduardo Guerra Domingos Nogueira
Equipe técnica do PEA Rendas do Petróleo

Luiz Patrício Cintra do Prado Filho
Equipe técnica do PEA Rendas do Petróleo

Rodolfo Victório Carvalho Guido (1 e 2)
Equipe técnica do PEA Rendas do Petróleo

João Vitor Pavão Leite de Oliveira
Equipe técnica do PEA Territórios do Petróleo

[1] Legenda: (1) - esteve presente na 1ª Oficina PARMIS; (2) - esteve presente na 2ª Oficina PARMIS e; (3) - esteve presente na 3ª Oficina PARMIS.

Fabiana de Arruda Resende Reis
Equipe técnica do NEA-BC

Isroberta Rosa Araujo
Equipe técnica do NEA-BC

Sandra Rangel de Souza Miscali
Equipe técnica do NEA-BC

Sara Andrade
Equipe técnica do NEA-BC

Michelle Nascimento Weissmann da Silva
Equipe técnica do PEA Territórios do Petróleo

Wagner Nunes Firmino
Equipe técnica do NEA-BC

Iargo de Souza Santos
Equipe técnica do PEAC

Jorge Edson Santos
Equipe técnica do PEAC

Marcelo Carlos Gantos (1)
Equipe técnica do PEA Territórios do Petróleo

Maria da Conceição Pavão Leite de Oliveira
Equipe técnica do PEA Territórios do Petróleo

Nathally da Silva Carvalho
Equipe técnica do PEA Territórios do Petróleo

Silvia Alicia Martinez (1)
Equipe técnica do PEA Territórios do Petróleo

Graziela da Silva Rocha Oliveira
Petrobras

Michelle Santos Souza (1)
Petrobras

Sérgio de Souza França Júnior
Petrobras

Simone Mutran Coimbra Pinheiro Borges
Petrobras

Suéllem Araujo Cunha Chaves
Petrobras

Luís Sávio Barreto Alves de Sousa (3)
Petrobras

Representações Institucionais nas Oficinas

Trident Energy do Brasil Ltda.

Ana Paula Coelho
Gerente de Meio Ambiente da Trident Energy do Brasil Ltda.

Carolina Gouvêa
Engenheira de SMS da Trident Energy do Brasil Ltda.

Emily Farias
Gerente de HSE da Trident Energy do Brasil Ltda.

IBAMA

Patrícia Maggi
Coordenadora e Analista Ambiental da COPROD/IBAMA

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Danilo Giroldo
Reitor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Sumário

Apresentação 7
1. Justificativa 13
2. Participantes do programa 18
3. Abrangência do programa 19
4. Objetivos 21
5. Detalhamento Metodológico do programa 23
6. Periodicidade de avaliação do programa 37
7. Indicadores 39
8. Referências 41

Apêndice 1 - Projeto de Educação Ambiental (PEA) 45
Apêndice 2 - Projeto de Ação na Gestão pública (PAG) 50
Apêndice 3 - Projeto de Comunicação Social (PCS) 56
Apêndice 4 - Projeto de Gestão e Pesquisa (PGP) 60
Apêndice 5 - Diretrizes específicas para execução dos projetos durante a primeira fase considerando o processo de transição dos atuais PEA para o programa 68
Apêndice 6 - Marco Lógico para elaboração do programa 72
Apêndice 7 - Matriz de Aderência dos Projetos aos objetivos 75
do programa 75
Apêndice 8 - Indicadores do programa 82
Apêndice 9 - Glossário 99

Lista de quadros

Quadro 1: Municípios que compõem a área de abrangência do programa por região (p. 19)

Quadro 2: Caracterização das funções e relações de cada componente do programa (p. 30)

Quadro 3: Arranjo organizacional dos colegiados (p. 33)

Quadro 4: Eventos a serem realizados na primeira fase do Programa (p. 37)

Lista de figuras

Figura 1: Interface do Planeja+ com os demais eixos do Plano Macro (p. 8)

Figura 2: Processo de consolidação do programa (p. 11)

Figura 3: Objetivos e hierarquia da mitigação (p.16)

Figura 4: Principais impactos e fatores de vulnerabilização socioambiental que o Programa visa mitigar (p. 17)

Figura 5: Área abrangência do programa (p. 19)

Figura 6: Dimensões do Planeja+ (p. 23)

Figura 7: Instrumentos de Planejamento e gestão do programa (p. 24)

Figura 8: Proposta de estrutura organizacional do programa (p. 30)

Figura 9: Conjuntos de indicadores do Programa (p. 39)

Lista de siglas

CGMAC - Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
COPROD ou COPROD/IBAMA – Coordenação de Licenciamento Ambiental de Produção de Petróleo e Gás *Offshore*
DCP – Diagnóstico de Comunicação do Programa
DCR – Diagnóstico de Comunicação Regional
DILIC - Diretoria de Licenciamento Ambiental (IBAMA)
EA – Educação Ambiental
FOCO – Fortalecimento da Organização Comunitária
FURG - Universidade Federal do Rio Grande
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
MARéSS - Mapeamento em Ambiente, Resistência, Sociedade e Solidariedade
MMA - Ministério do Meio Ambiente

NEA-BC – Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos
NT N° 01/2010 – Nota Técnica nº 01/2010
PAG – Projeto de Ação na Gestão Pública
PAGM – Plano de Ação na Gestão Pública Municipal
PAGRJ – Plano de Ação na Gestão Pública do Estado do Rio de Janeiro
PARMIS – Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais
PCG – Plano de Comunicação Geral do Programa
PCR – Planos de Comunicação Regionais
PCS – Projeto de Comunicação Social
PEA – Projetos de Educação Ambiental
PGP – Projeto Gestão e Pesquisa
Planeja+ – Programa Macrorregional de Apoio ao Planejamento Participativo de Políticas Públicas
Plano Macro - Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural
PMAIS – Programa Macrorregional de Avaliação de Impactos Socioambientais
PMCRP – Programa Macrorregional de Caracterização das Rendas Petrolíferas
PMCS – Programa Macrorregional de Comunicação Social
PNR – Participantes Não-Remunerados
PPA – Plano Plurianual
PPP – Plano Político-Pedagógico
PR – Participantes Remunerados
QUIPEA - Quilombos no Projeto de Educação Ambiental
RAP – Relatórios Audiovisuais do Programa
REMA – Rede de Estudos para o Meio Ambiente
RI – Regimento Interno (do Conselho Gestor)
SAE – Sujeitos da Ação Educativa
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SIG – Sistema de Informação Gerencial

Apresentação

O documento em tela apresenta a versão consolidada do Programa Macrorregional de Apoio ao Planejamento Participativo de Políticas Públicas — Planeja+. Sua concepção se dá no âmbito do Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural (Plano Macro), instituído pela Instrução Normativa nº 14/2023 do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O Plano Macro tem como objeto o monitoramento e mitigação de impactos socioambientais cumulativos e sinérgicos sob uma perspectiva territorializada. Assim, sua implementação é organizada em quatro eixos: i) Eixo 1 - Caracterização; ii) Eixo 2 - Avaliação integrada; iii) Eixo 3 - Comunicação; e iv) Eixo 4 - Atuação. A divisão em eixos é de natureza conceitual, já que o Plano tem como dinâmica a articulação e integração entre todos os programas[2].

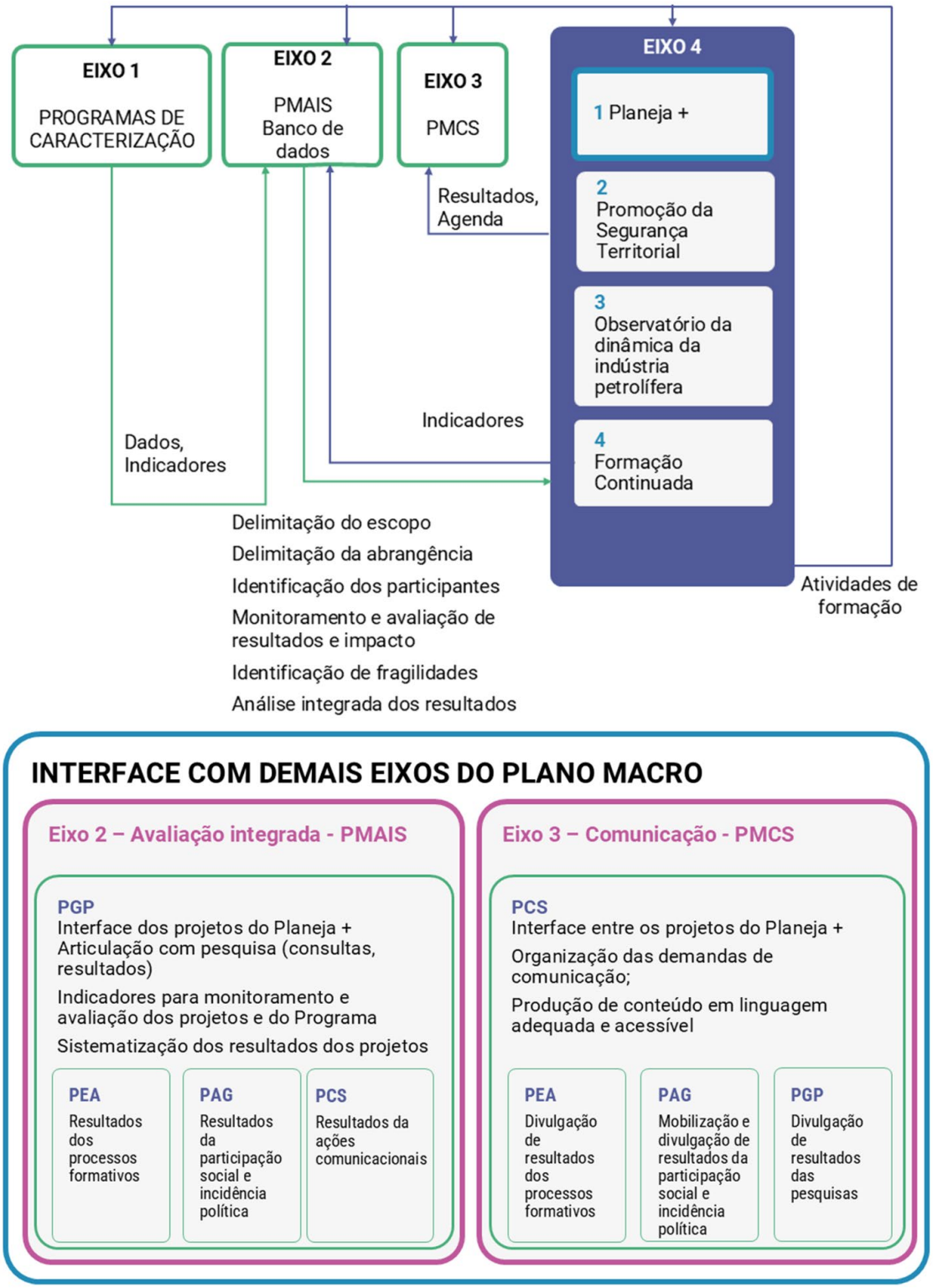
É neste contexto do Plano Macro em que se insere os esforços do projeto de pesquisa "Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação dos Impactos Socioambientais" (PARMIS[3]), especificamente no Eixo 4, com vistas à proposição de programas macrorregionais de atuação como o Planeja+. Para além do eixo no qual o Programa vem sendo concebido, são estabelecidas relações de articulação com os demais eixos do Plano Macro, principalmente ao que se refere à temática do Programa. Sendo assim, a relação com o Eixo 1 ocorre à medida em que os resultados da caracterização sistemática de impactos socioambientais da indústria petrolífera subsidiarão o direcionamento das ações de mitigação sobre os efeitos adversos da indústria petrolífera nos territórios, cuja articulação se dá de forma direta ao Programa Macrorregional de Caracterização das Rendas Petrolíferas (PMCRP). Com o Eixo 2, a interface ocorre a partir da disponibilização e acesso ao banco de dados que congregam informações da caracterização e monitoramento dos impactos, permitindo a análise acerca dos impactos sinérgicos e maior diretividade em relação à efetividade do Programa sobre a mitigação dos impactos. Entretanto, trata-se de um processo dialógico, em que o programa recebe subsídios dos dados e análises oriundas dos Eixos 1 e 2 e retroalimenta o Eixo 2 com dados do Programa. No que se refere ao Eixo 3, que trata das ações de comunicação social, a relação está na divulgação de análises regionais sobre os impactos, sobre os processos de mitigação e a manutenção de canais remotos e presenciais de acesso público a informações. Sendo assim, a relação se estabelece tanto na publicização das ações do Eixo 4, quanto no acesso a informações dos demais eixos e respectivos programas do Plano

[2] O detalhamento sobre o processo de constituição do Plano Macro se encontra no Documento 2-3 (SEI nº 16534158) disponível em: Documento 2-3 PARMIS.

[3] O projeto de pesquisa "Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (PARMIS)" foi exigido como condicionante da Licença de Operação nº 1572/2020, 1ª. retificação, concedida à Empresa Trident Energy do Brasil Ltda. para o sistema de produção, coleta e escoamento de petróleo e gás natural dos polos Pampo e Enchova, campos de Badejo, Bonito, Bicudo, Enchova, Enchova Oeste, Linguado, Marimbá, Pampo, Piraúna e Trilha, na Bacia de Campos.

Macro, igualmente sob uma perspectiva dialógica. A figura 1 apresenta a síntese do Plano Macro, contendo a interface do programa aqui descrito com os demais eixos do plano.

Figura 1: Interface do Planeja+ com os demais eixos do Plano Macro



Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

A segunda fase do PARMIS[4] apresenta relação direta com os resultados obtidos na fase anterior do projeto (Fase 1), a qual foi realizada entre os anos de 2021 e 2024, dedicando-se à pesquisa-ação voltada para a revisão da Nota Técnica nº 01/2010 (NT N° 01/2010)[5]. Naquele momento, tinha-se como objetivo identificar a intencionalidade da nota técnica na mitigação de impactos socioambientais da cadeia produtiva de petróleo e gás. Foram interlocutores(as) da pesquisa, por meio de diferentes estratégias de coleta de dados: i) coordenadores(as) técnicos(as) dos PEA[6], ii) representantes das empresas petrolíferas, iii) sujeitos(as) da ação educativa (participantes dos projetos), iv) educadores e educadoras ambientais dos PEA, v) analistas ambientais da COPROD/IBAMA e iv) equipe técnica do PARMIS. Ainda, a fim de complementação, foram considerados dados do projeto Impactos na Pesca[7] e realizadas visitas em campo para observação.

Foi a partir da fase 1 do PARMIS que iniciou a proposição de quatro dos cinco programas macrorregionais do Eixo 4, sendo eles: um programa macrorregional voltado a contribuir para a mitigação da dependência orçamentária dos municípios em relação às rendas petrolíferas, em especial buscando fortalecer o controle social; um programa macrorregional direcionado para a segurança territorial das comunidades pesqueiras; um programa macrorregional focado na dinâmica da indústria petrolífera e; um programa macrorregional de formação das equipes técnicas do Plano Macro. O quinto programa macrorregional, de educação ambiental dos(as) trabalhadores(as) das operadoras petrolíferas, que também integra o Eixo 4, não está sendo delineado no escopo do PARMIS.

Em sua segunda fase, iniciada em abril de 2024, o PARMIS tem como centralidade dar continuidade ao processo de aprimoramento da gestão da mitigação dos impactos socioambientais da indústria do petróleo e gás natural, assim como detalhar o programa macrorregional voltado a contribuir para a mitigação da dependência orçamentária dos municípios em relação às rendas petrolíferas, o Planeja+.

O aparato metodológico do Programa foi processualmente aprofundado durante os debates ocorridos em três oficinas do PARMIS envolvendo analistas ambientais do IBAMA, integrantes da equipe técnica dos Projetos de Educação Ambiental, os quais

[4] Plano de Trabalho do PARMIS - Fase II (SEI nº 18429879).

[5] Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás.

[6] NEA-BC, Territórios do Petróleo, Costa Verde, Observação, QUIPEA, FOCO, REMA, Pescarte.

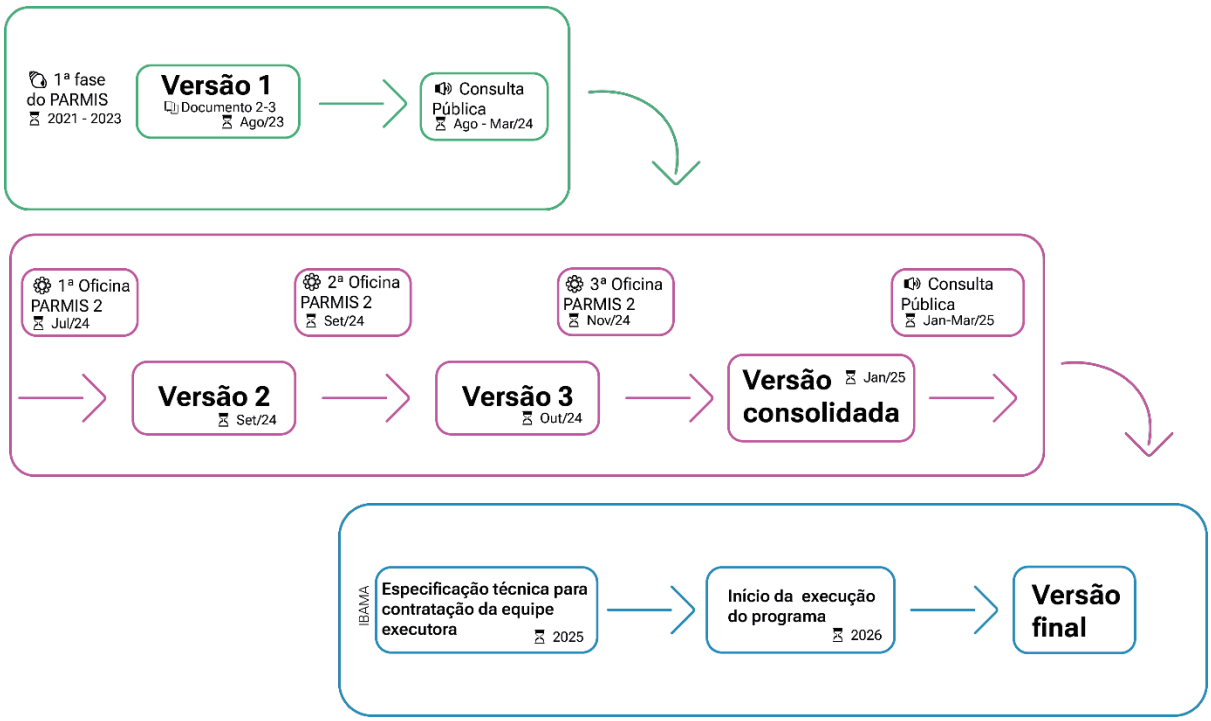
[7] O Projeto "Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro", se propôs analisar diversos aspectos relacionados à implantação e operação de atividades petrolíferas no litoral fluminense, desde os impactos e conflitos que afetam as comunidades pesqueiras artesanais, até procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental, com a proposição de aprimoramento destes.

atuam na temática do programa, e técnicos das empresas que acompanham tais projetos. Assim, a construção do texto consolidado considerou: i) a 1ª versão do Planeja+, descrita no Documento 2-3 de julho de 2023, a qual foi encaminhada à Consulta Pública; ii) os resultados da 1ª Oficina do PARMIS, realizada entre 01 e 05 de julho de 2024; iii) proposições prévias aos debates da 2ª e 3ª Oficinas, cujo intuito foi avançar nas contribuições e em pontos não suficientemente elucidados, em diálogo com expectativas dos(as) diversos(as) participantes da oficina; iv) os resultados da 2ª Oficina oriundos dos debates e também de contribuições enviadas pelos(as) participantes após a oficina e; v) os resultados da 3ª Oficina que além de detalhar os elementos operacionais do programa com vistas a subsidiar a especificação técnica, contribuíram para o aprimoramento da versão consolidada.

Cabe destacar que, para além do acúmulo pretérito, o processo de planejamento das oficinas e construção do texto foi mediado por dois Pareceres Técnicos do IBAMA. O Parecer Técnico nº 92/2024-Coprod/CGMac/Dilic apresentou as diretrizes para a elaboração do Programa, sendo fundamental para a definição da estratégia metodológica de realização das oficinas e da organização estrutural do Programa nos níveis estratégicos, táticos (projetos) e operacionais. Já o Parecer Técnico nº 394/2024-Coprod/CGMac/Dilic, com base no amadurecimento do processo, especialmente após a realização da primeira e segunda Oficinas, apresentou recomendações que resultaram na reorganização da terceira Oficina, bem como diretrizes para o alinhamento em relação a alguns pontos do texto, estabelecendo ainda o conjunto de produtos previstos para a primeira fase de execução do Programa. Ademais, este parecer consubstancia os elementos que orientam a justificativa do Programa, o perfil dos participantes que possibilitam qualificá-lo a partir de seu amadurecimento ao longo do tempo. Por fim, o Parecer Técnico nº 482/2024-Coprod/CGMac/Dilic apresentou um conjunto de considerações e recomendações de adequações no texto final, antes do envio à Consulta Pública.

No que tange ao processo das oficinas, as etapas foram orientadas por versões preliminares do programa (Figura 2), estabelecendo certa concretude aos debates, dando origem à versão consolidada. Cabe destacar que a elaboração da versão final, cujo amadurecimento se dará articulando execução às contribuições da 2ª consulta pública, é de atribuição da executora do programa.

Figura 2: Processo de consolidação do programa.



Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

Como resultado do processo de construção do Programa, o documento em tela apresenta Justificativa, Participantes do Programa, Abrangência do Programa, Objetivo Geral, Objetivos Específicos. Todos esses componentes estavam presentes na 1ª versão do documento e foram amadurecidas a partir das contribuições da Consulta Pública e do processo participativo desenvolvido nas oficinas. Já o item Detalhamento Metodológico foi elaborado a partir das oficinas, considerando os resultados da pesquisa realizada na 1ª fase e em diálogo com os (as) participantes. Esse item foi estruturado considerando três perspectivas complementares. A primeira envolve a estrutura executiva do Programa, com inclusão de quatro projetos integrados: i) Projeto de Educação Ambiental (PEA); ii) Projeto de Ação na Gestão Pública (PAG); iii) Projeto de Comunicação Social (PCS) e; iv) Projeto Gestão e Pesquisa (PGP). Cada um desses projetos foi detalhado em apêndices (1, 2, 3 e 4), em que são apresentados: i) suas premissas orientadoras; ii) objetivos geral e específicos do projeto; iii) inter-relação com os demais projetos e; iv) diretrizes para elaboração e execução dos planos de trabalho. Especificamente no caso do PGP, foi introduzido um item inicial de apresentação do projeto. Além disso, com o intuito de apresentar as especificidades em relação à 1ª fase do programa, que possui caráter transitório em relação aos atuais PEA, envolvendo a elaboração dos instrumentos de planejamento e gestão do programa, foi elaborado o Apêndice 5.

A segunda perspectiva volta-se às diretrizes que são necessárias à execução do Programa em sua totalidade. Elas são transversais a todos os projetos e devem ser

consideradas no momento da elaboração dos planos de trabalho. A terceira e última perspectiva discorre sobre a estrutura organizacional do Programa, contendo as atribuições de cada componente e a inter-relação entre elas.

Na sequência do Detalhamento Metodológico, é descrita a periodicidade de avaliação do Programa. Por sugestão dos (das) participantes, o item foi reescrito e estruturado de forma sistêmica, demonstrando o esforço de avaliação, e de responsabilidade das atividades do PGP. Já o item Indicadores de Avaliação e Monitoramento segue similar àquele proposto na Versão 1 do documento, pois ao longo das oficinas, considerou-se mais adequado seu refinamento ser realizado pela equipe executora do Programa. Nesse sentido, as contribuições realizadas no âmbito da Consulta Pública e aquelas sugeridas individualmente pelos (as) participantes quando da leitura do documento se encontram sistematizadas como parte do Apêndice 5, dado que têm vínculo com atividades a serem desenvolvidas na 1ª fase do Programa.

No mais, a fim de visualizar a interface entre os: objetivos (geral e específicos), impactos e fatores de vulnerabilização socioambiental a serem mitigados, projetos e blocos de indicadores, foi elaborado um marco lógico, que está descrito no Apêndice 6. Ainda, com a intenção de demonstrar a aderência entre os objetivos específicos do programa e dos projetos, foi organizada uma matriz descrita no Apêndice 7. No que se refere ao detalhamento acerca da coleta de dados para formulação dos indicadores, que neste momento são reproduzidos a partir da versão inicial do Planeja+, estes se encontram descritos de forma detalhada no Apêndice 8. Por fim, destaca-se que para melhor elucidar significados e conceitos amplamente utilizados no programa, os termos destacados em laranja se encontram no Glossário (Apêndice 9).

Cabe explicitar que o conteúdo do item “Relação com os demais Eixos do Plano Macro” foi reorganizado e incorporado nesta Apresentação. O item “Relação com os demais programas do Eixo 4” foi suprimido, dado que esta relação será amadurecida quando do detalhamento dos demais programas. Ambos os itens eram parte do Documento 2-3 que trazia a 1ª versão do Programa.

Por fim, importante explicitar que este documento será submetido a uma 2ª Consulta Pública, cujas contribuições irão ocorrer nos meses de janeiro a março de 2025. Após sistematização em relatório, sua consolidação ficará a cargo da equipe executora do Programa, assumindo sua responsabilidade no processo de consolidação.

1. Justificativa

A atuação da cadeia produtiva do petróleo e gás tem gerado um conjunto de impactos que alteram a dinâmica de uso e ocupação dos territórios. Em geral, sua presença acaba acarretando em efeitos negativos para as populações locais, tais como: i) aumento das taxas de migração, em virtude da expectativa de emprego; ii) rápido processo de urbanização e sobrecarga da infraestrutura coletiva; iii) mudanças no quadro político, uma vez que a atividade está mais voltada à esfera federal do que à esfera de poderes local e regional; iv) mudanças culturais considerando a entrada expressiva de novos gentes oriundos de outras regiões do Brasil e de outros países e; v) degradação ambiental e poluição [1].

Nas últimas duas décadas, o amadurecimento do processo de licenciamento ambiental do IBAMA [2; 3; 4; 5; 6; 7], juntamente com pesquisas relacionadas aos impactos da cadeia produtiva do petróleo e gás [8; 9; 10; 11], tem deflagrado que os impactos associados à implantação de empreendimentos e de instalações de apoio à cadeia produtiva, em terra, das atividades petrolíferas *offshore* se concentram em poucos municípios. Por outro lado, na maior parte dos municípios litorâneos afetados economicamente pela indústria de produção de petróleo *offshore*, a dinamização econômica local e o sobrefinanciamento de prefeituras decorrem, sobretudo, do recebimento de *royalties*[8] e de participações especiais [9], que são parte relevante das **RENDAS PETROLÍFERAS** [12; 13; 14]. Assim, esses impactos atuam de forma sinérgica àqueles historicamente identificados nos processos de avaliação de impacto ambiental.

Por rendas petrolíferas se compreende não apenas o recebimento de compensações financeiras, a título de royalties e participações especiais, mas também, a massa salarial e os principais tributos[10] gerados pelas atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural. [2; 12; 14].

---

[8] Os *royalties* são uma compensação financeira paga à União pelas empresas produtoras de petróleo e gás natural no Brasil como forma de compensar a sociedade pela utilização desses recursos, já que eles não são renováveis (PMCRP, 2021).

[9] As participações especiais são uma compensação financeira extraordinária trimestral paga apenas para campos produtores de óleo e gás natural com grande volume de produção ou grande rentabilidade (PMCRP, 2021).

[10] Inicialmente serão considerados o IPTU, ISS e ICMS. A justificativa para definição desses impostos pode ser conhecida no já citado Documento de Premissas do PMCRP. Sobre a tributação de atividades realizadas no mar territorial, cabe destacar que: "Tendo em vista que a titularidade do mar territorial foi conferida à União Federal, em interpretação sistemática do texto constitucional, por aplicação do princípio constitucional da imunidade recíproca insculpida no artigo 151, I da Constituição Federal, a tributação em águas marítimas é vedada aos Estados e Municípios". "Logo, as atividades ocorridas nas águas marítimas, por elas mesmas, não autorizam a incidência do aludido imposto municipal à falta de autorização constitucional e por gerar colisões normativas e conflitos de competência, pois os serviços ali prestados são de competência da União". "Todavia, inobstante a complexidade do tema e as diversas interpretações e abordagens que possam ser defendidas, o que se observa é a tendência jurisprudencial no sentido de afirmar a competência dos entes municipais em tributar serviços

Se, por um lado, a presença da indústria petrolífera em determinados municípios acarreta fluxos migratórios em busca de emprego, por outro, municípios onde a indústria não se faz presente, mas que são beneficiados com o aumento das receitas pelo recebimento de *royalties* e participações especiais, bem como com o aumento da arrecadação tributária, ao ampliarem a oferta de serviços públicos (especialmente nas áreas de saúde e educação), acabam atraindo um grande contingente de pessoas, não apenas pela oferta de empregos decorrentes da dinamização econômica local, mas também pela ampliação da oferta de serviços públicos [13]. Em ambos os casos ocorrem transformações nas dinâmicas socioespaciais que impactam significativamente os territórios, afetando especialmente a forma de uso e ocupação do solo, o saneamento básico e a proteção ambiental, além de sobrecarregar serviços e equipamentos públicos.

Importante frisar que muitos destes municípios são beneficiários das rendas petrolíferas de forma independente à existência de infraestrutura associada à indústria, dado que a legislação nacional estabelece como regra a projeção dos municípios costeiros sobre a zona marítima.

Em consequência, o recebimento das rendas petrolíferas – cujos montantes podem ser na ordem de milhões de reais por mês – gera uma importante dependência para a composição do **ORÇAMENTO PÚBLICO** e, consequentemente, para a continuidade dos serviços públicos, pois elas acabam atraindo pessoas para o território e a oferta se torna constante, dado o incremento contínuo de pessoas nos municípios e regiões [13].

Ademais, a inserção de recursos advindos das rendas petrolíferas no orçamento público varia devido a diversos fatores. Entre eles estão: taxa cambial, fatores geopolíticos que determinam o preço do barril, capacidade produtiva dos poços ou mesmo decisões da indústria sobre onde e quando explorar os recursos sobre os quais os governos beneficiários não têm capacidade de decisão. O que Piquet [1] afirmou em relação às decisões ocorrerem fora do âmbito local, não decorre apenas em relação à infraestrutura produtiva e de apoio à indústria petrolífera, mas também em relação às rendas que advém dela.

Tal dependência acaba colocando uma **PERSPECTIVA INTERGERACIONAL** no que se refere aos impactos socioambientais da cadeia produtiva do petróleo e gás. Exemplo é o processo de descomissionamento de algumas plataformas, que têm demonstrado uma rápida queda nas rendas petrolíferas de determinados municípios, impactando, inevitavelmente, a capacidade de oferta de **POLÍTICAS PÚBLICAS** de forma perene [12].

---

prestados em águas marítimas, inclusive em ampliar os termos da lista de serviços para alcançar quaisquer outras atividades com o núcleo semântico daquele item expressamente descrito, eis que comporta interpretação extensiva" (Simões, 2014 apud PMCRP 2021).

Nesse contexto, o Planeja+ é proposto no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás, tendo como foco a mitigação, em uma perspectiva intergeracional, dos impactos socioambientais[11] decorrentes da dependência das rendas petrolíferas para a composição do orçamento público.

No que tange à dimensão intergeracional, o Planeja+ propõe, como estratégia de mitigação à dependência das rendas petrolíferas, a promoção de processos que contribuam para o planejamento de políticas públicas, considerando a finitude das rendas oriundas da cadeia produtiva do petróleo e gás e o debate sobre a necessária diversificação da base de arrecadação pública pelos entes dependentes de rendas petrolíferas para mitigar tal dependência [15].

Atuar na relação do orçamento com o planejamento público implica na promoção do debate sobre a sustentabilidade da oferta contínua de políticas públicas quando seu financiamento depende de recursos extraordinários, como as rendas petrolíferas, que tendem a diminuir com o decréscimo da produção em campos maduros [15]. Outrossim, cabe destacar que dado o *lócus* institucional do licenciamento ambiental, o Programa se debruça especialmente na articulação do orçamento público com as políticas públicas relacionadas ao uso e ocupação do solo e à proteção ambiental, incluindo ainda para alguns municípios, por força da Lei nº 12.858/2013, as políticas públicas relacionadas à saúde e à educação [13].

Importante destacar que o conceito de mitigação internacionalmente utilizado se volta ao conjunto de ações que visa gerenciar, minimizar e compensar impactos socioambientais negativos, e também manter e recuperar condições socioambientais, considerando uma hierarquia de decisões [16]. Essas se encontram referenciadas em uma cadeia de causa-efeito, que envolve compreender: i) a causa do fenômeno, neste caso, o recebimentos das rendas petrolíferas pelos entes federados; ii) suas consequências na relação com a dinâmica socioespacial, quer seja a dependência dessa renda; iii) a implantação de **PROGRAMAS** destinados a mitigá-los, isto é, o Planeja+ e; iv) o conjunto de ações que pode ser destinado a evitar, reduzir, corrigir e compensar tais impactos, que serão detalhados ao longo do documento [16; 17].

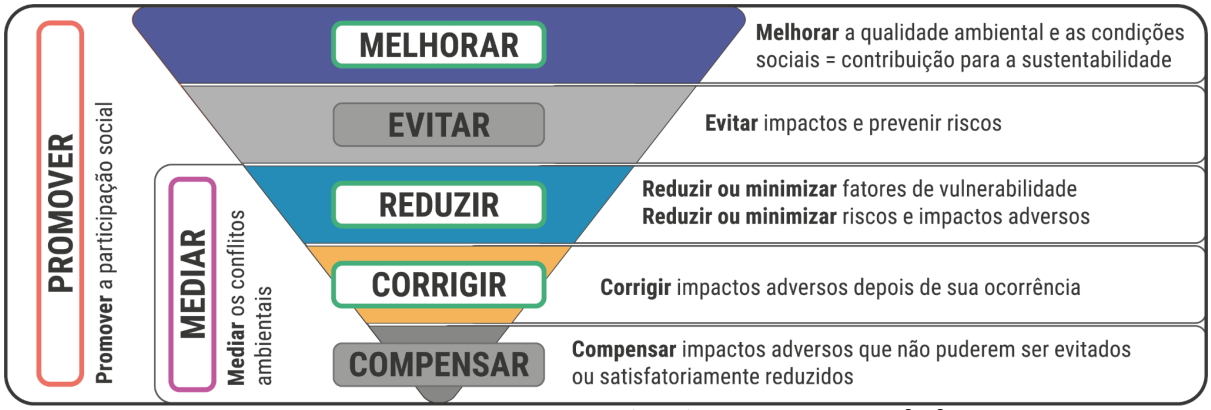
Sob uma perspectiva mais ampla, mitigar também contribui para o enfrentamento da vulnerabilidade socioambiental aos impactos, incluindo potencializar impactos positivos, mediar **CONFLITOS AMBIENTAIS** e promover a **PARTICIPAÇÃO POPULAR** para o **CONTROLE SOCIAL**.

Nesse contexto, os impactos socioambientais se referem a modificações oriundas da interação entre as características dos empreendimentos e das atividades produtivas

[11] *É importante destacar que os conceitos de mitigação e impacto ambiental são oriundos da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), enquanto o conceito de vulnerabilidade socioambiental é parte do processo de amadurecimento pelo IBAMA [18].*

(aspecto ambiental) e do ambiente, em todas as suas dimensões. Já a vulnerabilidade socioambiental trata do processo histórico e político-institucional de (re)produção de injustiças que resultam, a alguns grupos sociais, em menor garantia de direitos sociais e desproteção aos riscos e impactos socioambientais e de políticas públicas [19].

Figura 3: Objetivos e hierarquia da mitigação

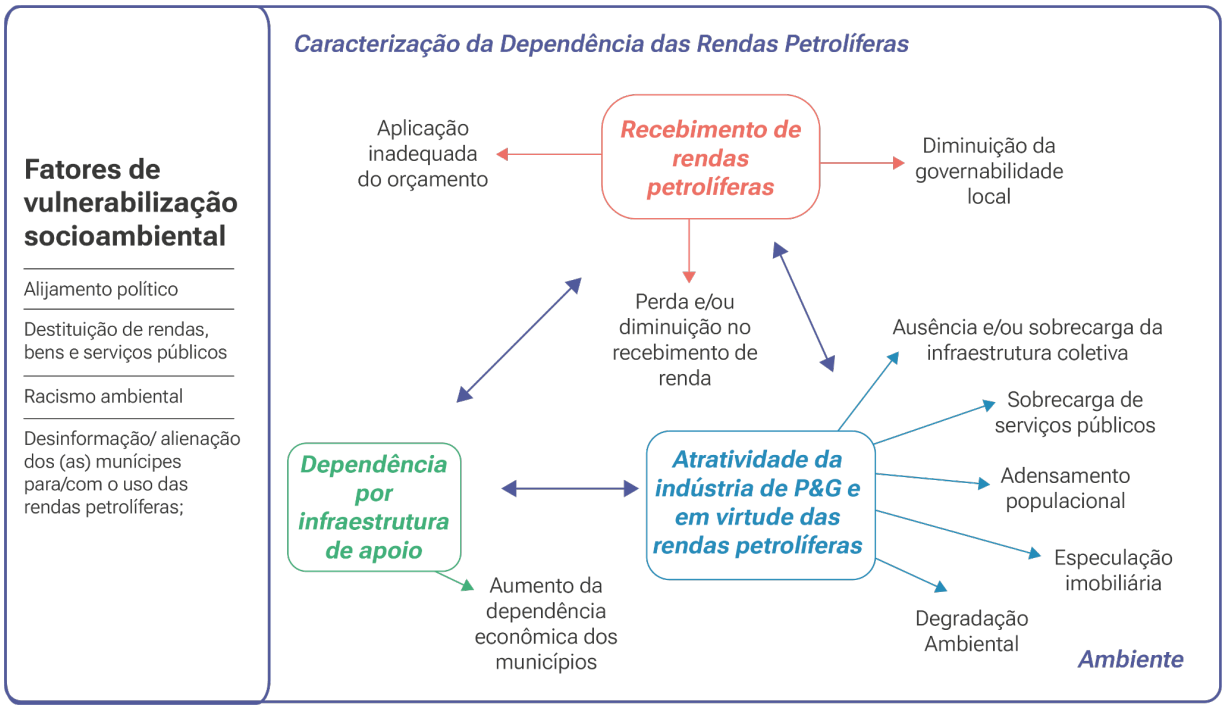


Fonte: Elaboração equipe PARMIS (2024), com base em IAIA [20].

No âmbito do licenciamento ambiental, é relevante considerar a vulnerabilidade socioambiental relacionada aos impactos produzidos e intensificados, neste caso, pela cadeia produtiva de petróleo e gás e, no caso deste Programa, em relação à dependência do orçamento público sobre as rendas petrolíferas geradas pela atividade. A vulnerabilidade se deve a condições preexistentes nas dinâmicas sociais de determinados grupos sociais que os predispõem a maior incidência de impactos socioambientais [21, p. 81]. Destaca-se que a vulnerabilidade socioambiental não é determinada pela condição de sujeito *per se*, mas pelos mecanismos de destituição de direitos que podem se sobrepor e se retroalimentar, também nomeados fatores de vulnerabilização.

Diante dessa relação complexa e multidimensional entre impactos e vulnerabilidade socioambiental, afirma-se a necessidade de gerenciamento e atuação tanto sobre os impactos socioambientais, quanto sobre os fatores de vulnerabilização. Assim, este Programa se justifica a partir de um conjunto de impactos socioambientais e de fatores de vulnerabilização que se articulam nos municípios e regiões impactadas pelas atividades marítimas de produção de petróleo e gás (Figura 4).

Figura 4: Principais impactos e fatores de vulnerabilização socioambiental que o Programa visa mitigar.



Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

Quanto aos fatores de vulnerabilização, destacam-se o **ALIJAMENTO POLÍTICO**, considerando-se que determinados grupos sociais foram historicamente incapacitados de influenciar na definição das prioridades das políticas públicas [22]; a condição de destituição de direitos, especialmente de renda, bens e serviços, assim como do acesso aos equipamentos e serviços públicos [21]; e o **RACISMO AMBIENTAL**, visto que determinados grupos sociais são destituídos de direitos, por exemplo, por conta da cor da pele ou pelo modo de vida diferenciado, e são sacrificados em prol de políticas que beneficiam apenas alguns grupos [23]. Somam-se a esses fatores, a desinformação e/ou alienação dos munícipes sobre a origem do orçamento público, e os mecanismos que culminam em dependência deste sobre as rendas petrolíferas e sua aplicação.

Destarte, o Programa e seus respectivos componentes se orientam a promover a participação popular e o debate público acerca da aplicação das rendas petrolíferas sob uma perspectiva intergeracional, envolvendo os grupos sociais impactados pela indústria petrolífera na governabilidade dos recursos e em relação ao futuro em torno dos territórios. Visa, também, qualificar a participação popular na **GESTÃO PÚBLICA**, buscando aderência entre o orçamento público e a mitigação dos impactos gerados face à dinâmica socioespacial da indústria e das rendas geradas por ela, seja no que tange aos instrumentos de **ORDENAMENTO TERRITORIAL**, seja em relação à inadequação dos serviços públicos face ao aumento da demanda.

2. Participantes do programa

O programa pretende trabalhar com um público diverso[12], tendo como grupo prioritário jovens de áreas e/ou famílias empobrecidas, especialmente nas ações formativas. Contudo, cabe destacar a preocupação em não sobrecarregar esse grupo prioritário com a responsabilidade de mitigar os impactos referentes à dependência das rendas petrolíferas por meio da atuação nas arenas políticas que versam sobre a composição e execução dos orçamentos públicos [13; 15]. Assim, o Programa também trabalhará com representantes de outros grupos sociais presentes no território e que sejam mais organizados, sobretudo aqueles que já desenvolvam ações que dialoguem com os objetivos do Programa. No que tange às ações de promoção do debate público sobre a dependência das rendas petrolíferas e o planejamento de políticas públicas, eventualmente o Programa desenvolverá ações de comunicação social e divulgação de informações direcionadas a um público difuso [13; 15]. Ademais, é relevante envolver integrantes de organizações da sociedade civil, tais como movimentos sociais populares, associações de bairros/moradores, agremiações estudantis e outros movimentos de juventude, **COMUNIDADES E POVOS TRADICIONAIS** e/ou organizações que os(as) representem.

Outrossim, é relevante o envolvimento de pesquisadores(as), militantes e integrantes de outras organizações da sociedade civil, dentre outros(as), que se articulem ao Programa no sentido de contribuir com as demandas dos grupos vulnerabilizados e se somar ao debate sobre a dependência orçamentária das rendas petrolíferas, bem como a maior incidência dos grupos vulnerabilizados sobre ela. No que tange ao PCS e ao próprio PEA, importante considerar outros(as) participantes interessados(as) na temática, tanto dos impactos oriundos da dependência orçamentária e outros correlatos, como sobre os resultados gerados no âmbito do Programa. Nesse sentido, ambos devem considerar, além dos(as) participantes descritos(as) anteriormente, outros grupos sociais situados na área de abrangência do Programa.

Em síntese, pode ocorrer variações dos(as) participantes em cada um dos **PROJETOS** (PEA, PAG, PCS e PGP) conforme objetivos específicos do programa.

[12] Importa destacar que face às desigualdades estruturais da sociedade brasileira, é relevante considerar **MARCADORES SOCIAIS DE DIFERENÇA** e a **INTERSECCIONALIDADE** entre gênero, raça, classe e faixa etária na seleção dos(as) participantes, buscando equidade e inclusão.

3. Abrangência do Programa

O Programa atuará inicialmente em 26 municípios, agrupados em 7 regiões, conforme identificado no quadro abaixo (Quadro 1), articulando estado e conjuntos de municípios. Tal organização, proposta pelo corpo técnico da Coprod/Ibama, tem como objetivos: (i) auxiliar na organização de membros da equipe executora, bem como (ii) favorecer a promoção de debates sobre questões comuns a tais municípios, considerando seus laços históricos e/ou forma de inserção regional [15].

Quadro 1: Municípios que compõem a área de abrangência do programa por região.

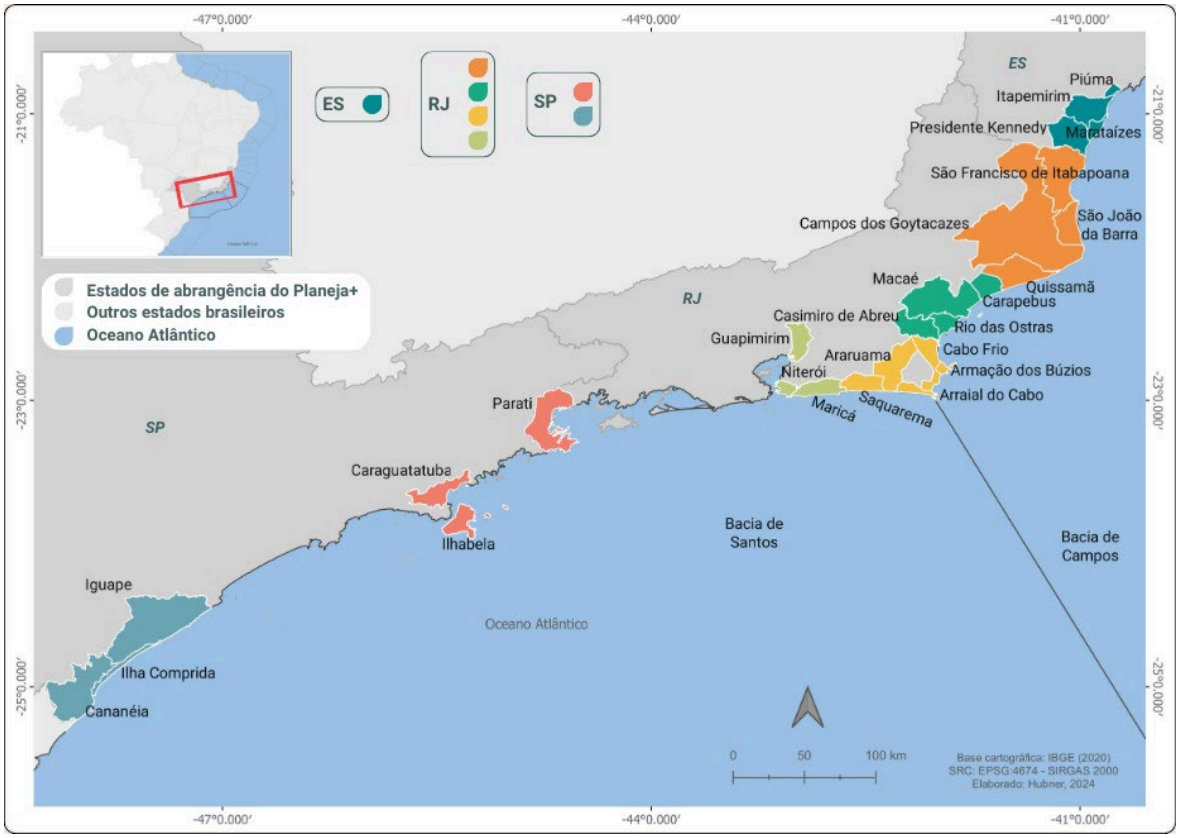
Região	UF	Municípios
I	ES	Piúma, Marataízes, Itapemirim e Presidente Kennedy
II	RJ	São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Campos e Quissamã
III		Carapebus, Macaé, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu
IV		Saquarema, Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação dos Búzios
V		Maricá, Niterói e Guapimirim
VI	RJ/SP*	Paraty, Caraguatatuba e Ilhabela
VII	SP	Iguape, Ilha Comprida e Cananéia

* Relevante destacar que a região VI agrega municípios do estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, ações articuladas a políticas públicas ou debates estaduais deverão considerar a participação de Paraty em separado dos demais municípios.

Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

Os municípios estão distribuídos ao longo do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, e inseridos nas bacias sedimentares de Campos e Santos (Figura 5).

Figura 5: Área abrangência do programa.



Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

Tais municípios foram selecionados a partir do histórico do licenciamento ambiental de petróleo e gás, dado que, atualmente possuem níveis de dependência relevantes com as rendas petrolíferas, sejam estas crescentes ou decrescentes. Nesse sentido, cabe destacar que, ao longo do tempo, quando da avaliação dos programas, é possível haver ingresso ou exclusão de municípios, pois essa decisão será fundamentada em análises oriundas do Programa Macrorregional de Caracterização das Rendas Petrolíferas (PMCRP) e do Programa Macrorregional de Avaliação de Impactos Socioambientais (PMAIS). Tal processo integrará as ações de avaliação do programa e respeitará as periodicidades estabelecidas no mesmo.

4. Objetivos

4.1. Objetivo geral

Apoiar a participação popular na gestão pública, com vistas a mitigar, em uma perspectiva intergeracional, a dependência das rendas petrolíferas na composição do orçamento público e sua aderência à mitigação dos impactos associados ao crescimento desordenado e à sobrecarga de serviços e equipamentos públicos decorrente da **DINÂMICA DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA** e de suas rendas.

4.2. Objetivos específicos

i) Conduzir **PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM** que contribuam para que os(as) participantes do programa desenvolvam habilidades para o controle social na gestão pública, especialmente no que se refere à aplicação dos recursos oriundos das rendas petrolíferas, para a mitigação dos impactos associados à cadeia produtiva do petróleo e gás.

ii) Fomentar a participação popular qualificada em **ARENAS DE GESTÃO PÚBLICA**, visando contribuir para a formulação de estratégias para a mitigação da dependência das rendas petrolíferas, em uma perspectiva intergeracional.

iii) Promover o debate público e a construção de uma visão crítica em temas envolvidos com:

a) incidência e características dos impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás nos territórios e sua relação com as políticas públicas;

b) origem, uso e dependência de rendas petrolíferas em nível municipal e a necessidade de diversificação das rendas no orçamento público sob uma perspectiva intergeracional;

c) relação entre a finitude dos recursos petrolíferos e mudanças da dinâmica da indústria petrolífera, de suas rendas e seus reflexos no orçamento público e na capacidade de mitigação dos impactos;

d) transparência e mecanismos de controle social com vistas à melhor aplicação das rendas petrolíferas nos municípios e região.

iv) Fomentar a articulação permanente com organizações em nível municipal, regional, estadual e nacional para a promoção de debates sobre a composição e o uso de rendas petrolíferas no orçamento público.

v) Fomentar a **COMUNICAÇÃO** em nível local, com vistas a contribuir para a mitigação dos impactos da indústria petrolífera e para a maior compreensão sobre o licenciamento ambiental federal, em articulação com o PMCS.

vi) Desenvolver um processo cíclico de monitoramento e avaliação dos resultados alcançados, visando subsidiar a tomada de decisão ao longo da execução do Programa.

vii) Conduzir processos de pesquisa orientada à ação junto aos(às) participantes do Programa buscando qualificá-lo.

viii) Consolidar processos que possam se constituir como referência no debate público sobre orçamento e planejamento de políticas públicas no âmbito da mitigação dos impactos causados pela dependência das rendas petrolíferas.

5. Detalhamento Metodológico do Programa

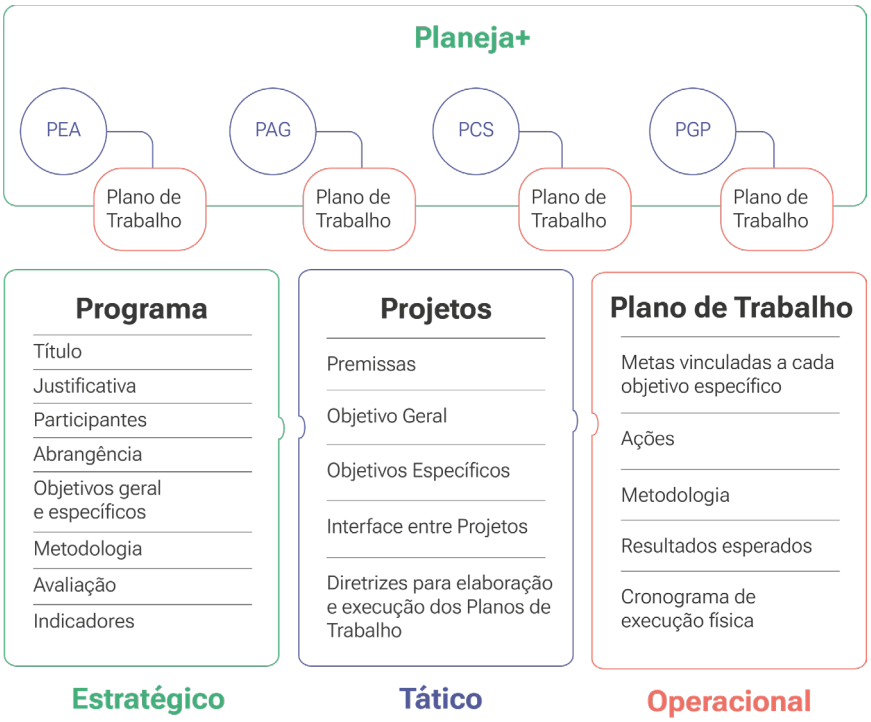
O detalhamento metodológico do Programa foi organizado em três dimensões que orientam sua implementação: i) Operacional — organizado em 4 projetos; ii) Organizacional — orientado à organização das equipes responsáveis pela implementação do Programa; e iii) Diretiva — responsável por estabelecer as diretrizes do programa, comuns a todos os projetos.

5.1 Dimensão Operacional

Sob uma perspectiva operacional, tendo em vista o cumprimento dos objetivos do Programa ao longo do tempo, foram delineados quatro projetos integrados: i) Projeto de Educação Ambiental (PEA); ii) Projeto de **Ação na Gestão Pública** (PAG); iii) Projeto de **Comunicação Social** (PCS) e; iv) Projeto de Gestão e Pesquisa (PGP). Nesse sentido, cada projeto está estruturado em: i) Premissas; ii) Objetivo Geral; iii) Objetivos Específicos; iv) Interface entre Projetos e; v) Diretrizes para elaboração e execução dos Planos de Trabalho.

Destarte, os projetos são o elo do Programa com os planos de trabalho — que deverão conter metas vinculadas a cada objetivo específico do projeto, ações, metodologia, resultados esperados e cronograma de execução física. Sua estrutura deve ser elaborada de forma específica para cada projeto, prevendo metas e atividades na temporalidade de cada fase, inicialmente prevista em 4 anos (Figura 6).

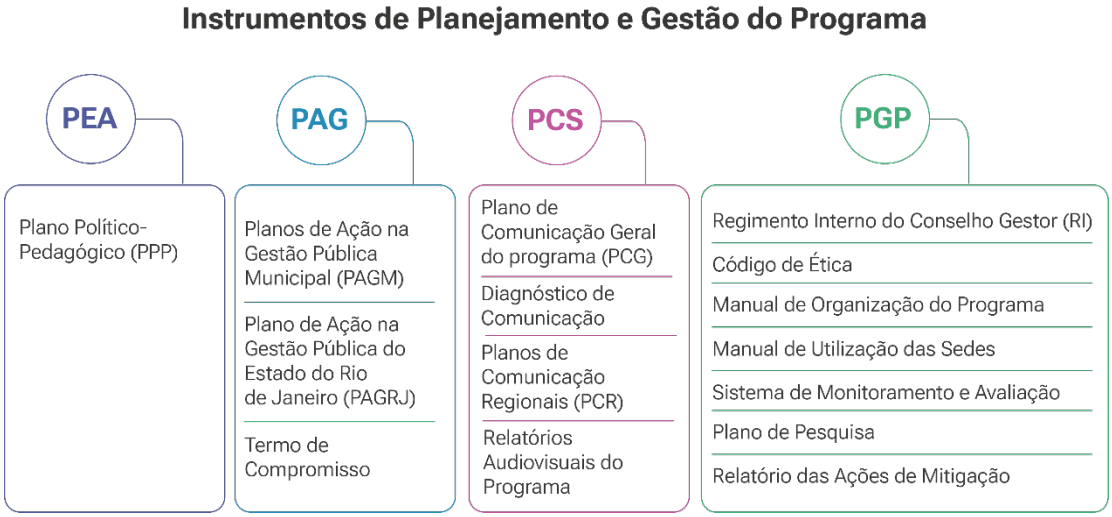
Figura 6: Dimensões do Planeja+.



Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

Para a execução dos projetos, foram previstos instrumentos de planejamento (Figura 7) e gestão do Programa, bem como alguns relatórios específicos, organizados junto aos projetos que possuem interface com tal instrumento, oriundos do amadurecimento das oficinas a partir das formulações do corpo técnico do IBAMA [13].

Figura 7: Instrumentos de Planejamento e gestão do Programa



Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

Os instrumentos se apresentam como necessários para dar concretude aos objetivos específicos e diretrizes, tanto do Programa, quanto dos projetos. Considerando o caráter processual do Programa, tais instrumentos poderão ser adaptados ao longo da 1ª fase, a fim de qualificar a sua implementação, buscando evitar interrupções. Destaca-se que possuem caráter complementar entre eles, ainda que sua elaboração e implementação esteja condicionada a um determinado projeto, devendo ser pensados enquanto processos, articulando o acúmulo de aprendizado dos Projetos de Educação Ambiental pretéritos — quando for o caso – e, ao mesmo tempo, subsidiando reflexões e proposições com os(as) participantes do Programa. Ainda em decorrência do caráter processual do Programa, é de suma importância que na formulação, além de refletir as diretrizes do Programa e dos projetos, tais instrumentos tragam a previsão de processos periódicos de revisão e atualização.

Por fim, antes de caracterizar os supracitados instrumentos, destaca-se que é o Plano de Trabalho que constitui a dimensão operacional de cada projeto ao longo do tempo, em interface com os objetivos do Programa, possibilitando seu monitoramento e avaliação. Os planos de trabalho, quando de sua elaboração, deverão ser concebidos considerando o escopo de cada projeto e as diretrizes metodológicas do Programa. Não obstante, os planos de trabalho deverão contemplar **INDICADORES** de processo e coletar informações que subsidiem a análise sobre os resultados do Programa.

5.1.1 Instrumentos de Planejamento e Gestão do Programa

5.1.1.1 Instrumentos vinculados ao Projeto de Educação Ambiental - PEA

Para o Projeto de Educação Ambiental foi pensado um instrumento de Planejamento, que deverá orientar os PROCESSOS FORMATIVOS a serem conduzidos no âmbito do Programa.

O **Plano Político-Pedagógico (PPP)** é o instrumento que tem como propósito dar direcionamento teórico-prático aos PROCESSOS EDUCATIVOS desenvolvidos no âmbito do PEA, abarcando sua intencionalidade político-pedagógica, considerando a representatividade dos diferentes grupos sociais e suas realidades. O documento deverá apresentar, no mínimo, os seguintes elementos: i) estratégias de mobilização; ii) como o PEA envolverá públicos diversos, incluindo a formação da equipe executora; iii) como será desenvolvida avaliação de aprendizagem dos participantes; e iv) como o PAG constituirá etapa específica do processo formativo. O PPP deverá ainda trazer como um de seus componentes um Plano de Formação da equipe técnica e dos(as) participantes do PEA, o qual, segundo orientações do Parecer Técnico nº 394/2024, deverá abordar, ao menos: i) temáticas; ii) carga horária; e iii) etapas prévias e concomitantes ao PAG [13].

Também integram o PPP as estratégias de avaliação da aprendizagem dos(das) participantes, com destaque para aquela relacionada à formação dos participantes do Projeto de Ação na Gestão Pública (PAG), sejam eles (elas) participantes remunerados (PR) ou não-remunerados (PNR).

Importa expor que, tanto os processos educativos direcionados à equipe técnica como aos(às) participantes do Programa, visam a formação de uma visão crítica acerca de sua realidade e o desenvolvimento de uma PRÁXIS consciente sobre a participação popular nos processos decisórios a respeito da mitigação dos impactos da indústria petrolífera sob uma perspectiva territorializada, considerando os limites e possibilidades do licenciamento ambiental federal.

Destaca-se que inicialmente, dado o caráter transitório do Programa em relação aos atuais PEA, deve ser construído um PPP provisório com intenção de orientar as ações iniciais do Programa e subsidiar a elaboração do PPP definitivo, considerando a experiência dos PEA executados sob orientação da Nota Técnica nº 01/2010, tanto na execução de ações quanto nas relações com os(as) participantes que, atualmente, são sujeitos(as) da ação educativa no que se refere à mobilização.

5.1.1.2 Instrumentos vinculados ao Projeto de Ação na Gestão Pública (PAG)

O Projeto de Ação na Gestão Pública demanda a concepção de 26 Planos de Ação na Gestão Pública Municipal (PAGM), um Plano de Ação na Gestão Pública para o estado do Rio de Janeiro (PAGRJ) e um Termo de Compromisso para os(as) participantes do PAG.

Os **Planos de Ação na Gestão Pública Municipal (PAGM)** são instrumentos que têm como propósito organizar as prioridades dos (as) participantes e as especificidades locais no que se refere à **INCIDÊNCIA POLÍTICA**, calcados na transparência em relação à participação nas arenas de gestão pública municipais. As ações devem ser alinhadas ao acúmulo adquirido no PEA e no PGP, o qual é responsável pelas pesquisas sobre composição do orçamento público e aplicação de rendas petrolíferas. À medida em que são construídos a partir das especificidades locais, na formulação dos planos municipais, deve-se considerar também as características regionais que demandam possíveis articulações com outros municípios. Os PAGM devem necessariamente abordar as seguintes questões: i) como os(as) participantes do programa pretendem atuar nas Câmaras Municipais de Vereadores; ii) se os participantes pretendem atuar e como pretendem atuar em outros fóruns de decisão na esfera municipal e regional; e iii) estratégias para a articulação com outras instituições/organizações no município [13].

O **Plano de Ação na Gestão Pública do Estado do Rio de Janeiro (PAGRJ)** é direcionado à escala estadual. Seu propósito é similar aos Planos Municipais, considerando, contudo, especificidades regionais e incluindo o planejamento das ações a serem desenvolvidas no âmbito da gestão pública estadual do Rio de Janeiro pelos(as) participantes do Programa. A inclusão de um **PLANO** em nível estadual, especificamente para o estado do Rio de Janeiro, justifica-se face ao impacto que as rendas petrolíferas exercem na composição de seu orçamento.

O **Termo de Compromisso** é o instrumento que apresenta as orientações a serem observadas pelos(as) participantes do PAG, remunerados(as) (PR) e não remunerados(as) (PNR), abordando questões como a permanência da participação nas atividades do PEA e observação de alguns princípios éticos em relação à Administração Pública. Devem ser estabelecidas diferenciações entre PR e PNR, quando pertinente, em relação aos compromissos e carga horária dedicada ao Programa, mas não no que diz respeito a aspectos éticos e responsabilidades. Destaca-se que o Termo de Compromisso deve oportunizar o conhecimento de todos (as) os (as) participantes do PAG sobre o Código de Ética, caracterizado junto ao PGP, e reportá-lo para os aspectos que se fizerem necessários.

5.1.1.3 Instrumentos vinculados ao Projeto de Comunicação Social - PCS

O Projeto de Comunicação Social articula um Plano de Comunicação Geral do Programa (PCG) a sete Planos de Comunicação Regionais (PCR), Relatórios Audiovisuais do Programa (RAP), em periodicidade anual e; oito Diagnósticos de Comunicação, sendo estes integrados ao PCG (DCP) e aos PCR (DCR).

O **Plano de Comunicação Geral do Programa (PCG)** é constituído do planejamento operacional das estratégias de comunicação e divulgação para diferentes públicos e meios de comunicação. O PCG é o instrumento que apresenta como propósito

orientar as ações realizadas no Programa. Nele deverá constar o planejamento das ações de comunicação a serem desenvolvidas, visando atender às demandas de comunicação do programa, levando em conta a articulação com os demais projetos, bem como do PMCS, quando necessário. O plano explica, necessariamente, por exemplo, a estratégia e diretrizes para atuação coordenada com o PEA e o PAG; as estratégias e diretrizes para atuação em redes sociais; e as estratégias e diretrizes para a veiculação de matérias na imprensa local e regional. Considera-se um instrumento integrante do PCG, o Diagnóstico de Comunicação do Programa (DCP). O PCG deve abordar necessariamente os seguintes temas: i) estratégia e diretrizes para atuação coordenada com o PEA e o PAG; ii) estratégias e diretrizes para atuação em redes sociais; e iii) estratégias e diretrizes para a veiculação de matérias na imprensa local e regional [13].

Diagnóstico de Comunicação: o diagnóstico de comunicação constitui uma ferramenta analítica que avalia a EFICIÊNCIA na transmissão de informações, promovendo objetividade no processo comunicacional, permitindo a análise da adequação dos canais de comunicação (ferramentas e meios) utilizados de acordo com o contexto e público. Quando realizado de forma periódica, garante a congruência entre as práticas comunicacionais e os objetivos estratégicos estabelecidos, garantindo um alinhamento contínuo e ajustado.

Os **Planos de Comunicação Regionais (PCR)** são instrumentos em que deverão constar o planejamento das ações de comunicação a serem desenvolvidas em âmbito regional, devendo considerar as especificidades da comunicação com os(as) participantes e equipe técnica. Neste deve constar, por exemplo, atenção em cada agrupamento regional. Bem como no PCG, os PCR deverão contar com Diagnósticos de Comunicação Regionais (DCR), de modo a contribuir na adequação necessária dos canais de comunicação utilizados com foco no público de cada região.

Os **Relatórios Audiovisuais do Programa (RAP)** são instrumentos que fazem uso de narrativas empregando imagens e sons, ou seja, ao invés de apresentar um documento com escrita, apresentam-se as narrativas por meio audiovisual. Esses relatórios devem destacar as principais atividades e resultados anuais alcançados pelo Programa.

5.1.1.4 Instrumentos vinculados ao Projeto de Gestão e Pesquisa - PGP

No âmbito do Projeto de Gestão e Pesquisa são pensados sete instrumentos que organizam os processos de gestão da totalidade ou de partes do Programa, assim como os processos de monitoramento e avaliação e aqueles necessários ao planejamento das pesquisas, conforme destacado a seguir.

O **Regimento Interno do Conselho Gestor (RI)** é o instrumento que estabelece suas atribuições e funcionalidade. Nesse sentido, elucida as atribuições, composição, critérios de seleção dos(as) membros(as), mandato, rotatividade, periodicidade de

reuniões, encontros de avaliação, definição de regras e procedimentos para tomada de decisão em caso de dissenso, dentre outros. Até sua aprovação, deverá ser organizada uma estrutura mínima de Conselho Gestor *pro tempore*, para possibilitar as ações do Conselho.

O **Código de Ética** é o instrumento que estabelece orientações à conduta da equipe técnica e dos(as) participantes do Programa, incluindo orientações em relação ao posicionamento político-partidário, mecanismos para enfrentamento, denúncia e consequências quando ocorrer situações de assédio moral e sexual, discriminação étnico-racial, de gênero ou etária e outros questões que forem pertinentes. O código deve refletir nos planejamentos de cada um dos projetos e, principalmente, no PGP e PAG.

O **Manual de Organização do Programa** é o instrumento que explicita o modelo de gestão adotado, detalhando a estrutura organizacional do programa e as atribuições de todos os seus componentes. Ademais, deve abranger os processos e as responsabilidades da equipe, bem como apresentar orientações em relação ao cuidado com a saúde dos(as) trabalhadores(as) que integram o programa e a elaboração e proposição de uma política de cuidados com a saúde e de valorização de seus(suas) trabalhadores(as). Seu ponto de partida é o organograma descrito no item subsequente a este, devendo ser amadurecido e reajustado quando necessário.

O **Manual de Utilização das Sedes** é o instrumento que especifica a manutenção do espaço e o bem-estar dos(as) usuários(as), tais como, gestão de resíduos, conservação e higienização das instalações, controle de pragas e vetores, o uso dos equipamentos presentes na sede, especialmente aqueles de uso coletivo, dentre outros aspectos pertinentes às sedes municipais, regionais e da coordenação geral. Destaca-se que o manual das sedes deve estabelecer orientações tanto para a equipe técnica quanto aos(às) participantes do Programa.

O **Sistema de Monitoramento e Avaliação** é o instrumento que permite monitorar e avaliar as ações realizadas no programa. O **MONITORAMENTO** é uma atividade gerencial interna, realizada durante o período de execução e operação. Já a avaliação pode ser realizada antes, durante ou na conclusão de uma etapa, ou mesmo algum tempo depois. Dessa forma, o Sistema de Monitoramento e Avaliação deve ser concebido de modo a assegurar o acompanhamento contínuo, a avaliação rigorosa e a adaptação estratégica do programa.
A elaboração do referido sistema deve se basear nos modelos de Sistema de Informação Gerencial (SIG), ser automatizado e construído em consonância com o banco de dados do PMAIS. O sistema deve incluir indicadores abrangentes e específicos (de insumo, processo, produto, resultado e impacto), definidos de forma explícita e alinhados aos objetivos do programa, tendo como base os indicadores inicialmente concebidos para o Programa. O SIG desempenha a função de integrar

informações e ferramentas destinadas à administração e ao gerenciamento de dados e informações aplicáveis a diferentes contextos, favorecendo a transparência e a prestação de contas, facilitando a articulação entre a equipe técnica do Programa e com o PMAIS e PMCS. Importante frisar que o Sistema de Monitoramento e Avaliação deve ser amadurecido a partir do item 7 deste documento, do Apêndice 8 e das contribuições realizadas no âmbito das consultas pública relacionadas à 1ª e a 2ª fases do PARMIS, além das sugestões dos(as) participantes das oficinas, as quais se encontram no Apêndice 5.

O **Plano de Pesquisa** deve orientar as ações de pesquisa em dois níveis: i) referente aos processos e/ou resultados intrínsecos à execução do programa (interno), quando adequado, devendo considerar dados produzidos pelo monitoramento e avaliação e, ii) sobre os processos políticos, institucionais e/ou de ordenamento espacial verificados nas localidades diretamente associados ao uso de verbas públicas (externo). Explicita o compromisso de apoiar a solução dos problemas sociais identificados no âmbito do Programa. Para tal, é importante o uso de métodos e técnicas de pesquisa que permitam a construção em diálogo com os(as) participantes, equipe técnica e conselho gestor do programa com destaque para a metodologia da PESQUISA-AÇÃO e a INVESTIGAÇÃO-AÇÃO-PARTICIPANTE. Não obstante, as pesquisas realizadas no âmbito do Programa não devem se sobrepor aos objetivos e atribuições de outros programas do Plano Macro, com ênfase para o PMCRP, no Eixo 1. Por fim, importante estabelecer a temporalidades das pesquisas e atualizar o plano, considerando a demanda por novas investigações, em tempo hábil do planejamento da próxima fase.

O **Relatório das Ações de Mitigação** é o instrumento que permite avaliar e evidenciar as ações desenvolvidas no âmbito do Programa, enquanto medida do licenciamento ambiental federal com vistas à mitigação de impactos socioambientais. Deve apresentar os resultados obtidos pelo Programa de forma articulada aos impactos que são mitigados, caracterizando-os enquanto ações de mitigação.

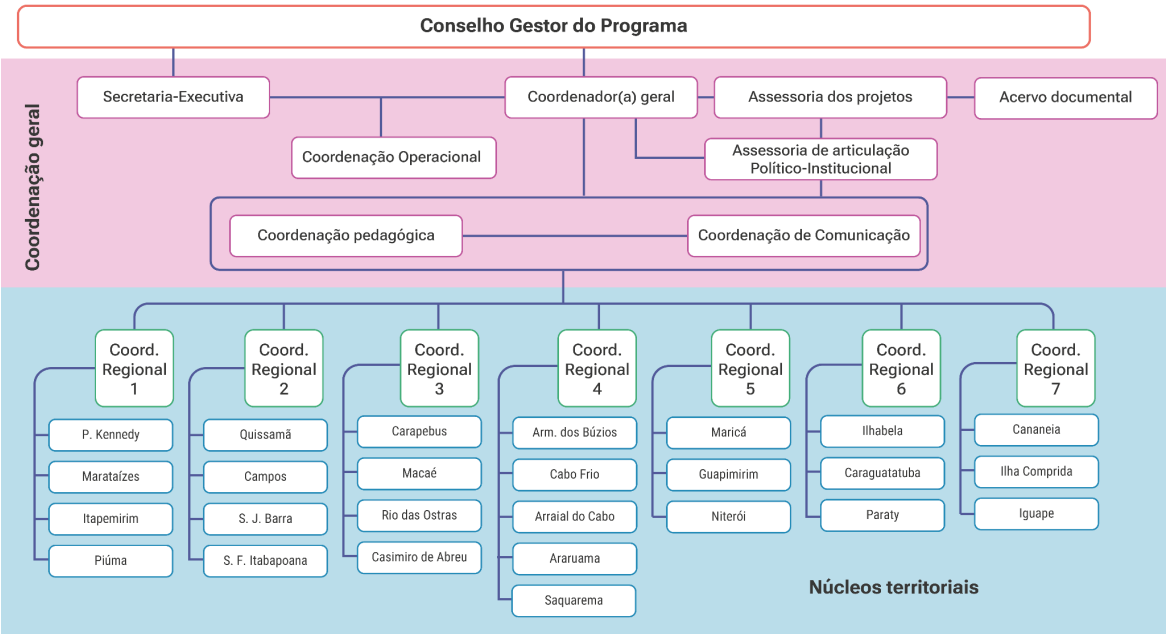
Por fim, face à transição dos Projetos de Educação Ambiental (PEA) Territórios do Petróleo, Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC) e Rendas do Petróleo para o Planeja+ e demais especificidades relacionadas ao início do Programa, o Apêndice 5 apresenta diretrizes específicas e complementares aos projetos, a serem consideradas quando da elaboração dos Planos de Trabalho para sua 1ª fase.

5.2 Dimensão Organizacional do Programa

Para viabilizar a implementação do Programa em toda sua abrangência, faz-se necessário propô-lo a partir de uma estrutura organizacional prévia, com ATUAÇÃO MUNICIPAL, REGIONAL, INTER-REGIONAL, ESTADUAL e NACIONAL, envolvendo uma estrutura gerencial comum (Coordenação Geral) em diálogo às ações locais e as especificidades do território (Núcleos Territoriais). Assim, insere-se no quadro organizacional mais amplo, envolvendo representantes do Ibama, das empresas

petrolíferas e dos(as) participantes do Programa (Conselho Gestor do Programa). Para tal, é proposto que o programa seja organizado conforme figura 8. O quadro 2 caracteriza as atribuições de cada um dos componentes do organograma.

Figura 8: Proposta de estrutura organizacional do Programa.



Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

Quadro 2: Caracterização das funções e relações de cada componente do programa.

Estrutura macro	Componentes	Atribuições
Conselho Gestor	Membros(as) do Conselho Gestor	i) exercício do controle social sobre o programa, por meio do acesso aos indicadores do programa e dos projetos; ii) avaliação periodica do escopo do programa, envolvendo municípios, participantes, objetivos específicos, dentre outros, com vistas a garantir sua aderência enquanto medida de mitigação de impactos socioambientais da indústria petrolífera; iii) análise e aprovação do Plano de Pesquisa a ser desenvolvido no âmbito do programa, na fase subsequente à sua aprovação; iv) proposição de temas de pesquisa de interesse do Conselho Gestor; v) análise dos planos de trabalho dos projetos que compõem o programa; vi) aprovação de todos os instrumentos de planejamento e gestão do programa e seus projetos. Integram o conselho gestor representantes: i) da Coprod/Ibama que deverão presidir o Conselho; ii) das empresas petrolíferas; iii) dos(as) participantes do programa; além de iv) coordenador(a) geral; v) secretaria executiva.
	Secretaria Executiva	i) organização das reuniões do Conselho Gestor, envolvendo elaboração das pautas; ii) envio de convites; iii) elaboração das atas e de sua publicização; iv) no primeiro ano do programa, a Secretaria Executiva deverá elaborar uma proposta de regimento-interno e um código de ética orientando a conduta dos(das) participantes e equipes técnicas para aprovação do Conselho Gestor.

Estrutura macro	Componentes	Atribuições
Coordenação Geral (possui atribuição de i) fazer a relação institucional e prestar contas das ações do programa ao Conselho Gestor; ii) coordenar os projetos conforme planos de trabalho)	Coord. Operacional	i) gestão logística de recursos humanos e financeira do programa; ii) organização dos investimentos do programa conforme indicadores de investimentos do programa e em atendimento aos requisitos contratuais; iii) organização da prestação de contas ao conselho gestor e ao contratante, quando aplicável; iv) gestão operacional das ações do programa, trabalhando de forma articulada com a coordenação geral, com as coordenações regionais e com as equipes municipais; iv) orientações em relação ao cuidado com a saúde dos(as) trabalhadores(as) que integram o programa; v) elaboração e proposição de uma política de cuidados com a saúde e de valorização dos(as) trabalhadores(as) do programa.
	Assessoria de Projetos	Assessoria à coordenação geral, envolvendo: i) planejamento e coordenação da implementação das ações dos projetos conforme os planos de trabalho; ii) sistematização dos indicadores dos projetos na relação com o programa; iii) organização das atividades de monitoramento e avaliação; iv) proposição de adequações ao programa com base nas avaliações; v) planejamento das atividades de atuação inter-regional, estadual e federal; vi) planejamento e execução das ações demandadas pelo PMCS em diálogo com a coordenação de comunicação e equipes municipais; vii) planejamento e condução das ações de pesquisa em interface com os demais entes do programa; viii) planejamento, em conjunto com a Coordenação Pedagógica e de Comunicação, de atividades que articulam ações de mais de um projeto.
	Assessoria de articulação político institucional	i) monitoramento das políticas e debates públicos inter-regionais, estaduais e federais; ii) articulação com a assessoria de projetos nas demandas prioritárias em nível inter-regional, estadual e federal; iii) planejamento e condução dos debates públicos acerca das rendas petrolíferas em nível inter-regional, estadual ou nacional em diálogo com a assessoria de projetos e a coordenação regional; iv) fomento e assessoria de articulação permanente das ações do programa com organizações em nível municipal, regional, estadual e nacional.
	Acervo	i) salvaguarda e organização dos documentos do programa, facilitando o acesso às informações pela equipe técnica e pelo conselho gestor.
	Coord. pedagógica	i) planejamento pedagógico (definição de conteúdo, estratégias pedagógicas, elaboração de materiais didáticos); ii) condução dos processos de ensino-aprendizagem junto à equipe técnica com vista a qualificá-la em relação às especificidades do programa; iii) assessoria pedagógica das equipes municipais; iv) acompanhamento das atividades pedagógicas buscando a unicidade do programa e a diretividade em relação a seus objetivos e no que tange à perspectiva crítica da educação.
	Coord. comunicação	i) coordenação da elaboração e implementação do plano de comunicação geral do programa; ii) contribuição na elaboração de materiais didáticos (diagramação, uso de estratégias gráficas e audiovisuais); iii) assessoria das equipes municipais (articulação com a imprensa, estratégias de mobilização de grupos; iv) articulação com o PMCS.
Núcleos Territoriais	Coord. Regional	i) coordenação das atividades em âmbito regional; ii) articulação das equipes municipais e a coordenação geral do programa; iii) articulação com a assessoria de projetos nas atividades de nível regional; iv) operacionalização da gestão administrativa e logística das atividades municipais e regionais; v) planejamento e condução

Estrutura macro	Componentes	Atribuições
		dos debates públicos acerca das rendas petrolíferas, em nível regional e em diálogo com as equipes municipais; vi) elaboração de estratégias e peças de comunicação em nível regional e municipal, considerando especificidades e em diálogo com a Coordenação de Comunicação e com as equipes municipais.
	Equipe Executiva Municipal	i) mobilização dos (das) participantes do programa (novos(as) e buscando sua permanência); ii) planejamento e condução dos processos de ensino-aprendizagem dos projetos em diálogo com as coordenações pedagógica e regional e com a assessoria de projetos; iii) condução dos processos de seleção dos(as) participantes do PAG em diálogo com a assessoria de projetos; iv) assessoria técnica e logística aos(às) integrantes do PAG, envolvendo o acesso à espaços de gestão em nível municipal ou regional relevantes ao Programa; v) condução das atividades de forma coesa e retroalimentar entre o PEA e o PAG; vi) planejamento e condução dos debates públicos acerca das rendas petrolíferas em nível municipal em diálogo com a coordenação regional; vii) condução das ações do PMCS (Eixo 3) em nível local a partir das orientações da assessoria dos projetos; viii) realização de registros audiovisuais das atividades cotidianas como subsídio ao PCS em nível regional; ix) manutenção do funcionamento das sedes municipais e dos equipamentos de uso dos municípios.

Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

Destaca-se que a ausência de estruturas específicas na organização da equipe para cada projeto visa buscar uma atuação integrada e articulada, ao mesmo tempo em que cada projeto contenha seu plano de trabalho, oportunizando maior visibilidade e organicidade das ações em relação às diferentes frentes do Programa.

Não obstante, cada componente organizacional deve conter pessoas com perfis profissionais e em quantidade adequada à sua execução. Especial atenção deve ser dada às equipes executivas municipais e à coordenação regional, conforme análises realizadas no âmbito da 1ª Fase do PARMIS, descritas no Documento 1 "Resultados e Fragilidades da implementação da Nota Técnica nº 01/2010 (Relatório de pesquisa)", publicado em julho de 2023, com acesso em Documento 1_PARMIS (SEI nº 16655984). No caso das equipes municipais, destaca-se a importância da definição de atribuições específicas para cada um dos profissionais contratados, evitando uma lógica de "faz tudo" que sobrecarrega alguns(as) integrantes, bem como a necessidade de ampliação do quadro técnico atual dos PEA, que envolve entre 2 ou 3 pessoas. Maior atenção deve ser dada às atribuições dos(as) integrantes das comunidades que atuam na mobilização e acabam por atender a uma diversidade de atividades logísticas em detrimento de atividades finalísticas dos projetos.

Já em relação às coordenações regionais, é importante: i) ao menos um(a) profissional na função de coordenador(a), cujas atribuições envolvem a organização das atividades em nível municipal, no nível regional e a articulação com a coordenação geral; ii) educadores(as) ambientais; iii) profissionais da área da comunicação responsáveis pelas estratégias de comunicação e mobilização, e produção de peças, com atuação em nível regional e municipal; e iv) quadro

administrativo que operacionalize as atividades em nível regional e municipal. A ampliação da equipe nas coordenações regionais é essencial para a superação de diversas fragilidades evidenciadas pela pesquisa, sendo estratégica a consolidação do Programa.

O detalhamento em relação às funções das componentes do Organograma, perfis profissionais e funções deve ocorrer na 1ª fase do Programa, no âmbito do Manual de Organização do Programa, cujo escopo foi estabelecido na dimensão operacional.

Por fim, com vistas à articulação entre os componentes da equipe técnica, foram pensadas estruturas colegiadas (Quadro 3), cuja organização ocorre por finalidade. Seus encontros devem ocorrer prioritariamente no formato virtual, em temporalidade avaliada pela equipe. Tal proposição deverá ser melhor delineada no Manual de Organização do Programa, em sua primeira fase.

Quadro 3: Arranjo organizacional dos colegiados.

Espaços Colegiados	Composição
Colegiado Executivo do Programa	Coordenador(a) Geral; Integrantes da Assessoria de Projetos; Integrantes da Assessoria de Articulação Político-Institucional; Coordenador(a) Pedagógico; Coordenador(a) de Comunicação; Coordenador(a) Operacional; Coordenadores(as) Regionais.
Colegiado Pedagógico	Coordenador(a) Pedagógico; Integrante da Assessoria de Projetos; Educadores(as) das Coordenações Regionais; Educadores(as) das equipes executivas municipais.
Colegiado de Comunicação	Coordenador(a) de Comunicação; Integrante da Assessoria de Projetos; Comunicadores(as) integrantes da Coordenação Regional.
Colegiado Operacional	Coordenador(a) Operacional; Administradores(as) das Coordenações Regionais.
Colegiado de Articulação Político-Institucional	Integrante da Assessoria de Projetos responsável pelo PAG; Assessoria de Articulação Política-Institucional; Coordenadores(as) Regionais.
Colegiado de Pesquisa, Monitoramento e Avaliação	Integrante da assessoria de projetos; Integrantes da articulação político institucional; Coordenadores(as) regionais.

Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

5.3 Dimensão Diretiva à execução do programa e seus projetos

Tendo em vista a totalidade das ações do programa em relação à mitigação dos impactos socioambientais e aos fatores de vulnerabilização socioambiental a qual se pretende atuar, cinco premissas são basilares para a sua execução:

1. Institucionalidade do licenciamento ambiental como *lócus* de atuação do programa, sendo este direcionado à mitigação dos impactos socioambientais

a que se pretende, inserido em um contexto mais amplo que envolve outros programas destinados à mitigação de impactos (Eixo 4 — Atuar) e outros eixos que visam a caracterização (Eixo 1), avaliação integrada (Eixo 2) e comunicação (Eixo 3), conforme escopo do Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural — Plano Macro.

2. Sua dimensão pedagógica, que busca qualificar a compreensão sobre os impactos socioambientais incidentes no território, o papel das políticas públicas na mitigação desses impactos e a desigualdade de acesso às políticas públicas como elementos estruturante do "meio socioeconômico";

3. Sua dimensão comunicativa e dialógica, que visa o fomento do debate público sobre os impactos ambientais da indústria, maior conhecimento sobre o papel do licenciamento ambiental, da gestão pública e dos resultados do programa para a sociedade como um todo, bem como a mobilização da sociedade civil para a participação social com vistas a contribuir para a justiça intergeracional;

4. O caráter público dos debates e dos resultados do programa;

5. O caráter organizativo dos projetos, os quais são interrelacionados temporalmente e territorialmente, com equipes interdisciplinares e integradas.

Posto isso, são apresentadas as diretrizes que devem ser consideradas na elaboração dos planos de trabalho dos quatro projetos que integram o Programa:

1. Planejar as ações cotejando necessidades específicas dos grupos sociais participantes do programa e de cada região com o caráter universal das políticas públicas;

2. Prever atividades com vistas à articulação entre os municípios e entre participantes do programa, em nível municipal, regional, inter-regional, estadual e nacional, reforçando as dimensões multiescalares da mitigação de impactos e das políticas públicas;

3. Garantir que as ações do programa sejam planejadas e executadas a partir de uma **POSTURA PEDAGÓGICA** que promova uma comunicação adequada, que zele pela **DIALOGICIDADE** e pelo estímulo à *práxis*, tanto no que se refere aos membros das equipes, como em relação aos(às) participantes do programa;

4. Considerar elementos de classe na composição de equipes técnicas multiprofissionais, buscando equidade e inclusão em termos de gênero, raça/etnia, geracionalidade (intergeracional e geracional) e pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo, valorizar profissionais dos territórios, garantindo a diversidade socioambiental;

5. Avaliar de forma integrada ao PMCRP e junto ao Conselho Gestor do programa, atualizações nos critérios de inclusão e/ou exclusão de municípios aptos a participarem do programa, quando necessário;

6. Constituir mecanismos administrativos que visem assegurar a participação de jovens entre 14 e 18 anos nas atividades do programa, considerando questões relativas à menoridade civil;

7. Constituir mecanismos de acolhimento das crianças, oportunizando a participação qualificada das mulheres e/ou demais responsáveis por essas no programa;

8. Assegurar a **ACESSIBILIDADE** às pessoas com necessidades específicas, em igualdade de oportunidades, tanto aos espaços físicos, quanto à informação e comunicação;

9. Garantir a transparência (***ACCOUNTABILITY***) em relação às ações desenvolvidas pelo Programa, incluindo informações sobre recursos financeiros;

10. Prever sedes estruturadas em cada município, destinadas à permanência da equipe e ao acolhimento dos (das) participantes para as atividades do programa. Nesse quesito, destaca-se que as sedes devem ser estruturadas, organizadas e decoradas em diálogo com os(as) participantes do programa de cada município, no intuito de constituir um espaço de acolhimento. Quando de sua definição, deve ser considerado o acesso dos (das) diversos (as) participantes do programa, considerando a mobilidade urbana e; a segurança do imóvel, seja em relação à localização como em relação a sua estrutura, dentre outros. O espaço físico deve ser pensado enquanto um facilitador, para que os (as) participantes desenvolvam um senso de pertencimento ao programa.

11. Prever sedes para as coordenações regionais e para a coordenação geral na área de abrangência do programa, no caso das sedes regionais, prevendo-as na área de abrangência que a coordenação atua.

12. Considerar a necessidade de espaço físico diferenciado, face às especificidades do trabalho da equipe em relação às equipes executivas municipais, quando da previsão de sedes às coordenações compartilhadas com as equipes executivas municipais (regionais e geral).

13. Prever, de forma articulada ao Encontro Macrorregional presencial, um encontro de avaliação da equipe do programa, a ser realizado ao final de cada fase, junto aos(às) participantes do PAG, compatibilizando demandas de todos os projetos.

14. Prever, em periodicidade semestral, encontros presenciais de cada coordenação regional com suas equipes municipais para avaliação e planejamento das atividades dos projetos.

15. Privilegiar reuniões da equipe técnica em formato virtual, dada a abrangência territorial do Programa.

16. Elaborar os planos de trabalho dos projetos considerando a totalidade do programa, incluindo recursos financeiros dimensionados adequadamente à sua execução.

6. Periodicidade de avaliação do Programa

Sugere-se que o primeiro ciclo de avaliação do Programa seja de quatro anos, com vistas a apreciar a adequação ao escopo metodológico e demais elementos que compõem o programa. A partir daí, os ciclos podem ser ajustados para maior temporalidade. No entanto, considera-se que a avaliação de um período maior, na ordem de alguns anos, é um momento em que há culminância de um processo avaliativo que deverá ser construído ao longo de toda execução do programa. Isso quer dizer que se propõe um conjunto de encontros que estabelecem o processo de **AVALIAÇÃO**, conforme o quadro 4. Elaborado para a 1ª fase do Programa, ele deverá ser ajustado sem perder a concepção de continuidade, articulada à estratégicas que considerem sua ampla dimensão territorial e os custos associados à tal dimensão [13].

Quadro 4: Eventos a serem realizados na primeira fase do Programa.

Evento	Objetivo	Quantidade
Reuniões de Análise Crítica	Avaliação dos resultados e dificuldades do programa entre membros da equipe técnica, Ibama e das operadoras	2
Seminário do Programa Macrorregional	Divulgação de resultados e promoção de debates entre os(as) participantes do programa e convidados(as) externos(as) selecionados(as) estrategicamente para aumentar a visibilidade do programa	1
Encontros Regionais	Planejamento estratégico entre membros(as) da equipe técnica que atuam na mesma região	7
Encontros Regionais	Troca de experiências e planejamento entre membros(as) executores(as) do PAG e membros(as) da equipe técnica que atuam na mesma região	7
Encontro Macrorregional	Troca de experiências e planejamento entre membros(as) executores(as) do PAG e membros(as) da equipe técnica que atuam em todos os municípios do programa	1

Fonte: IBAMA, 2024. Parecer Técnico nº 394/2024-Coprod/CGMac/Dilic [13].

Esse processo avaliativo deve ser subsidiado pelo conjunto de indicadores do programa presentes no sistema de monitoramento e avaliação — a exemplo de um sistema de informação gerencial — a ser elaborado e implementado, além de ser informado pela pesquisa aplicada realizada pela equipe técnica. A atividade está sob a responsabilidade do PGP, cujo detalhamento deve ser previsto no Regimento Interno do Conselho Gestor.

A avaliação desempenha um papel fundamental na promoção da transparência e na consolidação da *accountability* nos processos organizacionais. Essa prática assegura

que todas as deliberações e decisões do Conselho Gestor sejam devidamente documentadas e acessíveis, por meio de atas públicas e registros amplamente disponíveis. Ademais, a implementação de um sistema periódico de prestação de contas no contexto avaliativo é essencial para garantir a supervisão, o controle e a definição objetiva de responsabilidades. Tal sistema deve incluir a disponibilização de dados acessíveis, a elaboração de relatórios regulares e a incorporação de mecanismos de participação social.

7. Indicadores

Para elaboração do sistema de Monitoramento e Avaliação dos resultados deste Programa foram considerados elementos basilares à proposta, sendo eles: i) implementar um sistema de monitoramento e avaliação; ii) o viés orgânico do programa, pois, ao mesmo tempo em que os indicadores apresentam os resultados à sociedade, também subsidiam o Conselho Gestor e a equipe técnica em melhorias e adequações no programa; e iii) a composição do sistema por indicadores de diferentes naturezas (impactos, resultados, processos) associados às distintas dimensões do programa.

Isto posto, foram delimitados sete conjuntos de indicadores gerais e integrados, elaborados a partir de elementos comuns aos programas do Eixo 4 (Figura 9).

Figura 9: Conjuntos de indicadores do Programa.

Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

Tal proposta visa que a coleta de dados ocorra de forma sistemática, em interface com o PGP, por meio de fichas de caracterização que determinam o parâmetro, o tipo de dado e suas categorias (Apêndice 8).

Nesse sentido, a Comunicação envolve dados sobre materiais e conteúdos produzidos, organização/realização de eventos e canais de divulgação, interação e mobilização. Os indicadores de Equidade, Inclusão e Diversidade guardam relação com o monitoramento e avaliação dos perfis, tanto dos(as) participantes, quanto das equipes técnicas executoras do programa. As estratégias de mobilização estão inseridas no conjunto denominado Mobilização. O conjunto que se refere às Atividades Pedagógicas inclui dados gerais e específicos das ações desenvolvidas. A **INCIDÊNCIA POLÍTICA** abarca informações sobre: espaços de participação associados à gestão pública, demandas encaminhadas, propostas executadas, entidades da sociedade civil participantes do programa e ações do programa destinadas ao fortalecimento organizacional. Já a coleta de dados referente aos indicadores sobre Infraestrutura depende diretamente da pertinência, ou seja, da demanda por estruturas físicas e equipamentos. Os indicadores sobre infraestrutura se relacionam com os indicadores de investimento por conta de suas finalidades. Os últimos se propõem a caracterizar custos fixos, custos variáveis relacionados aos

eventos, material e conteúdo produzido, e aporte financeiro para contratação da equipe técnica executora do programa e custos com logística.

Cabe destacar que, para além dos indicadores gerais, outros indicadores de resultados específicos do programa podem ser gerados quando combinados os indicadores gerais com o grau de dependência de rendas petrolíferas (indicador gerado pelo PMCRP). Identifica-se, ainda, a necessidade de elaboração de indicadores que monitorem e avaliem as ações de pesquisa executadas por meio do PGP.

Ressalta-se que a proposta apresentada para o sistema de indicadores de monitoramento e avaliação aqui descrita deverá ser objeto de amadurecimento quando da implementação da 1ª fase do programa e internalizada no âmbito do banco de dados do PMAIS, abordando as contribuições recebidas na Consulta Pública sobre a proposta de escopo do Eixo 4 do Plano Macro, realizada entre agosto e outubro de 2023 e na segunda fase do PARMIS durante a construção do escopo metodológico do Planeja+. Tais contribuições encontram-se no Apêndice 5.

8. Referências

[1] PIQUET, Rosélia. Indústria do Petróleo e Dinâmica Regional: Reflexões Teórico-metodológicas. In: PIQUET, Rosélia & SERRA, Rodrigo. (org.). **Petróleo e Região no Brasil: O Desafio da Abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 15-34, 2007.

[2] DIAS, Julio Cesar; NAHARA, Karine Lopes; SILVA, Carlos Eduardo Carvalho; PIOMBINI, Silvana Silva; BARBOSA, Cecília Gonçalves; VICENTE, Anderson de Souza. **Parecer Técnico nº 144/2019-COPROD/CGMAC/IBAMA.** Aponta questões para orientar a seleção de indicadores para a avaliação do grau de dependência de rendas petrolíferas no âmbito do Projeto de Monitoramento Socioeconômico da Bacia de Santos (PMS) e do Projeto de Monitoramento de Rendas Petrolíferas (PMRP). 6 pág. 8 de maio de 2019. SEI nº 4993248.

[3] DIAS, Julio Cesar; NAHARA, Karine Lopes; SILVA, Carlos Eduardo Carvalho; CARVALHO, Guilherme Augusto; VICENTE, Anderson de Souza; PIOMBINI, Silvana Silva; BARBOSA, Cecília Gonçalves; TEIXEIRA, Bruno Bernardes; GALHEIO, Fernando Augusto. **Parecer Técnico nº 334/2019-COPROD/CGMAC/DILIC.** Indicadores para a avaliação de impactos relacionados ao tráfego de embarcações no âmbito do Projeto de Monitoramento Socioeconômico da Bacia de Santos (PMS) e do Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações da Bacia de Santos (PMTE-BS). 7 pág. 24 de agosto de 2019. SEI nº 5752321.

[4] DIAS, Julio Cesar; TEIXEIRA, Bruno Bernardes; GALHEIO, Fernando Augusto; NAHARA, Karine Lopes; SILVA, Carlos Eduardo Carvalho; CARVALHO, Guilherme Augusto; BARBOSA, Cecília Gonçalves. **Parecer Técnico nº 45/2020-COPROD/CGMAC/DILIC.** Indicadores para a avaliação de impactos relacionados ao transporte e à destinação de insumos e resíduos no âmbito do Projeto de Monitoramento Socioeconômico da Bacia de Santos (PMS). 6 pág. 17 de fevereiro de 2020. SEI nº 6973298.

[5] DIAS, Julio Cesar; CARVALHO, Guilherme Augusto; TEIXEIRA, Bruno Bernardes; GALHEIO, Fernando Augusto; SILVA, Carlos Eduardo Carvalho; NAHARA, Karine Lopes; BARBOSA, Cecília Gonçalves. **Parecer Técnico nº 52/2020-COPROD/CGMAC/DILIC.** Indicadores para a avaliação de impactos relacionados ao tráfego de aeronaves no âmbito do Projeto de Monitoramento Socioeconômico da Bacia de Santos (PMS). 6 pág. 2 de março de 2020. SEI nº 7032025.

[6] DIAS, Julio Cesar; VICENTE, Anderson de Souza; SILVA, Carlos Eduardo Carvalho; NAHARA, Karine Lopes; BARBOSA, Cecília Gonçalves; PIOMBINI, Silvana Silva; GALHEIO, Fernando Augusto; CARVALHO, Guilherme Augusto; TEIXEIRA, Bruno Bernardes. **Parecer Técnico nº 159/2020-COPROD/CGMAC/DILIC.** Reorientação do Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira e estabelecimento de indicadores para a avaliação de interferências na pesca no âmbito do Projeto de Monitoramento Socioeconômico da Bacia de Santos (PMS). 8 pág. 29 de maio de 2020. SEI nº 7496832.

[7] DIAS, Julio Cesar; TEIXEIRA, Bruno Bernardes. **Parecer Técnico nº 12/2021-COPROD/CGMAC/DILIC.** Analisa a Proposta Metodológica do Projeto de Monitoramento de Rendas Petrolíferas (PMRP) e a Resposta Complementar ao Parecer Técnico nº 144/2019-COPROD/CGMAC/IBAMA. 11 pág. 15 de janeiro de 2021. SEI nº 9120564.

[8] PIQUET, Rosélia; SILVA; Ronaldo Costa. O ciclo da dependência às rendas petrolíferas em municípios do norte fluminense. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 95-108, 2014. DOI: 10.12957/cdf.2014.14234. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/14234. Acesso em: 3 dez. 2024.

[9] PEZZINO, Rodrigo F. Cordeiro. **Royalties de petróleo e gás natural: uma maldição de recursos naturais para os municípios fluminenses?** Dissertação (Mestrado em Administração). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2132 f., 2016.

[10] TERRA, Denise Cunha; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves; OLIVEIRA, Elzira Lúcia. **Rendas petrolíferas, investimentos públicos e aumento das desigualdades intra-urbanas**. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Pará, 2007. Disponível em: https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1199/1182. Acessado em: 03 dez 2024.

[11] BRETAS, Ana Maria; LAUREANO, Fernando Greco; QUINTANILHA, Nina; NAZARETH, Paula. Dependência das rendas petrolíferas nos municípios do Rio de Janeiro. In: **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 35, 2019.

[12] DIAS, Julio Cesar; VICENTE, Anderson de Souza; TEIXEIRA, Bruno Bernardes; RODIN, Patricia; LIMA, Lilian Maria Menezes; BARBOSA, Cecília Gonçalves. **Parecer Técnico nº 92/2024-COPROD/CGMAC/DILIC.** Analisa e aprova o Plano de Trabalho referente à segunda fase de execução do PARMIS. Estabelece diretrizes para elaboração do Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas, para subsídios das propostas metodológicas a serem desenvolvidas. 8 pág. 15 de março de 2024. SEI nº 18568951.

[13] DIAS, Julio Cesar; VICENTE, Anderson de Souza; BARBOSA, Cecilia Gonçalves; TEIXEIRA, Bruno Bernardes; RODIN, Patricia. **Parecer Técnico nº 394/2024-COPROD/CGMAC/DILIC.** Análise da 2ª Oficina do PARMIS e subsídios para o planejamento da 3ª Oficina. Estabelece diretrizes e solicitações para subsidiar a elaboração do Programa Macrorregional. 10 pág. 14 de outubro de 2024. SEI nº 20747543.

[14] BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. **Proposta Metodológica do Programa Macrorregional de Caracterização de Rendas Petrolíferas - PMCRP.** vol. único, rev. 01. Processo

IBAMA nº02001.032727/2019-90 (Plano Macro): Proposta Metodológica. Rio de Janeiro: IBAMA, 2021.

[15] DIAS, Julio Cesar. **Parecer Técnico nº 482/2024-COPROD/CGMAC/DILIC.** Análise da proposta metodológica do Programa Macrorregional de Apoio ao Planejamento Participativo de Políticas Públicas (Planeja+). 7 pág. 27 de dezembro de 2024. SEI nº 21556366.

[16] JESUS, Júlio; BINGHAM, Charlotte; CANTER, Larry; PARTIDÁRIO, Maria; CASHMORE, Mat; CROAL, Peter; FUGGLE, Richard; KESH KAMAT, Sukhad. Mitigation in Impact Assessment. **International Association for Impact Assessment** (Fastips nº 6), Fargo, 2013.

[17] SÁNCHEZ, Luiz Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos.** 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

[18] VITOLLA. Ricardo; WALTER. Tatiana; CALDASSO. Liandra Peres; TAKAHASHI. Naila Freitas. A vulnerabilidade socioambiental dos(as) pescadores(as) artesanais enquanto critério de avaliação de impacto ambiental: uma análise situada no licenciamento ambiental das atividades petrolíferas. In: WALTER, Tatiana; CALDASSO, Liandra Peres. FISCHER, Jéssica (org). **Avaliação de impactos ambientais sob uma perspectiva crítica: reflexões a partir dos impactos da cadeia produtiva de petróleo sobre pescadores e pescadoras artesanais**. São Lourenço do Sul: PoD Editora, 2023.

[19] ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. **Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006.

[20] IAIA. International Association for Impact Assessment. **Mitigation in Impact Assessment**. Fastips n. 3, 2013. Disponível em: <http://www.jsia.net/6_assessment/fastips/Fastips_6%20Mitigation. pdf>. Acesso em: 20 nov 2024.

[21] WALTER, Tatiana; ANELLO, Lúcia de Fátima. Socoowski. A Educação Ambiental Enquanto Medida Mitigadora e Compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto. In: **Revista Ambiente & Educação**. Rio Grande, v. 17 (1), p. 73-98, 2012.

[22] FISCHER, Jéssica Verly; WALTER, Tatiana. Contribuições da Ecologia Política à Mensuração de Impactos Socioambientais: reflexões a partir de um estudo de caso na comunidade pesqueira de Vila Nova, São José do Norte, RS. In: WALTER, Tatiana; CALDASSO, Liandra Peres. FISCHER, Jéssica (org). **Avaliação de impactos ambientais sob uma perspectiva crítica: reflexões a partir dos impactos da cadeia produtiva de petróleo sobre pescadores e pescadoras artesanais**. São Lourenço do Sul: PoD Editora, 2023.

[23] HERCULANO, Selene. **Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental.** Texto apresentado no I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental Fortaleza, 15 pág., 20 a 22 de novembro de 2006.

Apêndice 1 - Projeto de Educação Ambiental (PEA)

1. Premissas

O Projeto de Educação Ambiental (PEA) se volta ao planejamento e à execução do conjunto dos processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos com os(as) participantes do Programa, sendo fundante de suas ações. Para tal, são elencadas algumas premissas.

A primeira premissa é de que se trata de um PEA desenvolvido no âmbito da gestão ambiental pública [1], mais especificamente como condicionante do licenciamento ambiental federal da indústria petrolífera [2].

Consequentemente, se destina a conduzir processos de ensino-aprendizagem com os(as) **EDUCANDOS(AS)**, no sentido de construir uma consciência crítica coletiva acerca de sua realidade face aos impactos socioambientais da indústria petrolífera [3].

Tais processos contribuem para uma *práxis* que possibilita a construção de estratégias para a participação efetiva na gestão pública, os quais possuem interface com os impactos da indústria petrolífera e os fatores de vulnerabilização, relacionados com o que o Programa se propõe a mitigar.

A segunda premissa é de que, em sua ação, o PEA deve estar ancorado na **EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA** [4]. Ou seja, para além do amparo teórico, suas ações devem efetivamente construir processos educativos que dialoguem com categorias da **EDUCAÇÃO POPULAR** como diálogo, *práxis*, conscientização, emancipação e transformação [5], entre outras.

A terceira premissa se desdobra de o licenciamento ambiental ser o *lócus* de atuação do PEA. Nesse sentido, o conjunto de conteúdos a serem abordados nos processos educativos está delimitado pelos objetivos do Programa, ou seja, a mitigação de impactos socioambientais causados pela indústria petrolífera. Cabe registrar que na perspectiva da Educação Ambiental Crítica, o caráter transformador está na consciência desenvolvida pela práxis contínua dos(as) educadores(as) e educandos(as). Assim, tal delimitação não deve ser compreendida como barreira para a construção de processos educativos transformadores, mas sim como balizadora da intencionalidade pedagógica de tais processos.

A última premissa envolve o processo de seleção dos(as) integrantes — remunerados(as) ou não — que participarão do Projeto de Gestão Pública (PAG). Neste sentido, assume-se a diversidade e as condições de vulnerabilização socioambiental [6] como aspectos a serem considerados nos processos de ensino-

aprendizagem que dão sustentação à participação no PAG, bem como nos processos seletivos de seus(suas) integrantes.

2. Objetivos do projeto

2.1. Objetivo geral

Promover processos de ensino-aprendizagem que, contribuam, por meio da *práxis* contínua dos(as) educadores(as) e educandos(as), para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a realidade enfrentada pelos grupos sociais vulnerabilizados pelos impactos da indústria petrolífera, bem como para a qualificação da atuação na gestão pública, tendo como horizonte a mitigação destes impactos, especialmente no que se refere à dependência das rendas petrolíferas.

2.2. Objetivos específicos

1) Desenvolver processos de ensino-aprendizagem que contribuam para a formação de uma consciência coletiva crítica sobre os impactos da indústria petrolífera nos territórios e como estes impactos são potencializados sobre determinados grupos sociais em decorrência de fatores de vulnerabilização;

2) Conduzir processos dialógicos de forma com que educandos(as) construam uma consciência coletiva crítica acerca de sua realidade, face aos impactos socioambientais da indústria petrolífera, identificando pontos comuns aos diferentes grupos e a possibilidades de atuação conjunta no sentido de mitigar tais impactos;

3) Contribuir para a formação dos(as) educandos(as) com vistas à sua inserção e/ou qualificação da participação nas arenas de gestão pública como estratégia de enfrentamento à sua vulnerabilização face aos impactos da indústria petrolífera;

4) Promover a compreensão e reflexão acerca dos impactos associados a mudanças da dinâmica socioespacial municipal e regional em sua relação com a indústria do petróleo e com as rendas petrolíferas e as consequências na oferta de equipamentos e serviços públicos;

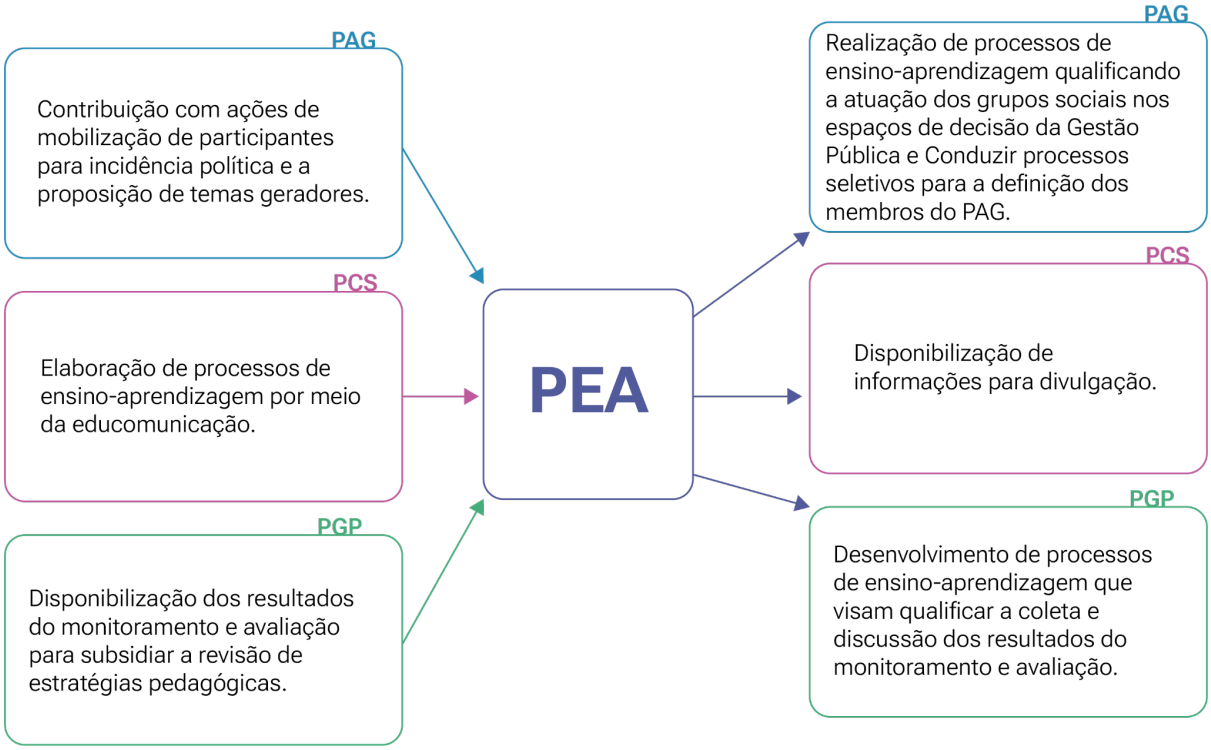
5) Desenvolver processos de ensino-aprendizagem com os(as) educandos(as), visando à formação de uma visão crítica acerca de sua realidade e ao desenvolvimento de uma práxis consciente quanto à participação popular nos processos decisórios relacionados à mitigação dos impactos da indústria petrolífera no território, considerando os limites e possibilidades do licenciamento ambiental federal;

6) Promover processos contínuos de ensino-aprendizagem com vistas a qualificar a equipe técnica para atuação no Programa.

3. Interface com os demais projetos do Programa

A figura abaixo (Figura 1), esquematiza as interfaces do PEA com os demais projetos.

Figura 1: Interface do PEA com os demais projetos.



Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

4. Diretrizes para elaboração e execução do plano de trabalho

- 1.4.1. Desenvolver ações com base no Plano Político-Pedagógico (PPP), levando em conta as especificidades dos grupos sociais e as necessidades de formação para a equipe técnica e participantes do programa;
- 1.4.2. Explicitar o alinhamento teórico e prático com a concepção de Educação Ambiental Crítica expressa nas premissas do presente projeto;
- 1.4.3. Apresentar os temas gerais a serem trabalhados pelo PEA e seu alinhamento com os objetivos do programa, definindo como temáticas dos processos de ensino-aprendizagem conteúdos que tenham relação com os impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás a serem mitigados pelo Programa (Figura 4, da página 14 no corpo do documento), e com as políticas públicas correspondentes, em interface com controle social do orçamento público e aplicação das rendas petrolíferas na realidade municipal, estadual e federal;

- 1.4.4. Prever, no planejamento dos processos de ensino-aprendizagem, estratégias pedagógicas que proporcionem o diálogo com os(as) educandos(as) no sentido de identificar as **SITUAÇÕES-LIMITE** e os **TEMAS GERADORES** para serem trabalhados no âmbito das atividades formativas;
- 1.4.5. Evidenciar estratégias pedagógicas que favoreçam a construção de uma visão crítica acerca das questões socioambientais, visando a promoção da participação qualificada dos grupos sociais nas arenas de gestão pública que dialoguem com os objetivos do Programa;
- 1.4.6. Definir estratégias de mobilização, tanto no formato de eventos quanto de forma continuada, considerando: i) a manutenção dos(as) participantes do Programa ao longo do tempo; ii) a inserção de novos(as) participantes; iii) a articulação com os movimentos sociais populares existentes na área de atuação do programa;
- 1.4.7. Prever estratégias e recursos que garantam a aproximação das equipes com os espaços cotidianos dos grupos sociais, com vistas a facilitar o processo de mobilização social;
- 1.4.8. Definir um rol de conteúdos e estratégias metodológicas comuns ao Programa que poderão ser adaptadas às especificidades dos grupos sociais a partir da interface com as Coordenações Regionais e equipes executivas municipais;
- 1.4.9. Apresentar um conjunto de estratégias pedagógicas a serem utilizadas para o acolhimento e alinhamento de novos(as) educandos(as) que serão integrados(as) ao projeto em momentos distintos;
- 1.4.10. Elaborar materiais didáticos que subsidiem os processos de ensino-aprendizagem adequados à realidade de cada grupo participante do projeto e, se necessário, a cada região em diálogo com os resultados dos demais programas do Plano Macro, em especial, o PMCRP e o PMAIS;
- 1.4.11. Incorporar processos formativos articulados à comunicação e a tecnologias, como por exemplo, produção de vídeos e letramento digital, como mecanismo de mobilização social;
- 1.4.12. Prever a realização de encontros regionais, inter-regionais, estaduais, interestaduais e/ou internacionais com o objetivo de debater publicamente as temáticas afeitas ao Programa;
- 1.4.13. Realizar intercâmbios enquanto parte dos processos de ensino-aprendizagem a fim de promover a socialização de ações e trocas de experiências entre os grupos sociais, inclusive fora da área de abrangência do Programa;
- 1.4.14. Desenvolver processos específicos de ensino-aprendizagem que visem contribuir para o desenvolvimento de habilidades necessárias para a atuação qualificada no PAG;

- 1.4.15. Desenvolver processos seletivos, em periodicidade de 2 anos, ou quando houver vacância, para os(as) participantes remunerados do PAG, considerando além de critérios construídos de forma coletiva, a necessidade de participação prévia em processos de ensino-aprendizagem, a diversidade (de gênero, étnico-racial, faixa-etária, pessoas com deficiência, nível de letramento), a disponibilidade para participar das atividades e a premissa de que para a atuação no PAG as habilidades necessárias não se resumem à apropriação formal de conteúdos;
- 1.4.16. Garantir recursos financeiros e logísticos adequados que possibilitem a mobilização, o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem e a seleção dos (das) participantes do PAG.

Referências

[1] QUINTAS. José da Silva. **Educação na Gestão Ambiental Pública. In: Encontro e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília, v. 2., p. 131-142, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Dimas-Floriani/publication/236144197_Dialogo_de_Saberes/links/5981d851aca2728abee889ff/Dialogo-de-Saberes.pdf#page=135. Acessado em: 25 out. 2024.

[2] QUINTAS, José da Silva; GOMES, Patrício Melo; UEMA, Elisabeth Eriko. **Pensando e praticando a no processo de Gestão Ambiental: Uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento**. 2ª ed. rev. e aum. (Coleção Meio Ambiente. Série Educação Ambiental). Brasília: Ibama, 2006.

[3] WALTER, Tatiana; ANELLO, Lúcia de Fátima Socoowski. A Educação Ambiental Enquanto Medida Mitigadora e Compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto. In: **Revista Ambiente & Educação**. Rio Grande, v. 17 (1), p. 73-98, 2012.

[4] LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Ecologia Política, justiça e Educação Ambiental Crítica: Perspectivas de aliança contra-hegemônica**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/8VPJg4SGvJLhcK3xcrrnHRF/?format=pdf&lang=pt. Acessado em: 25 out. 2024.

[5] FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 42ª ed., 2005.

[6] PORTO, Marcelo Firpo de Sousa. **Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e justiça ambiental**. 2ª ed. rev. enl. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

Apêndice 2 - Projeto de Ação na Gestão pública (PAG)

1.Premissas

Para a concepção do Projeto de Ação na Gestão Pública (PAG), foram assumidas algumas premissas. A primeira delas é que a Ação na Gestão Pública, no âmbito do PAG, trata-se de um processo de participação social e incidência política nos **PROCESSOS TECNO-POLÍTICOS** que permeiam a Gestão Pública [1]. Para isso, é fundamental que o cotidiano do projeto seja desenvolvido sob a perspectiva transdisciplinar da Gestão Pública, incorporando conceitos fundamentais desses processos como, dentre outros, **FORMAÇÃO DE AGENDA POLÍTICA, ATORES(ATRIZES) POLÍTICOS(AS), RECURSOS DE PODER, ANÁLISE DE CONJUNTURA, INCIDÊNCIA, ARTICULAÇÃO POLÍTICA** e arenas de gestão pública [2; 3; 4; 5; 6]. É no diálogo permanente com esses conceitos da Gestão Pública que o PAG deverá construir suas estratégias e articulações político-institucionais. O intuito é incidir nas arenas da gestão pública que decidem sobre os instrumentos da Administração Pública, as quais orientam a composição e a aplicação dos recursos públicos, a saber, **PLANO PLURIANUAL (PPA), LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)**.

A incidência sobre o orçamento público deve refletir em intervenções nas políticas públicas relacionadas ao uso e ocupação do solo, saneamento básico, e outros temas que contribuam para a mitigação de impactos decorrentes da dependência do orçamento público em relação às rendas petrolíferas, do crescimento demográfico resultante das dinâmicas socioespaciais oriundas da cadeia produtiva desta indústria e da consequente sobrecarga de serviços e equipamentos públicos. Em determinadas ocasiões, de acordo com a origem das rendas petrolíferas, as ações de incidência devem dialogar com as políticas públicas na área de saúde e educação.

Em decorrência da primeira, a segunda premissa é de que, em sintonia com os demais projetos, o PAG deve ter no seu horizonte a possibilidade de desenvolver ações de forma articulada com outros atores(atrizes) políticos(as) presentes nos territórios, os quais tenham interesses convergentes com os(as) participantes do PAG, a exemplo de movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil.

A terceira premissa é que a incidência política no âmbito do PAG deve ser planejada no contexto da desigualdade de acesso aos serviços e equipamentos públicos, referenciada na atuação para o enfrentamento dos fatores de vulnerabilização aos impactos da indústria, em especial, ao racismo ambiental.

A quarta premissa é de que o PAG contará com duas modalidades de participação, sendo uma remunerada, com dedicação mínima de carga horária, e outra que atuaria voluntariamente, mediante a disponibilidade. Assim, poderão participar da execução

do PAG as pessoas participantes do Programa que tenham se envolvido nos processos formativos do PEA, sendo elegíveis para concorrer a funções remuneradas aquelas que, mediante processo seletivo, demonstrarem conhecimento, habilidades e representatividade (regional, de grupo social, entre outros) sobre as temáticas requeridas para execução do PAG.

2. Objetivos do projeto

2.1. Objetivo geral

Fomentar a participação social e a incidência política nas arenas da gestão pública que sejam pertinentes à mitigação dos impactos da indústria petrolífera e fatores de vulnerabilização socioambiental a esses impactos.

2.2. Objetivos específicos

1) Fomentar a ação qualificada em conselhos, fóruns, instituições e demais **ESPAÇOS DA GESTÃO PÚBLICA** relevantes para a mitigação dos impactos da indústria petrolífera, a fim de criar mecanismos de controle social e possibilitar a transparência no que tange a aplicação dos recursos nos municípios e região;

2) Viabilizar a participação nas arenas de gestão pública locais, regionais, estaduais e nacionais onde ocorram debates e encaminhamentos sobre temas relacionados às rendas petrolíferas, à dependência dos municípios sobre as mesmas e à maior **GOVERNANÇA POPULAR** sobre o uso dos recursos em uma perspectiva intergeracional;

3) Mobilizar atores(atrizes) e organizações locais, municipais, regionais, estaduais e nacionais, a fim de fomentar a articulação permanente com as organizações em suas respectivas esferas, contribuindo com a promoção de debates sobre o uso de rendas petrolíferas;

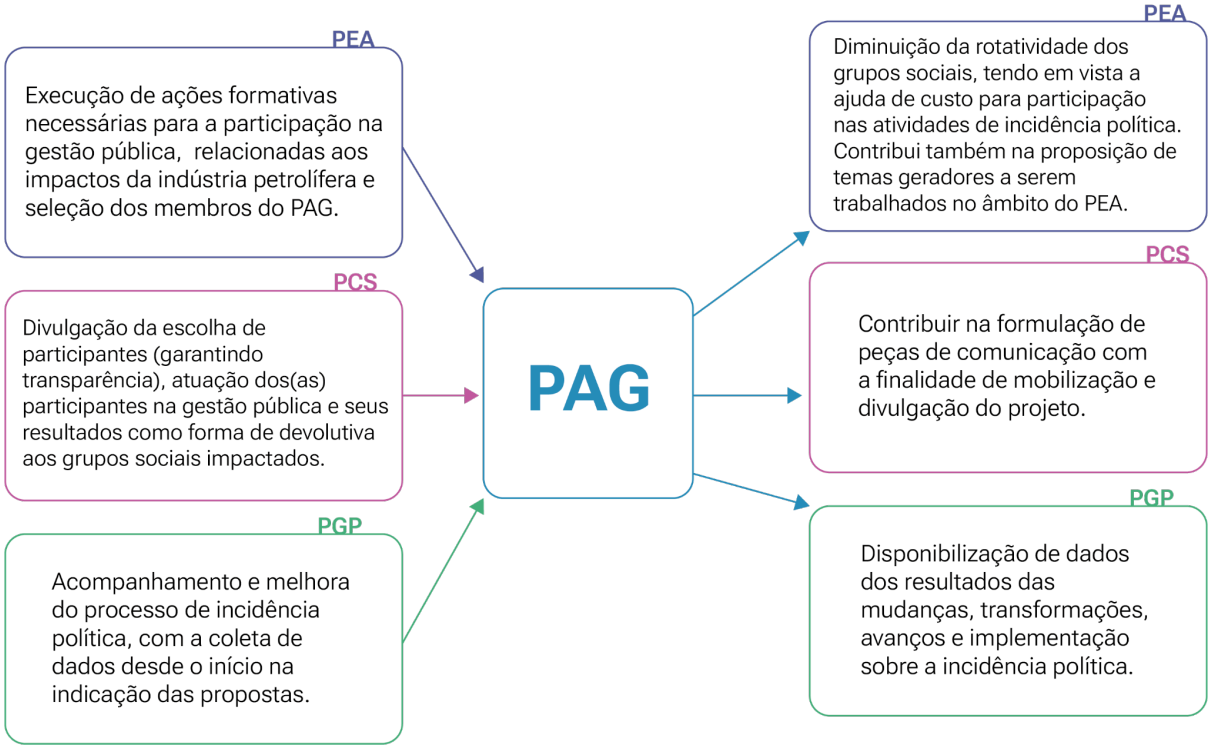
4) Acompanhar/apoiar as propostas dos(as) participantes nas arenas de gestão pública, desde a proposição até a execução, objetivando a garantia de um processo sistemático de monitoramento e avaliação, com o intuito de fornecer dados que contribuam para a tomada de decisão ao longo da execução do programa;

5) Apoiar, por meio de assessoria técnica, os(as) participantes do projeto para que desenvolvam habilidades para o controle social na gestão pública.

3. Interface com os demais projetos do Programa

A figura abaixo (Figura 1), esquematiza as interfaces do PAG com os demais projetos.

Figura 1: Interface do PAG com os demais projetos.



Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

4. Diretrizes para elaboração e execução do plano de trabalho

- 2.4.1. Desenvolver as ações municipais do PAG com base em Planos de Ação na Gestão, as quais levarão em conta a realidade de cada município, assim como as ações de incidência nas políticas do estado do Rio de Janeiro, as quais deverão ser desenvolvidas com base no plano de ação estadual;
- 2.4.2. Prever mecanismos para articulação com lideranças que atuam em movimentos sociais com abrangência regional e/ou estadual e/ou nacional;
- 2.4.3. Prever a participação no PAG, entre remunerados e não remunerados, de uma média de 20 pessoas por município, referenciadas no tamanho variável da população dos municípios a cada nova seleção para novos PAG;
- 2.4.4. Definir as arenas de gestão pública para incidência política de forma articulada e considerando o acúmulo obtido pelo PEA e PGP, levando em conta as situações-limite e o resultado dos processos dialógicos estabelecidos com os(as) participantes;
- 2.4.5. Organizar as ações do projeto em diferentes escalas de atuação — locais, regionais, inter-regionais, estaduais e nacional — a fim de assegurar que sejam consideradas especificidades locais, mas também, garantir um

alinhamento entre atividades municipais, regionais e estaduais previstas no Programa;

- 2.4.6. Viabilizar que participantes do Programa estejam presentes em encontros regionais, estaduais e nacionais que debatam as rendas petrolíferas e seu uso, em instâncias estadual e federal;
- 2.4.7. Desenvolver ações de forma articulada com organizações civis que atuem nos territórios, como movimentos sociais, sindicatos, associações e outras representações dos territórios;
- 2.4.8. Assessorar os(as) participantes do projeto com a elaboração de documentos técnicos que subsidiem sua participação na gestão pública;
- 2.4.9. Estabelecer mandato pré-definido com periodicidade de 2 anos aos (às) participantes do PAG, podendo haver recondução a partir de processos seletivos;
- 2.4.10. Prezar por formas de remuneração que garantam de direitos sociais aos(às) participantes selecionados(as) no âmbito do PAG, considerando inclusive, o caso dos(as) segurados(as) especiais, dentre outros casos restritivos e impeditivos;
- 2.4.11. Prever quantitativo de participantes remunerados(as) (PR) proporcionalmente ao perfil de cada município. O critério a ser considerado é um número variável por região, de acordo com o tamanho da população dos municípios: 3 PR até 40 mil moradores; 4 PR entre 40 e 80 mil moradores; 5 PR entre 80 e 150 mil moradores; 6 PR entre 150 e 200 mil moradores; 7 PR entre 200 e 300 mil moradores; 8 PR entre 300 e 400 mil moradores; 9 PR entre 400 e 500 mil moradores; 10 PR para mais de 500 mil moradores. O quadro 1 apresenta a distribuição de PR por município da área de abrangência do Programa, totalizando, inicialmente, 119 PR no Programa;

Quadro 1: O quantitativo de participantes remunerados distribuídos por município.

Região	Município	Nº de Participantes Remunerados (MR)
1	Cananéia	3
	Ilha Comprida	3
	Iguape	3
2	Ilhabela	3
	Caraguatatuba	5
	Paraty	4
3	Guapimirim	4
	Maricá	6
	Niterói	10
4	Saquarema	5

	Araruama	5
	Arraial do Cabo	3
	Cabo Frio	7
	Búzios	4
5	Casimiro de Abreu	4
	Rio das Ostras	6
	Macaé	7
	Carapebus	3
6	Quissamã	3
	Campos dos Goytacazes	10
	São João da Barra	3
	São Francisco do Itabapoana	4
7	Presidente Kennedy	3
	Marataízes	4
	Itapemirim	4
	Piúma	3
TOTAL		**119**

Fonte: Parecer Técnico nº 394/2024 - COPROD/CEGMAC/DILIC, 2024.

- 2.4.12. Flexibilizar, junto às coordenações regionais, o número de vagas remuneradas nos municípios, desde que não ultrapasse o total de cada região, considerando os seguintes fatores: i) número de pessoas efetivamente mobilizadas em cada município no PEA; ii) número de participantes do PEA bem avaliados(as) no processo de seleção; e iii) maior dependência de rendas petrolíferas entre os municípios que compõem a região. As propostas de realocação das vagas deverão ser justificadas à coordenação geral do programa e executadas mediante aprovação [13]
- 2.4.13. Prever flexibilidade para ajustes durante a distribuição de vagas de participantes remunerados(as), estimando uma quantidade de vagas adicionais a serem distribuídas segundo critérios adotados pela coordenação geral do programa, desvinculando-as de municípios ou regiões de referência, cuja avaliação deverá ser articulada à renovação das vagas, a cada biênio;
- 2.4.14. Prever mecanismos de institucionalização, regularização e/ou fortalecimento de organizações de grupos sociais para a viabilizar a participação social e a incidência política na Gestão Pública, considerando a possibilidade de criação de CNPJ específico para o programa, como exemplo através do Fórum Regional, ou utilização de CNPJ da empresa responsável pela execução do programa;

- 2.4.15. Prever encontros regionais, em periodicidade anual, com os (as) participantes do PAG para troca de experiências;
- 2.4.16. Prever um encontro macrorregional, ao final da primeira fase, para evento de culminância entre participantes do PAG e equipe técnica para avaliação do Programa;
- 2.4.17. Prever recursos financeiros, logísticos e estruturais, dentre outros, para deslocamento, alimentação, hospedagens, acessibilidade, apoio à participação de mães e crianças, assessorias técnicas ou outras necessidades; de forma a viabilizar a participação nas arenas de gestão pública (municipal, estadual e federal) por meio do projeto, considerando as especificidades dos grupos sociais e dos municípios.

Referências

[1] MATUS, Carlos. **Teoria do Jogo Social.** São Paulo: Fundap, 2005.

[2] RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; CAPES UAB, 2009.

[3] HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

[4] CARREIRA, Denise. **Indicadores de incidência em políticas públicas: afinando olhares e perspectivas**. La Piragua, v. 26, p. 79, 84, 2007.

[5] WU, Xu et *al*. **Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos.** Brasília: Enap, 2014.

[6] MARX, Karl. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte.** 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2000.

[7] DIAS, Julio Cesar; VICENTE, Anderson de Souza; BARBOSA, Cecilia Gonçalves; TEIXEIRA, Bruno Bernardes; RODIN, Patricia. **Parecer Técnico nº 394/2024-COPROD/CGMAC/DILIC.** Análise da 2ª Oficina do PARMIS e subsídios para o planejamento da 3ª Oficina. Estabelece diretrizes e solicitações para subsidiar a elaboração do Programa Macrorregional. 10 pág. 14 de outubro de 2024. SEI nº 20747543

Apêndice 3 - Projeto de Comunicação Social (PCS)

1.Premissas

A construção do Projeto de Comunicação Social (PCS) [1] se pauta em algumas premissas básicas para que sejam efetuadas as relações necessárias ao aprofundamento e discussão da comunicação e sua relação com o controle social de rendas petrolíferas e/ou com o apoio à gestão pública.

A primeira premissa se volta ao entendimento sobre comunicação enquanto uma necessidade básica, inerente à humanidade, como canal de transmissão cultural, de constituição de valores, normas e hábitos no contexto de sociedades estratificadas socialmente. A comunicação está, portanto, fundamentalmente relacionada às sociedades construídas historicamente e que têm a comunicação social como uma disciplina que analisa seus processos e suas formas comunicativas, sendo indispensável considerar que a associação do termo "social" implica no entendimento dos fatores de impacto social dentro da esfera comunicativa.

A segunda premissa é de que a comunicação social deve ser entendida como um processo, e não somente como meio instrumental. Enquanto processo, consideram-se as trocas coletivas e interpessoais, os formatos de constituição da ação comunicativa e as razões pelas quais essas ações são formuladas. Todavia, se considerarmos a comunicação enquanto meio, o direcionamento está no atendimento a demandas específicas e não possui, necessariamente, criticidade em sua formulação. Sendo assim, o PCS é pautado, primariamente, pelos objetivos descritos abaixo.

2.Objetivos do projeto

2.1. Objetivo geral

Fomentar ações comunicacionais, por intermédio da COMUNICAÇÃO DIALÓGICA [2], que contribuam para a mitigação de impactos socioambientais na área de abrangência do Programa.

2.2. Objetivos específicos

1) Construir canais de comunicação social internos e externos a fim de divulgar as temáticas pertinentes ao programa para os diferentes públicos;

2) Atender às demandas de comunicação do Programa, considerando a articulação com os demais projetos, bem como do PMCS, quando necessário;

3) Contribuir na elaboração e condução de processos formativos por meio da comunicação dialógica, abordando temáticas que se relacionam e/ou que são demandadas pelos demais projetos;

4) Estruturar uma comunicação dialógica de modo a colaborar nas ações de atuação e de participação do PAG;

5) Conduzir pesquisas em diálogo com o PGP sobre processos, etapas e formatos de comunicação que contribuam à mitigação de impactos socioambientais da indústria petrolífera e aos demais projetos do programa;

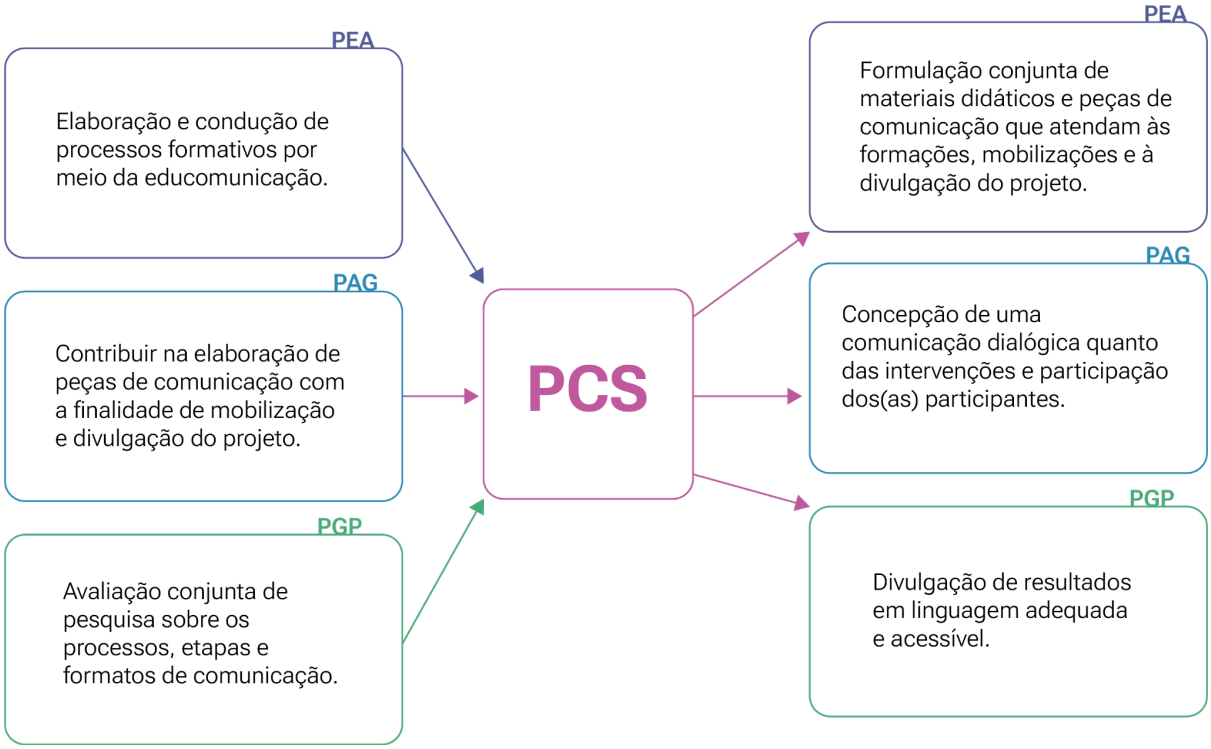
6) Prever o uso de COMUNICAÇÃO EM MASSA [3] para articulações associadas à incidência política e divulgação dos resultados do programa;

7) Otimizar estratégias de comunicação que se interrelacionem com o PMCS (Eixo 3).

3. Interface com os demais projetos do Programa

A figura abaixo (Figura 1), esquematiza as interfaces do PCS com os demais projetos.

Figura 1: Interface do PCS com os demais projetos.



Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

4. Diretrizes para elaboração e execução do plano de trabalho

- 3.4.1. Executar as ações do PCS com base em um plano de comunicação geral do Programa e planos de comunicação regionais que considerem as especificidades de cada uma das suas sete regiões de abrangência, bem como as contribuições dos comunitários e das equipes atuantes no território;
- 3.4.2. Monitorar os planos de comunicação para a identificação de eventuais necessidades de ajustes, bem como reformula-los em cada ciclo de execução do Programa;
- 3.4.3. Viabilizar a comunicação como processo e não somente como meio;

- 3.4.4. Debater, aprofundar e compreender os conceitos de comunicação por meio de formações internas, a partir da **EDUCOMUNICAÇÃO** [4], não excluindo outras possíveis abordagens;
- 3.4.5. Subsidiar formações técnicas, para equipe e participantes, em comunicação, **MÍDIA** e acessibilidade por meio de convidados externos especializados (em conjunto com o PEA/**COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL**);
- 3.4.6. Garantir a acessibilidade e **ADEQUAÇÃO DE LINGUAGEM**, a fim de atender as especificidades dos(as) participantes do programa;
- 3.4.7. Produzir peças de comunicação que atendam à mobilização, formação e divulgação do programa e do PMCS, quando necessário;
- 3.4.8. Produzir a partir dos resultados do PGP (**COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA** [5]), processos, etapas e formatos de comunicação que contribuam aos objetivos dos demais projetos do programa;
- 3.4.10. Contribuir com o planejamento, a criação e a implementação de métricas específicas para avaliar e acompanhar a eficácia da divulgação dos resultados das pesquisas na área de comunicação;
- 3.4.11. Divulgar os resultados do Programa, tendo como princípio a transparência (*accountability*);
- 3.4.12. Organizar e divulgar os resultados do mapeamento, monitoramento e análise do orçamento decodificado em políticas públicas (metas físicas e financeiras) realizado pelo PGP;
- 3.4.13. Prever a produção de peças diversas de comunicação, com ênfase naquelas em formato de **COMUNICAÇÃO POPULAR** [6] e dialógica;
- 3.4.14. Prever a articulação com iniciativas de comunicação popular existentes no território;
- 3.4.15. Promover a elaboração de diagnósticos de comunicação, de modo a aprimorar e avaliar a eficácia e a efetividade na divulgação e comunicação do Programa, considerando a experiência acumulada dos Projetos de Educação Ambiental presentes na área de abrangência do Planeja+;
- 3.4.16. Planejar, divulgar e realizar um seminário do programa para divulgação dos resultados, debate entre os(as) participantes e convidados(as) externos(as) selecionados(as) para aumentar a visibilidade do programa;
- 3.4.17. Publicizar as boas práticas da gestão pública a partir das pesquisas sistematizadas no PGP;
- 3.4.18. Assegurar recursos financeiros de forma a melhorar e a garantir as condições de infraestrutura, de equipamentos e de logística para comunicação.

Referências

[1] CALHOUN, Craig. Comunicação como Ciência Social (e mais). **Intercom – RBCC**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 277-310, jan./jun. 2012.

[2] FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

[3] SERRA, J. Paulo. A comunicação de massa e os *mass media*. In: SERRA, J. Paulo. **Manual de Teoria da Comunicação**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, Livros LabCom, p. 143-166, 2007.

[4] KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación**. Madrid: Ediciones de La Torre, 1998.

[5] VALERIO, Palmira Mariconi; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Da comunicação científica à divulgação. **Transinformação**. Campinas, v. 2, n. 20, p. 159-169, 2008.

[6] PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, v. 12, n. 2, p. 46-61, maio-ago. 2009.

Apêndice 4 - Projeto de Gestão e Pesquisa (PGP)

Apresentação

O Projeto de Gestão e Pesquisa (PGP) é responsável pela gestão operacional e gerencial do Programa como um todo, incluindo os demais projetos que o compõem. Nesse sentido, antes de apresentar suas premissas, cabe uma breve descrição de como o projeto está estruturado.

Visando facilitar a compreensão da relação das partes com o todo, considerando a complexidade inerente a seus objetivos e sua relação com os demais projetos, metodologicamente se optou por organizá-lo em duas frentes que se subdividem em componentes específicos, as quais trabalham para dar suporte à operacionalização e gestão do Programa.

Gestão

Na Gestão do Programa estão os componentes que dizem respeito à gestão operacional e gerencial, incluindo um processo contínuo de monitoramento e avaliação. A gestão operacional e gerencial compreende um conjunto de atividades que visa dar suporte ao cotidiano do Programa e às atividades dos projetos, observando critérios de qualidade, transparência, controle social e racionalização dos processos. Já no monitoramento e avaliação, está incluído um conjunto de atividades de produção, registro, acompanhamento e análise crítica das informações acerca de aspectos importantes para o alcance dos resultados esperados de cada um dos projetos e do Programa, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão da coordenação geral (especialmente da Assessoria de Projetos) e coordenadores(as) gerais e regionais durante a sua execução, assim como os esforços necessários para aprimoramento do Programa no longo prazo, em interface com o Conselho Gestor [1].

No caso do Monitoramento e Avaliação, são pensadas duas dimensões para eles [2]. A primeira diz respeito ao monitoramento e avaliação das atividades, resultados e impactos do Programa. A segunda dimensão, central para a obtenção dos resultados almejados pelo Programa, diz respeito ao Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas pelas quais o Programa almeja incidir. Elas se configuram à nível municipal, regional, estadual e federal. Neste caso, a Assessoria de Articulação Político-Institucional possui maiores responsabilidades sobre os indicadores de avaliação e monitoramento das políticas públicas em nível inter-regional, estadual e federal, enquanto as Coordenações Regionais têm responsabilidade sobre o nível regional e municipal.

Eventualmente, o monitoramento e avaliação poderão servir como suporte à pesquisa.

Pesquisa

A pesquisa proposta deve manter o compromisso de apoiar a solução dos problemas sociais identificados no âmbito do Programa. Para tal, é recomendado o uso de métodos e técnicas de pesquisa que permitam a construção em diálogo com os (as) participantes, equipe técnica e conselho gestor do programa, com destaque para a metodologia da **PESQUISA-AÇÃO** [3] e a investigação-ação-participante [4]. Tal destaque se deve ao potencial de transformação dessas metodologias, já que a "ação", na pesquisa, significa interceder na realidade em questão para transformá-la, lançando mão dos resultados da pesquisa na construção de soluções concretas para os problemas socioambientais enfrentados. Não obstante, é possível conduzir pesquisas em que em uma etapa do Programa se destina à compreensão da problemática para que, nas etapas subsequentes, apoie a atuação sobre ela.

Não obstante, são internalizadas, como atividades de pesquisa, diagnósticos cotidianos aos projetos que contribuem com uma leitura mais aprofundada sobre a incidência dos impactos socioambientais na área de abrangência do Programa, sua distribuição — social e territorial —, bem como outros diagnósticos que contribuem com a atuação do Programa. A inserção destes como estratégias da pesquisa voltam-se a superar fragilidades observadas quando da implementação da Nota Técnica nº 01/2010, a saber: i) a descrição do método e dos procedimentos de pesquisa utilizados, de forma a qualificar os resultados obtidos; ii) o registro e a publicização dos diagnósticos, contribuindo com os resultados do Programa e do Plano Macro, como um todo, de forma articulada ao PMAIS.

2.Premissas

Para a concepção do PGP foram consideradas algumas premissas que devem ser observadas de forma articulada em seus diferentes componentes.

A primeira premissa parte do pressuposto de que o Planeja+ se origina no âmbito do licenciamento ambiental, um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente. Portanto, ainda que sua execução possa vir a ser realizada por agentes privados, é de suma importância que no âmbito do PGP, seja incorporada a observância dos princípios da Administração Pública, a saber: Princípio da Impessoalidade; Princípio da Legalidade; Princípio da Eficiência; Princípio da Moralidade; Princípio da Publicidade.

A segunda premissa decorre da primeira, no sentido em que, no cotidiano da execução do projeto, sejam observadas as questões legais deliberadas pelo Estado brasileiro, no que se refere ao controle social, a boas práticas de gestão, garantia de

direitos, transparência e *accountability*, bem como à previsão de instrumentos de combate ao assédio, ao racismo, violência de gênero e demais violências. Tais questões devem ser observadas tanto no que se refere à organização interna do Programa, como na sua relação com a comunidade.

A terceira premissa diz respeito ao processo de monitoramento e avaliação. Nesse sentido, torna-se de suma importância que na elaboração dos planos de trabalhos dos projetos construam-se objetivos evidentes e metas mensuráveis de maneira a definir indicadores que permitam avaliar se objetivos e metas estão sendo alcançados em consonância com os indicadores do Programa.

A quarta premissa está relacionada à disponibilidade e qualidade dos dados. Uma vez que o monitoramento, avaliação e pesquisa dependem de dados que devem estar disponíveis e acessíveis, há a necessidade de eles terem qualidade e confiabilidade para assegurar resultados úteis e relevantes. A periodicidade da coleta e sistematização dos dados deve permitir à coordenação geral (especialmente a Assessoria de Projetos) e às coordenações regionais a adoção de medidas corretivas para melhorar a operacionalização dos projetos em consonância aos demais componentes do Programa.

A quinta premissa está relacionada ao compromisso das partes interessadas para o bom funcionamento do monitoramento e avaliação. Nesse sentido, o conjunto dos (das) participantes, equipe técnica e conselho gestor do programa devem compreender e contribuir para o processo de Monitoramento e Avaliação. As contribuições incluem a colaboração da coleta qualificada de informações; a interface entre a pesquisa e demais atividades dos projetos; e a utilização dos resultados para o aprimoramento do programa. A relevância do monitoramento e avaliação depende do interesse, assim como da disposição dos(as) participantes, equipe técnica e conselho gestor do programa em aplicar os seus resultados.

A sexta premissa se refere à necessidade de que o processo de monitoramento, de avaliação e as pesquisas devam ser conduzidas de forma objetiva, sem interferências que possam comprometer a imparcialidade dos resultados. De tal modo, é garantido que as conclusões sejam baseadas em evidências.

A sétima premissa diz respeito à participação de pessoas que representem os problemas endereçados na construção da pesquisa. Nesse sentido, considera-se que os(as) munícipes que vivem imersos(as) em problemas sociais possuem entendimento da natureza e da amplitude dos problemas, assim como da ordem de prioridade na ação sobre os problemas. Cabe aos(às) participantes e à equipe técnica do programa delimitar cientificamente cada problema, em diálogo com os(as) **INTERLOCUTORES(AS)** envolvidos(as), pois eles(as) podem se diferenciar em relação

aos(às) diversos integrantes do Programa espacialmente, seja em âmbito inter-regional, estadual, regional ou municipal.

A oitava premissa diz respeito à pesquisa e à ética na relação com seres humanos. Assim, as pesquisas que pressupõem interação com seres humanos devem ser baseadas nas normativas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP[13]), garantindo tratamento respeitoso que considere a dignidade e a autonomia de cada interlocutor(a) do processo de pesquisa.

A nona premissa trata da interdisciplinaridade das equipes técnicas. Nesse sentido, considera-se que métodos de pesquisa que envolvem ação se caracterizam por relações próximas entre os (as) participantes, equipe técnica e interlocutores(as), de modo que todos(as) lidam com problemas complexos que devem ser tratados com abertura e flexibilidade, o que exige um esforço de diálogo entre diferentes saberes e áreas do conhecimento, incluindo os saberes dos **POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**, quando for o caso.

A décima premissa diz respeito à pesquisa como promotora da construção de conhecimento ou aumento do grau de consciência dos(as) participantes, equipe técnica e conselho gestor do programa. Assim, considera-se que a pesquisa não se limita a elucidar e/ou resolver problemas, mas deve promover o ganho do conhecimento sobre a realidade por parte dos(as) participantes, equipe técnica e conselho gestor do programa. Para tal, os projetos devem prever meios de remuneração para ampliar a formação dos(as) participantes, equipe técnica, conselho gestor e interlocutores(as) do programa referente aos problemas sociais. Ademais, quando em interface com povos e comunidades tradicionais, seus saberes devem ser valorizados e incorporados no processo de construção do conhecimento. A pesquisa não deve se sobrepor aos temas tratados no âmbito de outros programas do Plano Macro, em especial, do PMCRP e do PMAIS.

A décima primeira premissa trata da publicização dos resultados. Nesse sentido, os resultados das pesquisas devem ser necessariamente socializados no âmbito do Programa, a partir de atividades planejadas pela assessoria de projetos e articulada às estratégias do PCS, considerando a interface entre projetos.

A décima segunda premissa trata da propriedade intelectual. Nesse sentido, as pesquisas realizadas no programa devem ter sua autoria reconhecida, inclusive na relação com os(as) participantes e no diálogo entre saberes. Contudo, sua propriedade intelectual é pública, sendo destinada a qualificar os programas do Plano Macro e as ações da gestão pública.

[13] Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde; Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde; Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS; Carta Circular nº. 039/2011/CONEP/CNS/GB/MS; Carta Circular nº 51-SEI/2017-CONEP/SECNS/MS; Cartilha dos Direitos dos Participantes em Pesquisa (CONEP, 2020).

2. Objetivos do projeto

2.1. Objetivo geral

Implementar a gestão operacional e gerencial do programa, incluindo o desenvolvimento de um método de monitoramento e avaliação contínua do programa e seus projetos e, em paralelo, conduzir pesquisas aplicadas ao seu aperfeiçoamento.

2.2. Objetivos específicos

1) Estabelecer procedimentos operacionais e gerenciais para o bom funcionamento do Programa e de seus projetos;

2) Coletar e sistematizar dados e informações gerados pelos demais projetos do Programa para fins de monitoramento e avaliação do Programa na mitigação dos impactos socioambientais da indústria do petróleo;

3) Implementar um sistema de monitoramento e avaliação do Programa o qual subsidie o planejamento, a execução e a revisão periódica do programa e seus projetos, com vistas à gestão de processos para a qualificação e aprimoramento do Programa;

4) Desenvolver ações de pesquisa, em diálogo com os(as) participantes, equipe técnica e interlocutores (as) do Programa, justificando as pesquisas nas interfaces e interesses do Programa;

5) Contribuir com processos de ensino-aprendizagem no âmbito do PEA com o propósito de qualificar a coleta de indicadores e as avaliações sistemáticas em torno dos resultados dos projetos e do Programa;

6) Promover processos de elaboração conjunta dos indicadores com o propósito de qualificar a coleta de indicadores, monitoramento e a avaliação sistemáticas em torno dos resultados dos projetos e do Programa;

7) Organizar e sistematizar os resultados do monitoramento e avaliação do Programa e das pesquisas conduzidas para divulgação no âmbito do PCS;

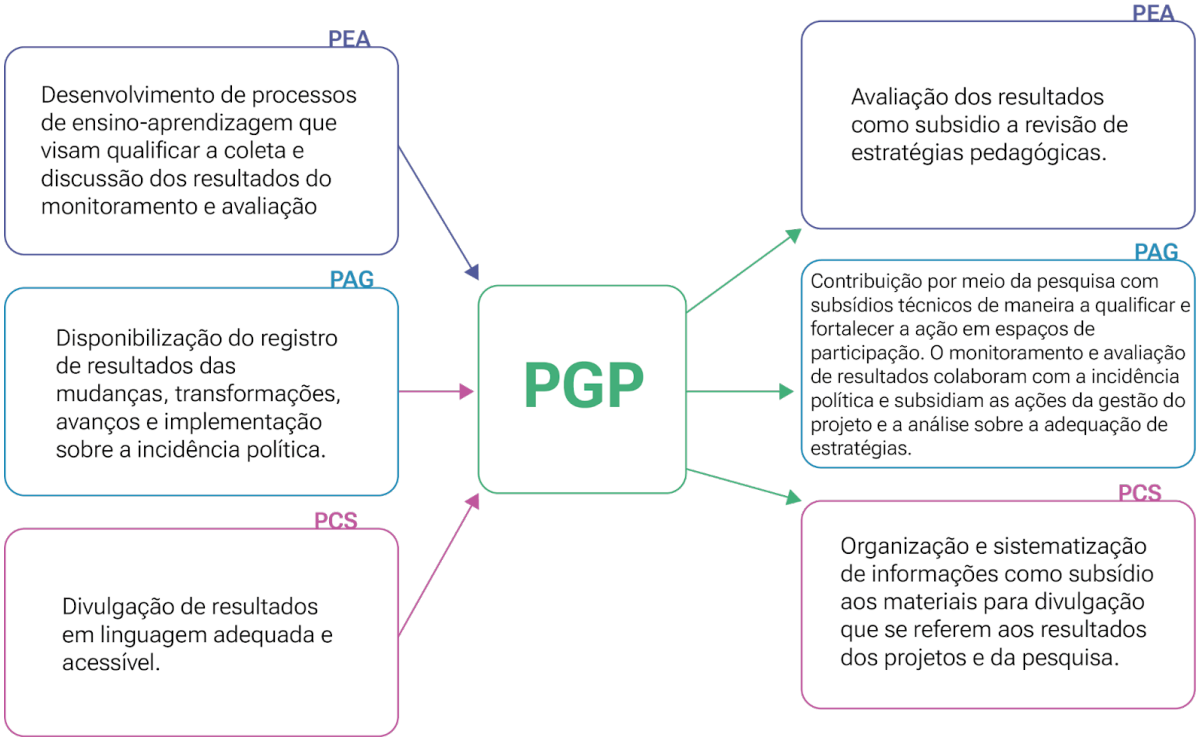
8) Analisar coletivamente, entre a equipe técnica, o processo de monitoramento, avaliação e pesquisa para construir, discutir e disseminar os resultados;

9) Sistematizar os resultados do Programa, de forma a evidenciar sua contribuição na mitigação de impactos.

3. Interface com os demais projetos do Programa

A figura abaixo (Figura 1) esquematiza as interfaces do PGP com os demais projetos.

Figura 1: Interface do PGP com os demais projetos.



Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

4. Diretrizes para elaboração e execução do plano de trabalho

- 4.4.1. Desenvolver as ações de gestão no âmbito do PGP, considerando os instrumentos que organizam a gestão do programa. Do mesmo modo, as ações de pesquisa serão baseadas no Plano de Pesquisa e em diálogo com os (as) participantes, equipe técnica e conselho gestor do programa;
- 4.4.2. Estabelecer procedimentos operacionais e gerenciais para a contratação e gestão de recursos humanos em quantidade e com habilidades necessárias para atender as demandas do programa, observando as questões trabalhistas previstas na legislação brasileira;
- 4.4.3. Estabelecer procedimentos operacionais e gerenciais de modo a garantir a observância dos princípios da administração pública na execução das atividades cotidianas do projeto;
- 4.4.6. Definir estratégias de sistematização e divulgação de boas práticas da gestão pública em relação à dependência das rendas petrolíferas e planejamento público;
- 4.4.7. Realizar o monitoramento, a avaliação e a pesquisa em conjunto com a equipe técnica dos demais projetos do Programa, de forma a promover uma reflexão coletiva coordenada pela Assessoria de Projetos;

- 4.4.8. Construir mecanismos de gestão que garantam transparência e *accountability* na execução das ações do Programa;
- 4.4.9. Orientar a construção de indicadores de cada projeto, a partir de oficinas com a equipe técnica do programa, de modo que os indicadores subsidiem o monitoramento e a avaliação;
- 4.4.10. Prever a organização de eventos regionais semestrais e, pelo menos, um evento anual geral para a equipe técnica. Para isso, incluir recursos logísticos, assegurando a discussão e disseminação dos resultados do Programa como um todo (monitoramento, avaliação e pesquisa);
- 4.4.11 Realizar Reuniões de Análise Crítica para avaliação dos resultados e dificuldades do programa;
- 4.4.12. Prever na metodologia o mapeamento, monitoramento e análise e divulgação do orçamento decodificado em políticas públicas (metas físicas e financeiras);
- 4.4.13. Elaborar um relatório das ações de mitigação com resultados considerados mitigadores de impacto;
- 4.4.14. Realizar e atualizar periodicamente diagnósticos e demais coletas de dados, em articulação com o PMAIS e junto aos(às) participantes do programa, em âmbito municipal, regional e estadual, em torno dos impactos decorrentes da dependência dos municípios sobre as rendas, considerando mudanças socioespaciais e a necessidade de gestão pública sobre elas, garantindo um olhar macrorregional, mas que considere especificidades dos municípios;
- 4.4.15. Realizar diagnóstico de perfil dos(as) participantes do programa envolvendo os grupos sociais vulnerabilizados pelos impactos socioambientais da dinâmica da indústria petrolífera, caracterizando as organizações sociais presentes no território, de modo a contribuir para as ações do Programa, em especial, para o PAG;
- 4.4.16. Assegurar a elaboração e o acesso da equipe técnica, incluindo pesquisadores(as) e pesquisadores(as) ad hoc, aos indicadores, de forma a qualificar suas pesquisas;
- 4.4.17. Adotar abordagens e metodologias dialógicas para a construção do conhecimento entre participantes e equipe técnica, no contexto da pesquisa aplicada, a exemplo da pesquisa-ação e da investigação-ação-participativa;
- 4.4.18. Vincular os temas de pesquisa do projeto aos objetivos dos projetos do Programa e selecionar de temas de pesquisa em diálogo com os(as) participantes, equipe técnica e conselho gestor;
- 4.4.19. Estabelecer estratégias para divulgação dos resultados de forma dialogada com o PCS e prever mecanismos de apresentação em linguagem adequada aos(às) participantes e interlocutores(as);
- 4.4.20. Assegurar recursos financeiros de forma a melhorar e garantir condições de infraestrutura, de equipamentos e de logística, tanto para

atividades diárias como para eventos que envolvam convidados(as) externos. Garantir, também, recursos para um ambiente virtual de trabalho que possibilite a realização de reuniões e encontros síncronos.

Referências

[1] SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2ª ed. São Paulo: Cengage Lerning, 2013.

[2] JANNUZZI, P. de M. Monitoramento analítico como ferramenta para aprimoramento da gestão de programas sociais. In: **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 1, p. 36-65, 2020.

[3] THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

[4] BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação na pesquisa: Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (org). **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

Apêndice 5 - Diretrizes específicas para execução dos projetos durante a primeira fase considerando o processo de transição dos atuais PEA para o Programa

Este apêndice visa orientar os aspectos transitórios necessários à primeira fase do Programa, estando organizado em dois itens. O primeiro deles versa sobre as diretrizes a serem consideradas na construção dos planos de trabalho dos projetos durante sua primeira fase, sendo elas complementares ao item 5.1 que caracteriza os instrumentos do Programa, às diretrizes constantes no item 5.3 do Programa, e àquelas descritas nos Apêndices 1, 2, 3 e 4. A opção em remetê-los à parte se deve ao fato de serem específicos desta fase.

O segundo subitem apresenta as contribuições realizadas aos indicadores de monitoramento e avaliação do Programa, concebidos no âmbito do Documento 2-3 e mantidos nesta versão, que devem ser aperfeiçoados e finalizados em diálogo com as contribuições realizadas no âmbito da Consulta Pública (PARMIS - Fase 1) e pelos (as) participantes das oficinas realizadas na 2ª fase do PARMIS.

1. Diretrizes para elaboração e execução dos planos de trabalho da 1ª fase do programa

1.1 PEA

- Estruturar um Plano Político Pedagógico (PPP) provisório para a fase de transição, considerando o acúmulo existente nos PEA que dão origem ao Programa, bem como os PPP de cada um deles;
- Conduzir processos formativos junto à equipe técnica e aos(às) participantes do programa, a partir do plano provisório, desde os meses iniciais;
- Elaborar o Plano Pedagógico do Programa, a partir deste acúmulo em conjunto com os (as) participantes e equipe técnica do Programa, de forma a consolidá-lo ainda na 1ª fase;
- Definir estratégias de mobilização dos(as) participantes que são sujeitos(as) dos Projetos de Educação Ambiental (PEA) NEA-BC, Rendas do Petróleo e Territórios do Petróleo para participarem do Programa;
- Quando da definição dos critérios de seleção para participação no PAG, deverá ser considerado, como um dos critérios, a experiência de participação dos PEA NEA-BC, Rendas do Petróleo e Territórios do Petróleo em razão do acúmulo destes nas ações da gestão pública. Ênfase deve ser dada àqueles(as) participantes que são oriundos de grupos vulnerabilizados aos impactos socioambientais.

1.2 PAG

- Elaborar 26 Planos de Ação na Gestão Pública Municipal (PAGM);
- Elaborar um Plano de Ação na Gestão Pública do estado do Rio de Janeiro (PAGRJ).
- Considerar, na elaboração dos Planos de Ação Municipal (PAGM) e Estadual (PAGRJ), as organizações sociais presentes no território, objetivando possíveis articulações que contribuam com a atuação dos(as) participantes do Programa na Gestão Pública;
- Definir estratégia executiva, com base no mapeamento e monitoramento das legislações e impactos, em especial a partir do acúmulo dos PEA NEA-BC, Rendas do Petróleo e Territórios do Petróleo, para elaboração dos planos de ação na gestão pública municipal;
- Envolver os(as) participantes do PAG na elaboração do Código de Ética do Programa, em consonância com os objetivos do Programa, estabelecendo princípios e orientações para a atuação nas arenas de gestão pública, bem como procedimentos para as atividades de devolutiva considerando especificidades dos grupos sociais;
- Prever mecanismos e recursos financeiros para a participação dos(as) sujeitos(as) da ação educativa que atuam nos PEA NEA-BC, Rendas do Petróleo e Territórios do Petróleo nas arenas da gestão pública, já no início da 1ª fase, considerando o histórico de incidência política dos(das) participantes no âmbito desses PEA, a fim de garantir a continuidade das articulações e conquistas já obtidas.

1.3 PCS

- Elaborar o Plano de Comunicação Geral do Programa;
- Elaborar 7 Planos de Comunicação Social Regionais;
- Elaborar, aplicar e analisar o Diagnóstico de Comunicação do Programa e os sete Diagnósticos de Comunicação Regionais no âmbito dos Planos de Comunicação PCG e PCR.

1.4 PGP

- Estruturar e conduzir o processo seletivo de contratação da equipe técnica para o Programa;
- Prever a estruturação física para o funcionamento do Programa envolvendo a locação das sedes e espaços para reuniões regionais, aquisição de equipamentos e materiais de consumo, provendo logística de transporte para a equipe.
- Elaborar o regimento interno do Conselho Gestor do Programa incluindo atribuições, critérios de seleção dos(as) membros(as), duração do mandato,

rotatividade, periodicidade das reuniões do Conselho Gestor, encontros de avaliação e definição de regras e procedimentos para tomada de decisão em caso de dissenso;

- Elaborar o Código de Ética, estabelecendo a garantia de direitos dos(as) participantes e da equipe técnica, bem como o combate ao assédio, ao racismo, à violência de gênero e demais violências no âmbito das ações do Programa, seja em sua relação interna, seja em sua relação com a comunidade;
- Elaborar o Manual de Organização do Programa;
- Elaborar manual de gestão das sedes que com vistas à manutenção do espaço e o bem-estar dos(as) usuários(as), entre outros;
- Aprimorar, validar e consolidar a proposta de indicadores existentes. Avaliar os indicadores do Programa e elaborar os indicadores dos projetos;
- Estabelecer o Sistema de Monitoramento e Avaliação tendo como instrumento de sistematização um Sistema de Informação Gerencial (SIG), propiciando o registro centralizado e seguro das informações, favorecendo a transparência e a prestação de contas;
- Elaborar o Plano de pesquisa.

2. Contribuições em relação aos indicadores do Programa a serem analisadas quando da implementação da 1ª fase

Durante a Consulta Pública realizada pelo PARMIS, e após a 2ª Oficina PARMIS, foram recebidas contribuições direcionadas aos indicadores. No entanto, dada a complexidade de algumas contribuições, avaliou-se que seria mais adequado aos(às) executores(as) do Programa em contato com a equipe do PMAIS realizarem o debate e aprofundamento necessário para a consolidação dos indicadores. Neste sentido, foram organizadas, de maneira sintética, as contribuições recebidas nas duas fases do PARMIS, nos dois quadros a seguir:

Quadro 1: Contribuições da Consulta Pública sobre a proposição de programas para o Eixo 4.

Demandas de aprofundamento e detalhamento dos indicadores propostos
Realizar um debate para aprofundar os indicadores, visto a complexidade destes e dos contextos diferenciados de execução dos PEA.
Aprofundar e detalhar melhor os objetivos, a metodologia e os indicadores dos Programas propostos por meio de encontros com representantes dos diversos segmentos envolvidos na EA no licenciamento ambiental.
Debater e aprofundar os indicadores para o Plano Macro, principalmente os de “mobilização” e “processo de ensino-aprendizagem”.
Debater amplamente os indicadores com os(as) profissionais que conduzem processos educativos nos PEA para que sejam detalhados e mais próximos à realidade de um projeto de educação ambiental crítica no licenciamento

ambiental federal, considerando a experiência resultante dos bons resultados alcançados nesses anos de implementação.
Incluir indicadores relacionados à produção científica (ex.: nº de bolsas, nº de artigos submetidos, nº de dissertações produzidas, nº de publicações, percentual de investimento no PEA etc.).
Formato de indicadores
Modificar a opção de ser fechada, escolha única, para múltiplas escolhas no caso dos indicadores de Comunicação e Divulgação.
Inclusão de indicadores
Avaliar se alguma questão do formulário de incidência política elaborado no âmbito do Projeto Pescarte pode ser aproveitada.
Incluir indicadores de valorização dos(as) educadores(as) ambientais.
Ampliar a abrangência/teor/componentes dos indicadores de incidência política (reuniões, cartas públicas, manifestações, CNPJ etc.).
Inserir como indicadores específicos de incidência política o "nº de propostas (encaminhadas, aprovadas, executadas) sobre processos que envolvam o controle social dos recursos públicos" e "nº de assentos/participações/representações em espaços de participação com interface com a gestão pública municipal, estadual e federal."

Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

Quadro 2. Contribuições recebidas na Fase 2 do PARMIS dos (das) participantes da 2ª Oficina.

Diferenciar materiais e conteúdos produzidos pela equipe de comunicação (institucional, de certa forma) e aqueles produzidos pelos(as) SAE (comunicação popular produzida pela base).
Pensar indicadores de mobilização continuada, e não apenas associada a convocações para eventos específicos
Avaliar a possibilidade de incluir o número de pessoas contempladas com as políticas executadas. Seria uma forma de dimensionar o impacto da mitigação
Medir as participações e representações como indicadores de processo. Medir o resultado da incidência política a partir da proposição de políticas públicas e seus desdobramentos
Nos indicadores de incidência política, incluir entre as opções de "tipos de espaço de participação", os seguintes itens: Conselho de Fundo Soberano, entre outros. Talvez a categoria deva ser apenas "Conselho" e ter um espaço para o nome, pois cada município tem uma variedade de Conselhos próprios, Conferências municipais/estaduais/federais, Coletivos e Associações.
Nos indicadores de incidência política, considerar a experiência da equipe ativa nos espaços de decisão e organização.

Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

Apêndice 6 - Marco Lógico para elaboração do Programa

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Resultados do programa		Projeto	Bloco de Indicadores
		Impactos a serem mitigados	Fatores de vulnerabilização a serem mitigados		
Apoiar a participação popular na gestão pública, com vistas a mitigar, em uma perspectiva intergeracional, a dependência das rendas petrolíferas na composição do orçamento público e sua aderência à mitigação dos impactos associados ao crescimento desordenado e à sobrecarga de serviços e equipamentos públicos decorrentes da dinâmica da indústria petrolífera e de suas rendas.	i) Conduzir processos de ensino-aprendizagem que contribuam para que os (as) participantes do programa desenvolvam habilidades para o controle social na gestão pública, especialmente no que se refere à aplicação dos recursos oriundos das rendas petrolíferas, para a mitigação dos impactos associados à cadeia produtiva do petróleo e gás.	Aumento da dependência econômica dos municípios em relação às rendas petrolíferas; Diminuição da governabilidade local; Ausência e/ou sobrecarga da infraestrutura coletiva; Sobrecarga de serviços públicos; Adensamento populacional; Especulação imobiliária	Alijamento político; Racismo ambiental; Desinformação/ alienação dos (as) munícipes para/com o uso das rendas petrolíferas	PEA	Equidade, inclusão e diversidade Infraestrutura Investimento Mobilização Atividades pedagógicas
	ii) Fomentar a participação popular qualificada em arenas de gestão pública, visando contribuir para a formulação de estratégias para a mitigação da dependência das rendas petrolíferas, em uma perspectiva intergeracional.	Aplicação inadequada do orçamento por parte dos municípios; Diminuição da governabilidade local; Ausência e/ou sobrecarga da infraestrutura coletiva; Sobrecarga de serviços públicos; Adensamento populacional; Especulação imobiliária; Aumento da dependência econômica dos municípios em relação às rendas petrolífera	Alijamento político; Destituição de rendas, bens e serviços públicos; Racismo ambiental.	PAG	Equidade, Inclusão e diversidade Incidência política Investimento Infraestrutura Mobilização

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Resultados do programa		Projeto	Bloco de Indicadores
		Impactos a serem mitigados	Fatores de vulnerabilização a serem mitigados		
	iii) Promover o debate público e a construção de uma visão crítica em temas envolvidos com: a) incidência e características dos impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás nos territórios e sua relação com as políticas públicas; b) origem, uso e dependência de rendas petrolíferas em nível municipal e a necessidade de diversificação das rendas no orçamento público sob uma perspectiva intergeracional; c) relação entre a finitude dos recursos petrolíferos e mudanças da dinâmica da indústria petrolífera, de suas rendas e seus reflexos no orçamento público e na capacidade de mitigação dos impactos; d) transparência e mecanismos de controle social com vistas à melhor aplicação das rendas petrolíferas nos municípios e região.	Dependência dos municípios em relação às rendas petrolíferas; Aplicação inadequada por parte dos municípios; Diminuição da governabilidade local; Perda e/ou diminuição no recebimento de rendas petrolíferas; Aumento da dependência econômica dos municípios em relação às rendas petrolíferas	Alijamento político; Destituição de rendas, bens e serviços públicos; Racismo Ambiental	PAG	Equidade, Inclusão e Diversidade Incidência política Infraestrutura Investimento Mobilização Comunicação
	iv) Fomentar a articulação permanente com organizações em nível municipal, regional, estadual e nacional para a promoção de debates sobre a composição e o uso de rendas petrolíferas no orçamento público.	Dependência dos municípios em relação às rendas petrolíferas; Aplicação inadequada do orçamento por parte dos municípios; Diminuição da governabilidade local; Perda e/ou diminuição no recebimento de rendas petrolíferas. Aumento da dependência econômica dos municípios.	Alijamento político; Destituição de rendas, bens e serviços públicos; Racismo Ambiental	PAG	Incidência política Infraestrutura Mobilização Comunicação

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Resultados do programa		Projeto	Bloco de Indicadores
		Impactos a serem mitigados	Fatores de vulnerabilização a serem mitigados		
	v) Fomentar a comunicação em nível local, com vistas a contribuir para a mitigação dos impactos da indústria petrolífera e para a maior compreensão sobre o licenciamento ambiental federal, em articulação com o PMCS.		Alijamento político Desinformação/alienação dos (as) munícipes para/com o uso das rendas petrolíferas	PCS	Comunicação
	vi) Desenvolver um processo cíclico de monitoramento e avaliação dos resultados alcançados, visando subsidiar a tomada de decisão ao longo da execução do programa.			PGP	a ser definido pela equipe executora do programa
	vii) Conduzir processos de pesquisa orientada à ação junto aos(às) participantes do programa buscando qualificá-lo.	A depender do escopo da pesquisa	A depender do escopo da pesquisa	PGP	a ser definido pela equipe executora do programa
	viii) Consolidar processos que possam se constituir como referência no debate público sobre orçamento e planejamento de políticas públicas no âmbito da mitigação dos impactos causados pela dependência das rendas petrolíferas.	Dependência dos municípios em relação às rendas petrolíferas; Aplicação inadequada do orçamento por parte dos municípios; Diminuição da governabilidade local e do controle social sobre o orçamento público; Perda e/ou diminuição no recebimento de rendas petrolíferas. Aumento da dependência econômica dos municípios em relação à atividades de apoio à cadeia produtiva, incluindo à indústria naval.	Alijamento político Destituição de rendas, bens e serviços públicos; Racismo Ambiental Desinformação/alienação dos (as) munícipes para/com o uso das rendas petrolíferas	PGP	a ser definido pela equipe executora do programa

Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

Apêndice 7 - Matriz de Aderência dos Projetos aos objetivos do Programa

O apêndice 7 foi elaborado enquanto uma ferramenta didática, tendo como perspectiva atender a dois objetivos. O primeiro deles é de facilitar a visualização do Objetivo Geral do Programa com os Objetivos Específicos de cada projeto, oportunizando uma visão mais totalitária do Programa (Quadro 2). Já o quadro 3 visa articular os objetivos específicos de cada um dos projetos com os objetivos específicos do Programa, demonstrando a aderência dos projetos delineados no nível tático para o alcance dos resultados do Programa, que se encontra no nível estratégico.

Para a formulação desta matriz, foram definidas palavras-chaves centrais e específicas de cada um dos projetos, sistematizadas em cores, conforme quadro 1, para posteriormente articulá-las. É sabido, contudo, que alguns objetivos específicos dos projetos contribuem com mais de um objetivo específico do Programa. Entretanto, optou-se por estabelecer a vinculação com apenas um deles, a partir de sua centralidade e com vistas a articular as questões centrais e observar que, no conjunto, os projetos atendem a totalidade do Programa.

Quadro 1 - Legenda de cores e palavras-chaves elaboradas para subsidiar a construção dos Quadros 2 e 3.

PEA	**aderência entre os objetivos específicos que se referem a processos de ensino-aprendizagem; compreensão; reflexão; visão/consciência crítica.**
PAG	**aderência entre os objetivos específicos que se referem à incidência política; controle social; práxis; debate público; participação; atuação/ação; arenas de gestão pública; articulação entre organizações.**
PCS	**aderência entre os objetivos específicos que se referem à comunicação e divulgação.**
PGP	**aderência entre os objetivos específicos que se referem à pesquisa, monitoramento e avaliação dos resultados.**

Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

Quadro 2 - Objetivo Geral do Programa e de cada um dos Projetos

	Planeja+	**PEA**	**PAG**	**PCS**	**PGP**
Objetivo geral	Apoiar a **participação** popular na gestão pública, com vistas a mitigar, em uma perspectiva intergeracional, a dependência das rendas petrolíferas na composição do orçamento público e sua aderência à mitigação dos impactos associados ao crescimento desordenado e à sobrecarga de serviços e equipamentos públicos decorrente da dinâmica da indústria petrolífera e de suas rendas.	Promover **processos de ensino-aprendizagem** que contribuam por meio da **práxis** contínua dos(as) educadores(as) e educandos(as), para o desenvolvimento de uma **consciência crítica** sobre a realidade enfrentada pelos grupos sociais vulnerabilizados pelos impactos da indústria petrolífera, bem como para a qualificação da **atuação** na gestão pública tendo como horizonte a mitigação destes impactos, especialmente no que se refere à dependência das rendas petrolíferas.	Fomentar a **participação** social e a **incidência política** nas **arenas de gestão pública** que sejam pertinentes à mitigação dos impactos da indústria petrolífera e fatores de vulnerabilização socioambiental a esses impactos.	Fomentar **ações comunicacionais**, por intermédio da **comunicação dialógica**, que contribuam para a mitigação de impactos socioambientais na área de abrangência do programa.	Implementar a **gestão operacional e gerencial** do programa, incluindo o desenvolvimento de um método de **monitoramento e avaliação** contínua do programa e seus projetos e, em paralelo, conduzir **pesquisas** aplicadas ao seu aperfeiçoamento.

Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

Quadro 3 - Matriz de aderência destacando a relação entre os objetivos específicos dos projetos no cumprimento dos objetivos específicos do Programa

	Planeja+	**PEA**	**PAG**	**PCS**	**PGP**
Objetivos específicos	i) Conduzir **processos de ensino-aprendizagem** que contribuam para que os(as) participantes do programa desenvolvam habilidades para o **controle social** na gestão pública, especialmente no que se refere à aplicação dos recursos oriundos das rendas petrolíferas para a mitigação dos impactos associados à cadeia produtiva do petróleo e gás.	i) Desenvolver **processos de ensino-aprendizagem** que contribuam para a formação de uma **consciência coletiva crítica** sobre os impactos da indústria petrolífera nos territórios e como estes impactos são potencializados sobre determinados grupos sociais em decorrência de fatores de vulnerabilização. ii) Conduzir **processos dialógicos** de forma com que educandos(as) construam uma **consciência coletiva crítica** acerca de sua realidade face aos impactos socioambientais da indústria petrolífera, identificando pontos comuns aos diferentes grupos e a possibilidades de **atuação** conjunta no sentido de mitigar tais impactos.		iii) Contribuir na elaboração e condução de **processos formativos** por meio da **comunicação dialógica**, abordando temáticas que se relacionam e/ou que são demandadas pelos demais projetos.	v) Contribuir com **processos de ensino-aprendizagem** no âmbito do PEA, com o propósito de qualificar a coleta de indicadores e as **avaliações sistemáticas** em torno dos resultados dos Projetos e do Programa.
	ii) Fomentar a **participação** popular qualificada em **arenas de gestão pública,** visando contribuir para a formulação de estratégias para a mitigação da dependência das rendas petrolíferas, em uma perspectiva intergeracional.	iii) Contribuir para a formação dos(as) educandos(as) com vistas a sua inserção e/ou qualificação da **participação** nas **arenas de gestão pública**, como estratégia de enfrentamento à sua vulnerabilização face aos impactos da indústria petrolífera. v) Desenvolver **processos de ensino-aprendizagem** com os(as) educandos(as), visando a formação de uma **visão crítica acerca** de sua realidade e o desenvolvimento de uma	i) Fomentar a **ação** qualificada em conselhos, fóruns, instituições e demais espaços da gestão pública relevantes para a mitigação dos impactos da indústria petrolífera, a fim de criar mecanismos de **controle social** e possibilitar a transparência no que tange a aplicação dos recursos nos municípios e região	iv) Estruturar uma **comunicação dialógica** de modo a colaborar nas ações de **atuação** e de **participação** do PAG.	

	Planeja+	PEA	PAG	PCS	PGP
		práxis consciente sobre a **participação** popular nos **processos decisórios** a respeito da mitigação dos impactos da indústria petrolífera no território, considerando os limites e possibilidades do licenciamento ambiental federal.	ii) Viabilizar a **participação** nas **arenas de gestão pública** locais, regionais, estaduais e nacionais onde ocorram debates e encaminhamentos sobre temas relacionados às rendas petrolíferas, à dependência dos municípios sobre as mesmas e a maior governança popular sobre o uso dos recursos em uma perspectiva intergeracional. v) apoiar, por meio de assessoria técnica, os(as) participantes do projeto para que desenvolvam habilidades para o **controle social** na gestão pública.		
	iii) Promover o **debate público** e a construção de uma **visão crítica** em temas envolvidos com: a) incidência e características dos impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás nos territórios e sua relação com as políticas públicas; b) origem, uso e dependência de rendas petrolíferas em nível municipal e a necessidade de diversificação das rendas no orçamento público sob uma perspectiva intergeracional; c) relação entre a finitude dos recursos petrolíferos e mudanças da dinâmica da indústria petrolífera, de suas rendas e seus reflexos no orçamento público e na capacidade de mitigação dos impactos;	iv) Promover a **compreensão** e **reflexão** acerca dos impactos associados a mudanças da dinâmica socioespacial municipal e regional, tanto em sua relação com a indústria do petróleo quanto com as rendas petrolíferas e as consequências na oferta de equipamentos e serviços públicos.		i) Construir canais de comunicação social internos e externos a fim de **divulgar** as temáticas pertinentes ao programa para os diferentes públicos. vi) Prever o uso de **comunicação** em massa para **articulações** associadas à **incidência política** e **divulgação** dos resultados do programa.	

	Planeja+	PEA	PAG	PCS	PGP
	d) transparência e mecanismos de **controle social** com vistas à melhor aplicação das rendas petrolíferas nos municípios e região.				
	iv) Fomentar a **articulação** permanente com organizações em nível municipal, regional, estadual e nacional para a promoção de **debates** sobre a composição e o uso de rendas petrolíferas no orçamento público.		iii) **Mobilizar** atores e organizações locais, municipais, regionais, estaduais e nacionais, a fim de fomentar a **articulação** permanente com as organizações em suas respectivas esferas, contribuindo com a promoção de **debates** sobre o uso de rendas petrolíferas.		
	v) Fomentar a **comunicação** em nível local, com vistas a contribuir para a mitigação dos impactos da indústria petrolífera e para a maior compreensão sobre o licenciamento ambiental federal, em **articulação com o PMCS**.			ii) Atender às demandas de **comunicação** do Programa, considerando a articulação com os demais projetos, bem como do PMCS, quando necessário. vii) Otimizar estratégias de **comunicação** que se interrelacionem com o PMCS (Eixo 3).	

	vi) Desenvolver um processo cíclico de **monitoramento e avaliação** dos resultados alcançados, visando subsidiar a tomada de decisão ao longo da execução do programa.		iv) Acompanhar/apoiar as propostas dos(as) participantes nas **arenas de gestão pública**, desde a proposição até a execução, objetivando a garantia de um processo sistemático de **monitoramento e avaliação**, com o intuito de fornecer dados que contribuam para a tomada de decisão ao longo da execução do programa.		ii) **Coletar, sistematizar dados e informações** gerados pelos demais projetos do Programa, para fins de **monitoramento e avaliação** do Programa na mitigação dos impactos socioambientais da indústria do petróleo. iii) Implementar um **sistema de monitoramento e avaliação** do Programa subsidiando o planejamento, a execução e a revisão periódica do programa e seus projetos, com vistas à gestão de processos para a qualificação e aprimoramento do Programa. vi) Promover processos de elaboração conjunta dos indicadores com o propósito de qualificar a coleta de indicadores, **monitoramento e a avaliação** sistemáticas em torno dos resultados dos Projetos e do Programa. vii) Organizar e sistematizar os resultados do **monitoramento e avaliação** do Programa e das pesquisas conduzidas para

	Planeja+	PEA	PAG	PCS	PGP
					divulgação no âmbito do PCS.
	vii) Conduzir processos de **pesquisa** orientada à ação junto aos(às) participantes do programa buscando qualificá-lo.			v) Conduzir **pesquisas** em diálogo com o PGP sobre processos, etapas e formatos de **comunicação** que contribuam à mitigação de impactos socioambientais da indústria petrolífera e aos demais projetos do programa.	iv) Desenvolver ações de **pesquisa**, em diálogo com os (as) participantes, equipe técnica e interlocutores (as) do Programa, justificando as **pesquisas** nas interfaces e interesses do Programa.
	viii) **Consolidar processos** que possam se constituir como referência no **debate público** sobre orçamento e planejamento de políticas públicas no âmbito da mitigação dos impactos causados pela dependência das rendas petrolíferas.	vi) Promover processos contínuos de **ensino-aprendizagem** com vistas a qualificar a equipe técnica para atuação no Programa.			i)Estabelecer **procedimentos operacionais e gerenciais** para o bom funcionamento do Programa e de seus projetos. ix) **Sistematizar** os resultados do Programa, de forma a evidenciar sua contribuição na mitigação de impactos.

Fonte: Elaboração equipe PARMIS.

Apêndice 8 - Indicadores do Programa

Esta seção apresenta uma síntese sobre o referencial teórico utilizado na construção preliminar dos indicadores gerais elaborados para monitorar e avaliar os resultados do Planeja+[14].

Posteriormente, é descrita a estrutura da coleta de dados, por meio de fichas de caracterização que indicam o tipo de dado, a categoria, e os parâmetros mínimos a serem considerados. Destaca-se que tanto a estrutura quanto os indicadores serão aprimorados durante a 2ª e 3ª Oficina PARMIS e que o texto em tela foi reescrito a partir do Documento 2-3, com o intuito de elucidar sua lógica. Neste momento, não houve alterações em relação às fichas de coleta de dados propostas, apenas o conteúdo que caracteriza o apêndice e o título de alguns dos blocos temáticos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA DA FORMULAÇÃO DO SISTEMA DE INDICADORES DE RESULTADOS DO PLANEJA+

A elaboração de indicadores é parte fundamental do processo de monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas e projetos. De acordo com Ferreira, Cassiolato e Gonzales (2009), as principais características dos indicadores é serem/terem (1) medidas quantitativa ou qualitativa; (2) significado particular; (3) capazes de captar e organizar informações referentes ao objeto em observação (FERREIRA; CASSIOLATO; GONZALES, 2009). Enquanto recurso metodológico, os indicadores são capazes de informar empiricamente o andamento do aspecto observado e, dessa forma, subsidiar a tomada de decisão, além de contribuir para a transparência e *accountability* de ações públicas e privadas.

Segundo Minayo *et al*. (2005), os indicadores possibilitam a construção de meios de verificação capazes de embasar as mudanças que se deseja promover. Dessa forma, assinalam tendências sobre um processo ou o resultado de uma ação. Por isso, no contexto de gestão de programas e políticas públicas, os indicadores cumprem a função de verificar a adequação das ações ao avaliar os processos, assim como o alcance dos objetivos no que se refere à avaliação de resultados.

O monitoramento e a avaliação são processos analíticos organicamente articulados, e complementares. Enquanto o monitoramento é uma atividade gerencial interna, que se realiza durante o período de execução e operação, a avaliação pode ser realizada antes, durante ou na conclusão de etapa, ou mesmo algum tempo depois. Instrumentos de monitoramento podem ajudar a identificar falhas de implementação dos programas, além de contribuir para melhor especificar

[14] Destaca-se que a totalidade dos conceitos e definições e as etapas da concepção dos indicadores pode ser acessada por meio do documento 2-3 PARMIS.

pesquisas de avaliação para esclarecer, de fato, as causas das anomalias encontradas. Para além da gestão do programa, indicadores claros e bem construídos aumentam a transparência e *accountability*, facilitando a participação social e a comunicação do desempenho de um programa a diferentes grupos. No processo de construção de indicadores é importante o entendimento da finalidade e dos usuários das informações a serem produzidas.

Segundo Jannuzzi (2020), os três atributos essenciais dos indicadores são: auditabilidade, representatividade e confiabilidades. É possível considerar ainda o atendimento de qualidades complementares a fim de otimizar um conjunto de indicações. Em relação à classificação de indicadores, existem variadas formas e critérios. Porém, no contexto de programas e políticas públicas, destaca-se a classificação de indicadores para a gestão do fluxo de implementação do programa, focada na relevância para o aspecto gerencial dos programas e considerando a separação dos indicadores em relação às fases do ciclo de gestão. A segunda classificação de indicadores relevantes nesse contexto refere-se à avaliação de desempenho.

A seleção de indicadores para a composição de um sistema de monitoramento e avaliação envolve escolhas metodológicas e operacionais. Minayo *et al.* (2005) aponta que para assegurar um maior nível de confiabilidade podem ser empregadas estratégias de triangulação de fontes e métodos. Além disso, é recomendável a inclusão de indicadores complementares com a função de aferir uma mesma meta, com o intuito de observar diferentes aspectos de objetivos complexos e permitir a elaboração de uma visão crítica dos resultados.

A construção de indicadores adequados ao monitoramento e avaliação de um projeto, programa ou política pública depende de um desenho consistente do objetivo observado — definição do problema, objetivos, metas, público e recursos disponíveis. Pois a estrutura do objetivo geral, dos objetivos específicos e metas mensuráveis, atingíveis e relevantes, dimensionados em um prazo ou marco temporal, é essencial.

Inicialmente, a elaboração dos indicadores para os programas do Eixo 4 do Plano Macro teve como ponto de partida a análise dos objetivos, geral e específico, assim como o mapeamento de possíveis indicadores (Brasil, 2010; Bahia, 2021), durante a primeira fase do PARMIS. Em paralelo, foram consultados indicadores dos PEA relacionados aos programas propostos e de programas macrorregionais de caracterização, entre eles o Programa Macrorregional de Caracterização de Rendas Petrolíferas (PMCRP), diante da necessidade em conceber processos integrados. Ademais, foi feita uma leitura sobre as dimensões de cada programa (e seus indicadores) que ocorrem na interface com o programa Macrorregional de Comunicação Social (PMCS), a fim de começar a construção de indicadores robustos e padronizáveis.

Após o mapeamento de possíveis indicadores — e em diálogo com os analistas ambientais do IBAMA — optou-se por um sistema robusto, considerando: i) a importância de padronização dos indicadores por conta de eles comporem um conjunto de medidas destinadas à mitigação de impactos. Esta padronização é proposta entre programas e pode ser considerada também para outros eixos, se assim for considerado pertinente; ii) indicadores robustos e de fácil entendimento; iii) indicadores com baixo custo de coleta.

Face aos indicadores terem sido propostos ao programa — cuja natureza é estratégica — e que guardam relação à dimensão tática (Projetos) e à dimensão Operacional (Planos de Trabalho), quando forem realizadas as coletas, em um primeiro momento se organizaram fichas para coleta dos parâmetros necessários ao monitoramento e avaliação do programa. Para serem lidos como "indicadores", eles necessitam ser considerados em termos absolutos, temporalmente, espacialmente ou em interface com outros dados. Um exemplo simples é o número de participantes do programa. Este pode ser absoluto (x pessoas), pode ser relativo ao tempo (x pessoas na 1ª etapa, y pessoas na 2ª etapa, etc); pode ser territorializado (x pessoas/município A; y pessoas/município B; z pessoas/região etc); pode ser lido em relação à diversidade (x homens; y mulheres; z pessoas não-binárias) ou lido de forma relativa (30% de jovens ou 60 jovens em 200 participantes). Um indicador pode, também, representar o alcance de uma meta, que reflete uma intenção prévia em relação às ações do Programa (por exemplo, mobilizar 100 pessoas ao longo de 1 ano). Em consequência, após esse período, os dados permitirão estabelecer se a meta foi totalmente alcançada (100 pessoas foram mobilizadas em 1 ano - 100%); se foi parcialmente alcançada (80 pessoas em 1 ano) ou extrapolada (120 pessoas em 1 ano). Também pode ser analisado antes do período, para corrigir rumos.

Nesse sentido, a estrutura de indicadores proposta busca oportunizar diferentes arranjos, organizados em 7 blocos temáticos, com vistas a: i) maior publicização e transparência em torno dos resultados para a sociedade como um todo; ii) dados robustos que possibilitam o Conselho Gestor, Equipes Técnicas e Participantes avaliarem e tomarem decisões em torno do programa.

FICHAS DE CARACTERIZAÇÃO E COLETA DE DADOS PARA O MONITORAR E AVALIAR O PROGRAMA

Para elucidar os parâmetros atrelados a cada conjunto de "temas" são apresentadas fichas que os caracterizam. Cada ficha está organizada em três colunas: 1) Nome do parâmetro; 2) Tipo de dado e/ou unidade (quando se tratar de dado numérico); 3) Categorias preliminares (quando o tipo de dado provém de uma lista de opções). A articulação entre parâmetros para uma dada finalidade é que resulta no indicador.

No âmbito da 2ª fase do PARMIS, além dos parâmetros a serem coletados, serão propostos indicadores em nível de programa. Indicadores para o monitoramento e avaliação das demais dimensões do programa deverão ser pensados pela equipe técnica, em diálogo com o Conselho Gestor e os(as) participantes. Entretanto, as fichas aqui propostas oportunizam a coleta sistemática dos dados desde o início da execução do Programa.

Os tipos de dados possíveis de serem coletados são: texto; número; data; sim/não; lista de opções (múltipla escolha ou escolha única) fechada ou com opção de inserção de outros dados. No caso das listas de opções, a equipe do PARMIS sugeriu uma lista preliminar de categorias, em alguns casos está indicado com (...) a necessidade de complementação. É oportuno destacar que o IBAMA solicitou análise das categorias, considerando a possibilidade de simplificação. Sugere-se que as listas sejam revistas ao longo do tempo, tanto pela equipe responsável pelo PMAIS como pela equipe do programa. Não obstante, ela será objeto de maior detalhamento na 2ª e 3ª Oficinas do PARMIS.

Recomenda-se que a forma de coleta de dados proposta seja por meio de formulários eletrônicos integrados ao banco de dados do PMAIS, permitindo o cruzamento e agregação de dados dos diversos programas do Plano Macro, assim como subsidiar os relatórios periódicos de atividades do programa. A frequência de preenchimento deve ser definida em função da natureza das ações/atividades, podendo inclusive apoiar o planejamento de ações e atividades. Também se destaca que há fichas e indicadores que são pertinentes a outros programas do Plano Macro e contribuem com maior publicização de seus resultados.

Em síntese, os dados coletados por meio das fichas de caracterização podem gerar diversas métricas e indicadores para monitoramento e avaliação dos programas do Eixo 4 e dos demais eixos do Plano Macro, se planejadas e implementadas nessa perspectiva. Neste momento a proposta se limita aos indicadores de resultados-chave, embora as fichas de caracterização sejam mais abrangentes, com campos não necessariamente utilizados nos indicadores-chave propostos. Os itens acerca das fichas que compõem cada grupo de indicadores encontram-se organizadas em ordem alfabética.

1. Indicadores de Comunicação

1.1. Caracterização dos materiais e conteúdos produzidos, independentemente da finalidade (Quadro 1).

Periodicidade da coleta: a ser preenchido a cada publicação /série de publicação ou anual.

Quadro 1. Caracterização dos materiais e conteúdos produzidos, independentemente da finalidade.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Título do material	Texto	
Data publicação	Data (DD/MM/AA)	
Finalidade	Lista de opções, escolha múltipla	Mobilização Ensino aprendizagem Divulgação de resultados Divulgação de informações (...)
Tipo de material	Lista de opções, escolha única	Vídeo Podcast/rádio Livro Cartilha/caderno Boletim Cartaz/card Folder/folheto Apostila Banner Faixa Notícia Postagens
Formato	Lista de opções, escolha múltipla	Impresso Digital Áudio Visual Audiovisual
Canais de divulgação	Lista de opções, escolha múltipla	Jornal TV Rádio Rede Social Site Veículo de som
Tamanho (nº de páginas ou duração)	Número	
Quantidade (tiragem – quando impresso; nº de acessos/ downloads – se digital	Número	
Tema	Opções fechadas, escolha múltipla	Rendas petrolíferas Orçamento público Cidadania e controle social Segurança territorial Gestão Ambiental Pública Licenciamento Ambiental Educação Ambiental Crítica Avaliação de Impacto Ambiental Impactos socioambientais (...)
Público	Opções fechadas, escolha múltipla	Sociedade em geral Pescadores (as) artesanais Comunitários (as) Equipe técnica Comunidade científica Gestores(as) públicos(as) (...)
Alcance	Opções fechadas, escolha única	Comunitário Municipal Regional Estadual Nacional Internacional

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

1.2. Caracterização da organização/realização de eventos, independentemente da finalidade (Quadro 2).

Periodicidade da coleta: a ser preenchido a cada evento.

Quadro 2. Caracterização da organização/realização de eventos, independentemente da finalidade.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Título	Texto	
Objetivo	Texto	
Finalidade	Lista de opções, escolha múltipla	Mobilização Ensino-aprendizagem Divulgação de resultados
Tipo de evento	Lista de opções, escolha única	Seminário Oficina Troca de experiências Curso Palestra Grupo de trabalho Mostra/exposição Conferência Fórum Grupo de estudos
Total de participantes	Número inteiro	
Formato	Lista de opções, escolha múltipla	Presencial Online Híbrido
Alcance	Lista de opções, escolha única	Comunitária Municipal Regional Estadual Nacional Internacional
Tema	Lista de opções, escolha múltipla	Rendas petrolíferas Orçamento público Cidadania e controle social Segurança territorial Gestão Ambiental Pública Licenciamento Ambiental Educação Ambiental Crítica (...)
Perfil dos participantes	Idealmente selecionar participantes cadastrados– vínculo com tabela de perfil de participantes. Depende do tipo de evento	
Espaço/atividades para crianças	Sim/não	
Como o participante soube do evento?	Lista de opções, outros	*Vincular à tabela de estratégia de mobilização*

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

1.3. Caracterização dos canais de divulgação, interação e mobilização, independente da finalidade (Quadro 3).

Periodicidade da coleta: a ser preenchido trimestralmente, por canal de divulgação.

Quadro 3. Caracterização dos canais de divulgação, interação e mobilização, independente da finalidade.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Canal de divulgação	Opções fechadas, escolha única	Redes sociais: Instagram; Facebook; Twitter. Streaming de vídeo: Youtube; Vimeo; TikTok. Streaming de áudio: Spotify; Amazon Music; Deezer; Soundcloud. Sites (...)
Estatísticas geradas pelas plataformas	Números (métricas de seguidores, usuários, reações, comentários, visualizações, cliques, impressões, retuítes e compartilhamentos)	

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

2. Indicadores de equidade, inclusão e diversidade

2.1. Caracterização dos perfis de participantes dos programas (Quadro 4).

O formulário de caracterização dos(as) participantes deve ser preenchido para aqueles(as) participantes frequentes do programa, evitando o repreenchimento quando da participação em mais de uma ação/atividade. Dependendo da ação/atividade uma versão simplificada da ficha pode vir a ser preenchida.

Periodicidade da coleta: a ser preenchido para cada participante frequente, revisão anual.

Quadro 4. Caracterização dos perfis de participantes dos programas.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Programa do Plano Macro	Lista de opções, escolha múltipla	Lista com todos os programas do Plano Macro
Nome do(a) participante	Texto curto	
Nome social	Texto curto	
E-mail	Texto curto	
Celular	Número	
Data de nascimento	Data	
Identidade de Gênero	Lista de opções, escolha única, outro	Mulher cisgênero Homem cisgênero Mulher transgênero Homem transgênero Não-binário Outra Prefiro não responder
Raça	Lista de opções, escolha única	Branca Preta Parda Indígena Amarela Prefiro não responder
Identidade cultural	Lista de opções, escolha única, outro	Pescador(a) artesanal Marisqueira Quilombola

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
		Caiçara Indígena Outra Não se aplica
UF de nascimento	Lista de opções, escolha única	Lista dos estados do Brasil
Município de nascimento	Lista de opções, escolha única	Lista dos municípios do Brasil, de acordo com UF
UF de residência	Lista de opções, escolha única	Lista dos estados de abrangência do Plano Macro
Município de residência	Lista de opções, escolha única	Lista dos municípios da UF de residência
Mora em comunidade?	Sim/não	
Zona	Lista de opções, escolha única	Urbana Rural
Nome da comunidade de residência	Texto curto, e opção não se aplica em caso de não residir em comunidade	
Renda	Lista de opções, escolha única	Seguir classes de renda definidas pelo IBGE
Escolaridade	Lista de opções, escolha única	Ensino fundamental completo Ensino fundamental incompleto Ensino médio completo Ensino médio incompleto Ensino superior completo Ensino superior incompleto Pós-graduação (mestre/a) completo Pós-graduação (mestre/a) incompleto Pós-graduação (doutor/a) completa Pós-graduação (doutor/a) incompleta
Ocupação	Lista de opções, escolha única	Lista fechada, Classificação Brasileira de Ocupações/MTE Outras
Participação em movimentos sociais e entidades representativas	Sim/não	
Nome da entidade/movimento social	Texto	
- Se sim, tipo de entidade representativa/movimento que participa	Lista de opções, escolha única	
- Tipo de participação	Lista de opções, outro	Associado/a Diretor/a Presidente Outro
***Observatório** Entidade/Instituição que representa	Texto	
***Observatório** Tipo de entidade/Instituição que representa	Lista de opções, escolha única	Universidade pública Universidade privada Instituição
***Observatório** Cargo/função	Lista de opções, escolha única	Lista
***Observatório** Campo do conhecimento	Lista de opções, escolha única	Lista CNPQ Outros
***Formação continuada** Cargo/função da equipe técnica executora do Plano Macro	Lista de opções, escolha única	Equipe técnica dos programas (definir no mínimo 3 níveis hierárquicos) Analistas do IBAMA Empresas Petrolíferas

*campos específicos por programa

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

2.2. Caracterização do perfil das equipes técnicas executoras do Plano Macro (Quadro 5).

Periodicidade da coleta: preenchimento para cada membro da equipe, no início e fim do contrato, revisão anual.

Quadro 5. Caracterização do perfil das equipes técnicas executoras do Plano Macro.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Nome do programa do Plano Macro	Lista de opções, escolha única	Lista com todos os programas do Plano Macro
Nome do(a) participante	Texto curto	
Nome social	Texto curto	
E-mail	Texto curto	
Celular	Número	
Data de nascimento	data	
Identidade de Gênero	Lista de opções, escolha única, outro	Mulher cisgênero Homem cisgênero Mulher transgênero Homem transgênero Não-binário Outra Prefiro não responder
Raça	Lista de opções, escolha única	Branca Preta Parda Indígena Amarela Prefiro não responder
Identidade cultural	Lista de opções, escolha única	Pescador(a) artesanal Marisqueira Quilombola Caiçara Indígena Não se aplica
UF residência	Lista de opções, escolha única	Lista dos estados brasileiros
Município de residência	Lista de opções, escolha única	Lista dos municípios brasileiros da UF de residência
UF atuação	Lista de opções, escolha múltipla	Lista de estados de abrangência do Plano Macro
Municípios de atuação	Lista de opções, escolha múltipla	Lista de municípios da UF de atuação
Escolaridade	Lista de opções, escolha única	Ensino fundamental completo Ensino fundamental incompleto Ensino médio completo Ensino médio incompleto Ensino superior completo Ensino superior incompleto Pós-graduação (mestre/a) completo Pós-graduação (mestre/a) incompleto Pós-graduação (doutor/a) completa Pós-graduação (doutor/a) incompleta
Área de conhecimento da formação superior	Lista de opções, escolha única	Categorias do CNPQ (Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais; Ciências

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
		Humanas; Linguística, Letras e Artes)
Cargo/função	Lista de opções, escolha única	
Nível hierárquico	Lista de opções, escolha única	Definir no mínimo 3 níveis
Salário (valor)	valor	
Forma de contrato	Opções fechadas, escolha única	CLT Bolsista Estagiário/a Pesquisador/a voluntário/a Consultor/a (...)
Data início do contrato	DD/MM/AA	
Data final do contrato	DD/MM/AA	

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

3. Indicadores de Mobilização

3.1. Caracterização das estratégias de mobilização (Quadro 6).

Periodicidade da coleta: idealmente a cada atividade de mobilização utilizada.

Quadro 6. Caracterização das estratégias de mobilização.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Nome do evento ao qual a mobilização se destina	Lista de opções	Vinculado à tabela de caracterizações de eventos
Estratégia de mobilização	Lista de opções (escolha múltipla)	Vinculado à tabela de caracterizações da divulgação (canais de divulgação)
Período da mobilização	DD/MM/AA	Inicial e final

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

4. Indicadores de Atividades pedagógicas

4.1. Caracterização dos processos de ensino aprendizagem (Quadro 7).

Periodicidade da coleta: idealmente a cada atividade de mobilização utilizada.

Quadro 7. Caracterização dos processos de ensino aprendizagem.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Título do processo de ensino aprendizagem	Texto	Vinculado à tabela de caracterizações de eventos (comunicação e divulgação)
Objetivo de aprendizagem	Texto	
Data Inicial	DD/MM/AA	
Data Final	DD/MM/AA	
Tipo de material de apoio	Lista de opções, escolha múltipla	Vinculado à tabela de caracterizações de materiais (comunicação e divulgação)
Modalidade	Lista de opções, escolha única	Presencial Online Híbrido
Formato	Lista de opções, escolha única	Oficina Seminário/Simpósio Curso/Minicurso Palestra Troca de experiência/ Intercâmbio

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
		Grupo de Estudos Fórum Conferências (...)
Alcance	Lista de opções escolha única	Comunitária Municipal Regional (intermunicipal) Estadual Regional (interestadual) Área de abrangência do Plano Macro
Tema	Opções fechadas, escolha múltipla	Avaliação de impacto ambiental Licenciamento ambiental Gestão ambiental pública Indicadores socioambientais Impactos socioambientais Comunidades tradicionais Educação ambiental crítica ECOLOGIA POLÍTICA Participação e controle social Comunicação e tecnologias (...) Outros
Carga horária	Número de horas	
Certificação	Sim/não	
Responsáveis pela condução dos processos de ensino aprendizagem	Lista de opções, escolha múltipla	Vincular à tabela de caracterização do perfil da equipe técnica do programa de Formação Continuada
Houve avaliação do processo de ensino aprendizagem pelos participantes?	Sim/não	
Houve avaliação do processo formativo pela equipe técnica envolvida com a organização da ação?	Sim/não	

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

5. Indicadores de Incidência Política

5.1. Caracterização dos espaços de participação associados à gestão pública (Quadro 8).

Periodicidade da coleta: a cada nova participação – com revisão anual.

Quadro 8. Caracterização dos espaços de participação associados à gestão pública.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Identificação do participante	Texto curto (nome)	Vincular às tabelas de caracterização do perfil da equipe técnica e dos participantes
Título	Texto	
Nível de participação	Lista de opções, escolha única	Incidência Institucional Incidência propositiva Incidência colaborativa/articulação
Tipo de espaço	Lista de opções, escolha única	Audiência pública; Fórum; Conselho do Meio Ambiente; Conselho de Saúde; Conselho de Cultura; Conselho da Juventude; Conselho de Pesca; Conselho de Agricultura; Conselho do Orçamento Participativo; Conselho de Unidade de Conservação; Comitê de Bacia Hidrográfica; Câmara de Vereadores; Grupo de Trabalho; (...) Outros
Tipo de atividade desempenhada pelos representantes	Lista de opções, escolha única	Participação; Representação;
Frequência de reuniões ordinárias	Lista de opções, escolha única	Evento único; Semanal; Quinzenal; Mensal; Bimestral; Trimestral; Semestral; Anual; Outros;
Característica do assento	Lista de opções, escolha única	Consultivo; Deliberativo;
Abrangência do espaço	Lista de opções, escolha única	Municipal; Regional; Estadual; Nacional; Internacional
Município(s) de abrangência	Opções fechadas, escolha múltipla	
Região	Texto curto	
Estado	Opções fechadas, escolha múltipla	
Alguma entidade participante do programa ocupa assento neste espaço?	Sim/não	Observação: Se sim, vincular à tabela de entidades participantes
Qual participante do programa ocupa assento neste espaço?	Lista de opções, escolha única	Vincular à tabela de perfil de participantes
Importância da participação neste espaço para o programa	Texto	Observação: descrever o espaço na relação com os impactos que incidem sobre os participantes do programa

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

5.2. Caracterização das demandas encaminhadas (Quadro 9).

Periodicidade da coleta: a cada encaminhamento – com revisão quando da mudança do status da demanda.

Quadro 9. Caracterização das demandas encaminhadas.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Identificação do proponente	Texto curto (nome)	Vincular às tabelas de caracterização do perfil da equipe técnica e dos (das) participantes
Título do encaminhamento	Texto curto	
Data do encaminhamento	data	
Descrição resumida	Texto curto	
Instrumento de gestão que deseja intervir	Lista de opções, escolha única, outros	Projeto de Lei Popular; Plano Diretor; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA); Plano Plurianual (PPA); Plano de Manejo de Unidade de Conservação; Licença ambiental; (...)
Tema	Lista de opções, escolha múltipla	Saúde; Saneamento Ambiental; Gestão de Resíduos; Infraestrutura urbana; Educação; Transporte; Mobilidade Urbana; Pesca; Agricultura; Conservação ambiental; Povos e comunidades tradicionais; Regularização fundiária (...)
Nome do espaço de participação ou órgão público onde ocorreu o encaminhamento	Lista de opções, escolha única	Vincular a tabela dos espaços de participação e órgãos públicos
A proposta encaminhada é de autoria ou representa o grupo?	Lista de opções, escolha múltipla	Autoria; Representa interesse do grupo;
Quais impactos a demanda visa mitigar?	Lista de opções, escolha múltipla	Inserir lista de impactos e fatores de vulnerabilidade que integram cada um dos programas do Eixo 4
Resultado	Opções fechadas, escolha única	Aprovada; Reprovada; Encaminhada; Em análise/Pedido de vistas
Quando da mudança de status, registrar data	DD/MM/AA	

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

5.3. Caracterização das propostas executadas (Quadro 10).

Periodicidade da coleta: anual.

Quadro 10. Caracterização das propostas executadas.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Nome da proposta	Vinculada à tabela de propostas encaminhadas	
Data início da execução	DD/MM/AA	
Instituições envolvidas na execução	Lista de opções, escolha múltipla	Prefeitura; (...) Outras
Caracterização dos resultados na relação com os impactos mitigados	Texto	

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

5.4. Caracterização das entidades da sociedade civil participantes do programa (Quadro 11).

Periodicidade da coleta: a cada ingresso de entidade – com revisão anual.

Quadro 11. Caracterização das entidades da sociedade civil participantes do programa.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Nome da entidade	Texto curto	
Tipo de entidade	Lista de opções, escolha única	Associação; Cooperativa; Sindicato; Federação; Colônia de Pesca; Coletivos; Movimentos sociais; Observatório; Redes; (...) Outras
Número total de associados(as)	Número	
Endereço	Endereço geocodificado (localização geográfica)	
A entidade possui sede?	Lista de opções, escolha múltipla	Não; Sim, equipada; Sim, sem equipamentos
Abrangência	Opções fechadas, escolha única	Comunitária; Municipal; Regional; Estadual; Nacional;
Finalidade estatutária ou objetivo	Lista de opções, escolha múltipla	Agricultura; Pesca; Conservação ambiental; Juventude; Organização comunitária; Comercialização; Moradia; Direitos sociais; (...)

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

5.5. Caracterização das ações do programa destinadas ao fortalecimento organizacional (Quadro 12).

Periodicidade da coleta: anual.

Quadro 12. Caracterização das ações do programa destinadas ao fortalecimento organizacional.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Título da ação	Texto curto	
Nome da entidade	Lista de opções, escolha única	*Vincular à tabela de caracterização de entidades*
Tipo de ação	Lista de opções, escolha múltipla	Apoio a editais/captação de recursos; Apoio a execução de projetos; Campanhas para acessar direitos dos associados; Revisão de estatuto; Criação da entidade; Formalização da entidade; Regularização da entidade; Apoio à estruturação física da entidade (...)
Caracterizar a importância da ação para o programa	Texto longo	

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

6. Indicadores de Infraestrutura

6.1. Caracterização das estruturas físicas (necessidade de avaliação quanto à pertinência conforme o objetivo do programa) (Quadro 13).

Periodicidade da coleta: revisão anual.

Quadro 13. Caracterização das estruturas físicas.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Número de estruturas físicas (imóveis) utilizados pelo programa *preencher os campos abaixo para cada imóvel	número	
Próprio ou alugado?	Lista de opções, escolha única	Próprio Alugado
Se próprio, qual o valor de aquisição?	Valor monetário	
Se alugada, qual o valor do aluguel? (custo anual em reais incluindo tributos e taxas)	Valor monetário	
Área em m² da sede	Número (m2)	
Endereço da sede (localização completa)	Endereço geocodificado	
UF	Lista de opções, escolha única	Lista de estados brasileiros
Município	Lista de opções, escolha única	Lista de municípios da UF selecionada
Funções da estrutura	Lista de opções, escolha múltipla	Atendimento ao público Mobilização Planejamento/Gestão Ensino-aprendizagem Divulgação Outros
Abrangência	Lista de opções, escolha única	Comunitária Municipal Regional, Estadual.

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

6.2. Caracterização dos equipamentos (Quadro 14).

Periodicidade da coleta: revisão anual.

Quadro 14. Caracterização dos equipamentos.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
*preencher para todos os equipamentos		
Id equipamento	Chave primária	
Tipo de equipamento	Opções fechadas, escolha múltipla	Móveis Eletrodomésticos Projetores Equipamentos audiovisuais Computador Laptop Tablet Veículos automotores Celulares Chips (pacote de dados) Internet banda larga (velocidade) outros
Finalidade do uso	Lista de opções, escolha múltipla	Equipe técnica Participantes

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

7. Indicadores de Investimento

7.1. Caracterização de investimento por finalidade - custos fixos (Quadro 15).

Periodicidade da coleta: anual.

Quadro 15. Caracterização de investimento por finalidade - custos fixos.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Objeto	Lista de opções, escolha única	Equipamentos (Vincular à ficha de equipamentos) Materiais Locação de equipamentos Locação de imóvel
Data de aquisição	Data	
Valor	Valor	
Local de execução dos recursos	Lista de opções, escolha única	Comunidade/bairro; município; fora do município de atuação

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

7.2. Caracterização de investimento por evento (custos variáveis) (Quadro 16).

Periodicidade da coleta: anual.

Quadro 16. Caracterização de investimento por evento.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Evento/atividade	Opções fechadas, escolha única	Lista de eventos cadastrados
Transporte e hospedagem	Valor	
Alimentação	Valor	
Materiais	Valor	
Locação de equipamentos	Valor	
Locação de espaço	Valor	
Cuidado com crianças	Valor	
Contratação de serviços	Valor	

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

7.3. Caracterização de investimento por material e conteúdo produzido (Quadro 17).

Periodicidade da coleta: anual.

Quadro 17. Caracterização de investimento por material e conteúdo produzido.

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Material/conteúdo produzido	Opções fechadas, escolha única	Lista de material/conteúdo produzidos
Custo (exceto equipe técnica	Valor	
Data de execução		
Local de execução dos recursos	Lista de opções, escolha única	Comunidade/bairro; município; fora do município de atuação

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

7.4. Caracterização de investimentos (equipe técnica executora do Plano Macro) (Quadro 18).

Periodicidade da coleta: anual.

Quadro 18. Caracterização de investimentos (equipe técnica executora do Plano Macro).

Parâmetro	Tipo de dado	Categoria
Tipo de investimento	Lista de opções, escolha única	Salário Bolsas Hospedagem (campo) Transporte (campo) Aluguel de imóveis Aluguel de equipamentos Material de apoio Contratação de serviços
Data da execução	Data	
Valor	Valor monetário	
Local de execução dos recursos	Lista de opções, escolha única	Comunidade/bairro; município; fora do município de atuação

Fonte: Documento 2-3: Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro, 2023.

Apêndice 9 - Glossário

Accountability - Trata-se de um termo sem tradução para o português. Tem como objetivo buscar promover mecanismos de controle da sociedade sobre as políticas públicas. Ou seja, tem relação direta com os valores democráticos no que se refere à participação cidadã nas decisões. No âmbito do licenciamento ambiental, destacamos o objetivo de buscar um conjunto de elementos práticos e teóricos que subsidie a transparência, com a intenção de promover os preceitos democráticos da gestão ambiental pública. [1]

Ação na gestão pública - Processos que envolvem a participação social e a incidência política na construção de agendas políticas, formulação, tomada de decisão, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. A ação pode acontecer em espaços institucionalizados em nível municipal, estadual e/ou federal e visa a ampliação e garantia de direitos de interesse coletivos. Pode ser por meio de conselhos, fóruns, audiências, consultas públicas, sessões nas câmaras legislativas e outras instâncias públicas, por exemplo, conselhos de saúde, educação, audiência pública sobre a implementação de grandes empreendimentos em territórios tradicionais. [2]

Acessibilidade - É a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização, em igualdade de oportunidades, com segurança e autonomia, do meio físico, do transporte, da informação e da comunicação, inclusive dos sistemas e tecnologias de informação e comunicação, bem como de outros serviços e instalações. [3]

Adequação da linguagem - Engloba tanto a tradução de textos técnicos para uma linguagem acessível em termos de conteúdo e formato (por meio de produtos como fotos, vídeos, cartilhas, boletins, mapas interativos, entre outros), quanto a adequação da linguagem popular em documentos técnicos. Visa a democratização da informação quanto a adaptação às demandas populares e deve estar em conformidade com as normas e boas práticas de acessibilidade. [4]

Alijamento político - É compreendido tanto como um processo quanto um produto do impedimento e do desprestígio sistemático da participação social. Historicamente determinados grupos, como mulheres negras e periféricas, povos e comunidades tradicionais, têm pouco acesso ou pouca capacidade de decidir junto de órgãos públicos, por exemplo, sobre o uso e apropriação do ambiente. [2]

Análise de conjuntura - Identificação de distintos cenários, que pode ser políticos, sociais, econômicos e/ou culturais, que envolvem elementos como atores(atrizes), acontecimentos que são relevantes para determinados grupos sociais ou ainda, para um governo, relações de poder e articulações políticas que caracterizam as categorias a serem analisadas para identificar interesses e tendências que poderão influenciar nos processos de decisão da gestão pública e na implementação de políticas públicas. [5]

Arenas de gestão pública - Espaços de relações políticas em constante tensionamento, que envolvem disputas e debates acerca de determinado tema da

gestão pública, com a participação de diferentes atores(atrizes) que, por meio de processos reflexivos e críticos, identificam as assimetrias de poder e de acesso aos recursos econômicos e ambientais, como também, as condições sócio-históricas determinadas pela sociedade, possibilitando a construção de estratégias para defender seus interesses. [6]

Articulação política - Processos de negociações políticas que visam resolver conflitos e fortalecer os espaços de democracia, com o objetivo maior de construir consensos que vão reverberar na gestão pública e na implementação de políticas públicas. [6] [7]

Atores(atrizes) políticos(as) - Grupos, organizações, coletivos sociais alijados de processos decisórios ou não, indivíduos, instituições, órgãos públicos que se colocam nas arenas políticas enquanto representantes de disputas e debates que vão determinar a implementação de políticas públicas. [6] [7] [8]

Atuação estadual - Refere-se às atividades (reuniões, participações em espaços de decisão, eventos de integração) e às articulações que ocorrem no âmbito de cada Estado da área de abrangência do programa, para além de sua ou suas regiões, ou ainda, que envolvam políticas públicas de competência do estado.

Atuação inter-regional - Refere-se às atividades (reuniões, participações em espaços de decisão, eventos de integração) que envolvem múltiplas regiões ou estados da área de abrangência do programa.

Atuação municipal - Refere-se às atividades (reuniões, participações em espaços de decisão, eventos de integração) desenvolvidas no âmbito de cada um dos 26 municípios ou que envolvam políticas públicas de competência municipal.

Atuação nacional - Refere-se às atividades (reuniões, participações em espaços de decisão, eventos de integração) e às articulações sobre políticas públicas de competência federal, e que necessitem do envolvimento de representações dos estados da área de abrangência do programa.

Atuação regional - Refere-se às atividades (reuniões, participações em espaços de decisão, eventos de integração) desenvolvidas no âmbito das sete regiões do programa ou que envolvam políticas públicas de competência regional (p.e. comitê de bacias).

Avaliação - Processo que requer uma abordagem sistêmica, em perspectiva interdisciplinar, para a produção de informações sobre todas as fases do programa, contribuindo para a aprendizagem organizacional, aprimoramento do planejamento e da gestão, e alcance dos objetivos e impactos. [9]

Comunicação - Por meio da comunicação é que se constitui os padrões de vida de uma cultura, por meio dos símbolos e dos significados, ou seja, é na comunicação que se estabelece as vias para que se torne “membro(a)” de uma sociedade. [10] [11] [12]

Comunicação Científica - Ocorre tanto entre pares quanto entre instituições científicas e público geral, almejando a divulgação de pesquisas e resultados científicos, estabelecendo uma divulgação dialógica. [13]

Comunicação dialógica - Relação horizontalizada do processo comunicativo, que incentiva a criticidade. Se opõe, portanto, à comunicação verticalizada, de cima para baixo, como transmissão de informação e de saber. [14] [15] [16]

Comunicação em massa - Utilização de todos os tipos e meios de comunicação para atingir o máximo de indivíduos possíveis, circulando nos espaços públicos como meios utilizados para o maior alcance. São utilizadas ferramentas como: audiovisual, televisão, rádio, fonogramas, internet, livros, revistas, jornais e todos os meios que de alguma forma emitam a informação dada por um transmissor, esse conjunto de ferramentas é denominado mídia. [11] [17] [18]

Comunicação Organizacional - Este tipo de comunicação contempla os meios comunicacionais realizados por meio de empresas privadas, instituições e setor público. Ele compreende os processos internos e externos de divulgação, formação e troca de informações dos movimentos, entidades e organizações. [19] [20]

Comunicação Popular - Este tipo de comunicação tem origem nos grupos populares, é reconhecido como forma de expressão e manifestação política, artística e social, favorecendo o viés articulador dos direitos e justiça social de modo autônomo. [14] [16] [21] [22] [23]

Comunicação social - Disciplina acadêmica que analisa o comportamento humano por meio da comunicação e seus processos em uma sociedade. Não se trata, portanto, de um tipo de comunicação, mas uma área que analisa e dispõe de meios de comunicação, da construção de informações e do estudo de formas de expressão. [11] [12] [20]

Conflitos ambientais - Manifestação da disputa entre grupos sociais com modos de vida diferenciados sobre o território e seus recursos naturais, ocorrendo quando um dos grupos sofre ameaças quanto a sua própria continuidade. Por meio do conflito ambiental é possível compreender as dimensões políticas, socioculturais e jurídicas da disputa em torno do ambiente, inclusive os impactos socioambientais e os fatores de vulnerabilização socioambiental relacionados à indústria petrolífera, assim como os grupos sociais mais afetados. [24] [25] [26] [27] [28] [29]

Controle Social - O controle social na gestão pública, em especial no licenciamento ambiental de petróleo e gás, está condicionado aos processos de participação social dos grupos sociais vulnerabilizados em relação aos impactos socioambientais e de seus fatores de vulnerabilização em relação à indústria de petróleo e gás. Considerando essa premissa, entende-se por controle social enquanto um processo de participação de nível elevado, quando os grupos populares devem ter acesso às tomadas de decisões do Estado por meio de audiências públicas, conselhos, fóruns, agendas, entre outros espaços que permeiam a elaboração, a execução e a vigilância da implementação de políticas públicas. Portanto, envolve, o processo de participação popular no processo de decisão, isto é, a participação democrática em como serão aplicados os recursos e políticas públicas que afetam, direta ou indiretamente, os(as) participantes desse processo. [8] [30] [31]

Dialogicidade - Categoria central do processo de ensino-aprendizagem, que permeia a intencionalidade crítica. É um processo "dialético-problematizador" no qual podemos presenciar o mundo e entender a nossa existência nele em sociedade. Trata-se de um processo que está em construção permanente, como uma realidade incompleta e, por isso, em permanente transformação. [15] [32] [33]

Dinâmica da indústria petrolífera - Refere-se ao complexo processo de interações entre o ambiente, os grupos sociais, os agentes políticos, os empreendimentos e as atividades de pré-produção, produção e distribuição da cadeia produtiva de petróleo e gás. Envolve desde a ocupação das bacias sedimentares e a zona costeira, os mecanismos de facilitação e implementação desses empreendimentos sobre os territórios e os impactos socioambientais que se estendem aos municípios adjacentes. [34]

Educação ambiental crítica - É um processo educativo baseado no diálogo que busca construir, junto aos indivíduos, uma consciência crítica a respeito dos elementos que geram conflitos e/ou riscos ambientais. Na qualidade de medida mitigadora do licenciamento ambiental ela tem a função de constituir sujeitos(as) capazes de instituir processos coletivos para minimizar os impactos gerados pelo empreendimento licenciado. Ou seja, os processos de ensino-aprendizagem devem ser concebidos de modo a levar os(as) sujeitos(as) a se apropriarem da sua realidade, emancipando-os(as), de maneira que possam construir meios para participar das decisões que afetam as suas vidas. [29] [35] [36] [37]

Educomunicação - Está ancorada conceitualmente na comunicação popular, com perspectiva pedagógica e colaborativa, fomentando a reflexão acerca do processo de comunicar e educar em contraposição à mera transmissão de conhecimento. A Educomunicação diferentemente da popular é pautada no uso e apropriação de novas tecnologias. [38] [39] [40]

Educação Popular - Dimensão política da educação, que se coloca enquanto contraponto à "educação bancária". Ao passo em que esta foca na transferência de conhecimento, negando a capacidade das pessoas e dos grupos sociais vulnerabilizados de pensarem e produzirem conhecimento a partir da sua visão de mundo concreto e desigual, a educação popular se contrapõe a partir de uma educação libertadora, dialética e dialógica, em que se concretiza a partir da "ação cultural libertadora". Segundo Freire, ela busca romper com o paradigma da sociedade capitalista que coloca as pessoas em situações e lugares onde são oprimidas pelo sistema. Nesse contexto, entende-se a educação popular enquanto um espaço de construção de conhecimento e realidades permanentes. [15] [32] [33] [41]

Educando(a) - Refere-se às pessoas que estão inseridas em processos de ensino-aprendizagem que tem como princípio a relação dialógica e dialética em relação aos conhecimentos que estão sendo construídos a partir de uma determinada realidade e transformados em ações individuais e coletivas que visam a autonomia, a participação crítica e consciente na sociedade. [15] [32] [33]

Eficiência - Refere-se ao uso ótimo dos recursos disponíveis para alcançar os melhores resultados possíveis. Em políticas públicas, eficiência significa atingir os objetivos planejados com o menor custo e desperdício de recursos, sejam eles financeiros, humanos ou materiais. [42]

Espaços da gestão pública - Referem-se a ambientes ou contextos onde se exercem ações, decisões e processos administrativos. Podem ser consultivos ou deliberativos, organizados em nível local, regional e/ou nacional. Podem ser espaços físicos ou instâncias organizacionais e processuais, por exemplo, espaços de decisão governamental ou legislativa, de participação social, de implementação de políticas públicas, de controle social. Esses espaços devem garantir a democracia e fortalecer o acesso aos serviços públicos. [6] [7] [30]

Formação de agenda política - Define o conjunto de prioridades que são consideradas relevantes para um determinado grupo social ou para um governo, sendo influenciada por interesses, contexto social, político e econômico. [6] [7]

Gestão pública - Processo de planejamento, organização, gerenciamento, controle dos recursos e bens públicos e execução de políticas públicas. Deve ser orientado pelo princípio de interesse público estatal, mediado pelos diversos interesses em nossa sociedade e pela garantia da participação popular nas decisões públicas. [6] [7] [30]

Governança popular - Participação popular nos espaços de controle social, por meio da qual as pessoas afetadas por uma determinada situação são protagonistas e têm autonomia nas suas decisões em relação à ação do Estado. Envolve arranjos políticos, ações de formulação, monitoramento, direcionamento e avaliação da gestão pública, com o objetivo de garantir que as ações executadas pela gestão pública estejam alinhadas ao interesse coletivo. [6] [7]

Incidência política - Conjunto de estratégias, ações e articulações político-institucionais que buscam assegurar direitos e acesso a políticas públicas de determinados grupos, coletivos, organizações sociais que buscam reconhecimento e visibilidade pública no sentido de influenciar as tomadas de decisões realizadas pelo Estado, na formulação de leis e regulamentações. Portanto, envolve a participação social no planejamento de agendas, na formulação, proposição, execução e fiscalização de políticas públicas, assim como, na conquista de marcos legais. Como exemplo, assegurar orçamento público para determinadas finalidades que sejam de interesse coletivo, como orçamento para a saúde, educação, mobilidade. [2]

Indicadores - Parte essencial do monitoramento e avaliação de programas, projetos e políticas públicas. Os indicadores subsidiam a tomada de decisões e contribuem para a transparência e *accountability* de ações públicas e privadas. Buscam expressar um aspecto da realidade por meio da alteração de uma variável, de maneira que se possa observá-lo ou mensurá-lo. [43] [44]

Interlocutores(as) - Pessoas que colaboram com a pesquisa, no sentido do diálogo que informa o estudo, seja por meio de entrevistas ou outra forma de coleta de dados, como observação em campo, grupos focais etc. [45] [46]

Interseccionalidade - Aborda como diferentes formas de discriminação e opressão se interconectam e se sobrepõem na vida das pessoas, com base em raça, gênero, classe, sexualidade, entre outras, e que não devem ser analisadas de forma isolada, mas sim de maneira histórica, contextualizada e como se influenciam mutuamente. Visa aprofundar a compreensão das desigualdades sociais e ajudar a criar políticas públicas e estratégias de luta contra a opressão que considerem as múltiplas dimensões da identidade humana. [27] [47]

Investigação-ação-participante - Método de pesquisa qualitativo que tem como pressuposto considerar o contexto histórico e os fenômenos sociais a partir de quem investiga e está sendo investigado. Nesse tipo de pesquisa, a produção de conhecimento está comprometida com a transformação e a autonomia dos grupos sociais envolvidos, sobretudo daqueles pertencentes a grupos vulnerabilizados. [48] [49] [50] [51]

Lei de diretrizes orçamentárias (LDO) - é elaborada anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano. Pode-se dizer que a LDO serve como um ajuste anual das metas colocadas pelo Plano Plurianual. Algumas das disposições da LDO são: reajuste do salário mínimo, quanto deve ser o superávit primário do governo para aquele ano, e ajustes nas cobranças de tributos. É também a LDO que define a política de investimento das agências oficiais de fomento, como o BNDES. [52]

Lei Orçamentária anual (LOA) - É o orçamento anual propriamente dito. Prevê os orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimentos das estatais. Todos os gastos do governo para o próximo ano são previstos em detalhe na LOA. É dividida por temas, como saúde, educação e transporte. Prevê também quanto o governo deve arrecadar para que os gastos programados possam de fato ser executados. Essa arrecadação se dá por meio dos tributos (impostos, taxas e contribuições). Destaca-se que os três níveis de governo elaboram seus próprios documentos orçamentários, já que cada um possui suas próprias despesas e responsabilidades. [52]

Marcadores sociais de diferença - Construções sociais produzidas, em determinado contexto histórico, baseadas na cor de pele, etnia, gênero, idade, classe, deficiência, origem, religião ou qualquer outra categoria de diferenciação social. Essas diferenças são organizadas econômica, cultural e politicamente em nossa sociedade e acabam conformando identidades coletivas, as quais estão frequentemente associadas a estigmas e preconceitos. [53]

Mídia - Consiste no conjunto dos diversos meios de comunicação, com a finalidade de transmitir informações e conteúdos variados. O universo midiático abrange uma série de diferentes plataformas que agem como meios para disseminar as informações, como os jornais, revistas, a televisão, o rádio e a internet. [10] [54] [55]

Monitoramento - Processo sistemático e contínuo de acompanhamento de uma política, programa ou projeto, baseado em um conjunto restrito – mas significativo e periódico – de informações, que permite uma rápida avaliação situacional e uma identificação de fragilidades na execução, com o objetivo de subsidiar a intervenção

oportuna e a correção tempestiva para o atingimento de seus resultados e impactos. [9]

Ordenamento territorial - Consiste no planejamento das ocupações, no potencial do aproveitamento das infraestruturas existentes e em assegurar a preservação de recursos limitados. É um instrumento para a implementação de políticas no território. A Constituição do Brasil determina que o ordenamento territorial das cidades seja feito por meio de "planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano" (artigo 30, VIII). [56] [57]

Orçamento público - Instrumento de planejamento que detalha a previsão e destinação de recursos arrecadados, como por exemplo, impostos e outras receitas estimadas. Ao englobar receitas e despesas, o orçamento é peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas e indica as prioridades do Governo para a sociedade. A Constituição Federal apresenta dois importantes documentos estabelecidos por lei: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Elas são iniciadas por proposta do Poder Executivo no ano anterior ao de sua vigência, apreciadas e aprovadas pelo Congresso Nacional, e sancionadas pelo Presidente da República. [52]

Participação popular - Ocorre quando vários segmentos da sociedade possuem representação nos espaços de decisão da gestão pública, no quais são decididos aspectos relacionados ao ambiente, à organização da sociedade e dos territórios. A participação é popular quando há atuação de grupos sociais em maior situação de vulnerabilidade socioambiental. No âmbito da gestão ambiental pública, é o meio pelo qual esses grupos populares podem intervir na tomada de decisão a fim de que sejam adotadas medidas que atendam aos seus interesses, exercendo controle sobre a ação do Estado e exigindo prestação de contas da atuação dos gestores públicos. [31]

Perspectiva intergeracional - Diz respeito à justiça social e ambiental entre gerações passadas, presentes e futuras. Destaca a responsabilidade entre gerações, quando a geração presente deve criar condições sociais, ambientais e econômicas para as gerações futuras, respeitando as gerações passadas num processo que busca a equidade geracional a longo prazo, ou seja, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas de acesso à previdência social, à saúde, educação, garantindo um equilíbrio entre as necessidades e oportunidades para todas as gerações. [58] [59]

Pesquisa-ação - Pesquisa social de base empírica, orientada pela valorização dos conhecimentos e do diálogo entre os(as) participantes da pesquisa e pelo compromisso em responder às suas indagações e resolver o problema coletivo de forma cooperativa ou participativa. [48] [50] [60] [61] [62] [63] [64]

Postura pedagógica - Processo dialógico e constante entre educadores(as) e educandos(as) considerando o contexto histórico em seu espaço e tempo, ou seja, em movimento, para que a compreensão dos resultados esteja não somente na ação em si, mas na totalidade do processo educativo. [15] [32] [33]

Povos e comunidades tradicionais - Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, e utilizam conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. [65]

Plano - Instrumento de elevado nível hierárquico e estratégico na gestão pública. Abrange diretrizes, objetivos, metas e outros componentes de gestão para atender às necessidades da sociedade. Deve estar orientado em diagnósticos amplos e por prioridades definidas pelo interesse público. Serve como base para a elaboração de programas e projetos, desdobrando-se em Planos de Trabalhos de natureza mais específica e menor nível hierárquico. [6] [7]

Plano Plurianual (PPA) - Esse é o documento que traz as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. Prevê, entre outras coisas, as grandes obras públicas a serem realizadas nos próximos anos. Ele tem vigência de quatro anos, portanto deve ser elaborado criteriosamente, imaginando-se onde se quer chegar nos próximos quatro anos. Expressa a visão estratégica da gestão pública. [52]

Práxis - Compreendida como a estreita relação que se estabelece entre um modo de interpretar a realidade e a vida, e a consequente prática que decorre desta compreensão levando a uma ação transformadora. Opõe-se às ideias de alienação e domesticação, gerando um processo de atuação consciente que conduza a um discurso sobre a realidade para modificar esta mesma realidade. É uma síntese entre teoria-palavra e ação. A palavra enquanto compreensão exige a transformação e torna-se indissociável da necessidade de atuação: torna-se, pois, “palavração”, segundo o neologismo de Paulo Freire. A partir do momento em que alguém compreende e toma consciência do seu papel no mundo, sua transformação se torna inevitável e gera, portanto, uma ação para atingir tal fim. [15] [32] [33]

Processos de ensino-aprendizagem - Referem-se às dinâmicas em que educadores(as) e educandos(as) interagem para a construção do conhecimento, configurando uma relação dialógica em que ambos aprendem e ensinam mutuamente. Nesse sentido, ensinar não é transmitir informação ou conhecimentos, mas criar condições para que o(a) educando(a) e o educador(a) reconstruam seus saberes, partindo de suas experiências e da realidade concreta. Portanto, esses processos buscam contribuir para o desenvolvimento da capacidade crítica e autonomia do(a) sujeito(a), para que este(a) venha intervir em sua realidade. Destaca-se que os processos de ensino-aprendizagem se concentram na construção dialógica com foco na troca de saberes específicos e possuem dimensão pedagógica. [15] [32] [33] [41]

Processos Educativos - São mais amplos e genéricos, envolvendo todas as situações em que há influência na formação de valores, saberes e comportamentos. Buscam, também, o diálogo com a realidade concreta do(a) educando(a), tendo como horizonte a emancipação humana. As intencionalidades carregadas no processo educativo podem tanto reforçar estruturas de dominação ou possibilitar processos de libertação, pois a educação é um ato político que possui essa

intencionalidade de escolha. Considerando a educação ambiental crítica, os processos educativos nesse contexto possuem a intencionalidade de contribuir para a transformação e libertação dos(as) educandos(as) e dos(as) educadores(as). Ademais, possuem dimensão formal (escolas) e não-formal (convívio familiar, ações comunitárias) e abrangem todas as situações de aprendizagem e formação. [15] [32] [33] [41]

Processos Formativos - Visam a construção de uma prática educativa que promova a emancipação e a transformação social. Portanto, os processos formativos orientados por tais pressupostos, buscam mobilizar o(a) sujeito(a) para o "inédito viável", ou seja, para a criação de novas possibilidades que rompam com as condições de opressão e desigualdade. Ademais, nesses processos a dimensão educativa transcende o campo meramente acadêmico ou cognitivo e incorpora aspectos éticos, sociais, culturais e políticos, envolvendo a constituição integral do(a) sujeito(a). [15] [32] [33] [41]

processos tecno-políticos - Está associado ao papel da tecnologia no desenvolvimento de políticas públicas e na governança, considerando a interação entre tecnologia e política e seus impactos nos processos político e sociais, ou seja, como os avanços tecnológicos influenciam nas relações de poder, nas decisões políticas e nas mobilizações sociais. Relaciona-se com o papel da tecnologia na política. [6] [7]

Programa - Instrumento estratégico de desenvolvimento do plano. Organiza os elementos necessários para alcançar os objetivos definidos no plano. É mais específico e voltado para a articulação de diferentes ações relacionadas a um tema ou problema. [6] [7]

Projeto - Instrumento de nível mais tático e detalhado. É uma intervenção específica, com recursos, prazos e resultados esperados, que contribui para a execução de um programa. [6] [7]

Políticas públicas - Ações elaboradas e aplicadas pelo Estado para a resolução de problemas e conflitos presentes na sociedade, envolvendo medidas, projetos, planos e programas desenvolvidos para garantir os direitos previstos na Constituição Federal e demais leis. [6] [7] [30]

Racismo ambiental - Conjunto de estruturas e práticas discriminatórias com relação ao uso e apropriação do ambiente, cujos impactos incidem de maneira desigual sobre pessoas negras, indígenas e povos e comunidades tradicionais. Baseia-se na naturalização de hierarquias sociais a partir de diferenças étnico-raciais e socioculturais, em que determinados grupos são destituídos de direitos e sacrificados em prol de políticas de desenvolvimento e ordenamento territorial. [66] [67]

Recursos de poder - São todos os instrumentos e meios que permitem aos gestores públicos tomar decisões, executar políticas e administrar de forma eficiente as questões sociais e econômicas. [6] [7]

Rendas petrolíferas - Conforme o PMCRP, são as compensações financeiras (*royalties* e participações especiais) da cadeia produtiva de petróleo e gás, como

também, a massa salarial e os principais tributos[15] gerados pelas atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural. [68]

SITUAÇÕES-LIMITE - A Pedagogia do oprimido, que não pode ser teorizada e praticada pelos(as) opressores(as), é um instrumento para a descoberta e de transformação, pelos(as) oprimidos(as), de sua situação de opressão: "da situação-limite", ao "percebido-destacado" e, deste, ao "ato-limite" e ao "inédito-viável". É, portanto, educação libertadora, problematizadora, que se contrapõe à educação bancária, domesticadora. Ela se concretiza como ação cultural para a liberdade. É uma ação realizada "com os(as) oprimidos(as) e não para eles(as)", seja na escola, seja no processo de mobilização ou de organização popular para a luta, defesa dos direitos e reivindicação da justiça. [15] [32] [33]

TEMAS GERADORES - São determinados temas ou assuntos que se relacionam com a realidade concreta dos(as) educandos(as), ou seja, possuem determinada relevância social, cultural para os(as) educandos(as), proporcionando reflexões e pensamentos críticos diante das injustiças socioambientais. A partir do tema gerador é possível desenvolver processos de ensino-aprendizagem capazes de contribuir para a emancipação e libertação coletiva das pessoas. [15] [32] [33]

[15] Inicialmente serão considerados o IPTU, ISS e ICMS. A justificativa para definição desses impostos pode ser conhecida no já citado Documento de Premissas do PMCRP. Sobre a tributação de atividades realizadas no mar territorial, cabe destacar que: " Tendo em vista que a titularidade do mar territorial foi conferida à União Federal, em interpretação sistemática do texto constitucional, por aplicação do princípio constitucional da imunidade recíproca insculpida no artigo 151, I da Constituição Federal, a tributação em águas marítimas é vedada aos Estados e Municípios." "Logo, as atividades ocorridas nas águas marítimas, por elas mesmas, não autorizam a incidência do aludido imposto municipal à falta de autorização constitucional e por gerar colisões normativas e conflitos de competência, pois os serviços ali prestados são de competência da União." "Todavia, inobstante a complexidade do tema e as diversas interpretações e abordagens que possam ser defendidas, o que se observa é a tendência jurisprudencial no sentido de afirmar a competência dos entes municipais em tributar serviços prestados em águas marítimas, inclusive em ampliar os termos da lista de serviços para alcançar quaisquer outras atividades com o núcleo semântico daquele item expressamente descrito, eis que comporta interpretação extensiva." (Simões, 2014 apud PMCRP 2021).

Referências

[1] BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho; e SCHURGELIES, Vinícius. *Accountability* nos atos da administração pública federal brasileira.: **Pretexto**, v. 19, nº 4, p. 46-62, 2018.

[2] CARREIRA, Denise. Indicadores de incidência em políticas públicas: afinando olhares e perspectivas. **La Piragua**, v. 26, p. 79-84, 2007.

[3] CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Acessibilidade**. Disponível em: Acessibilidade - Conselho Nacional do Ministério Público. Acesso em: dez. 2024.

[4] CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Heterogeneidade da escrita: a novidade da adequação e a experiência do acontecimento. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 8, p. 269-286, 2007.

[5] SOUZA. Herbert José. **Análise de conjuntura**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

[6] MATUS, Carlos. **Teoria do Jogo Social**. São Paulo: Fundap, 2005.

[7] MATUS, Carlos. **Política, planejamento e governo.** Brasília: ENAP, 1996.

[8] QUINTAS, José Silva. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. Brasília: MMA, 2005.

[9] JANNUZZI, Paulo de Martino. Monitoramento analítico como ferramenta para aprimoramento da gestão de programas sociais. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 1, p. 36-65, 2020.

[10] BORDENAVE, Juan Díaz. **Além dos meios e das mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**. Petrópolis: Vozes, 1983.

[11] BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é comunicação**. Editora Brasiliense, 1982.

[12] CALHOUN, Craig. **Comunicação como Ciência Social (e mais)**. Tradução de Edgard Rebouças. Intercom – RBCC São Paulo, v. 35, n.1, p. 277-310, 2012.

[13] VALERIO, Palmira Moriconi; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Da comunicação científica à divulgação. **Transinformação**, Campinas, v. 2, n. 20, p. 159-169, 2008

[14] FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 1ª ed. Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

[15] FREIRE, Paulo. **La educación como práctica de la libertad**. Montevideo: Tierra Nueva, 1969.

[16] KAPLÚN, Mario. **Uma pedagogia da comunicação**. Madri: Ed. De la Torre, 1998.

[17] SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação de massa e desenvolvimento: o papel da informação nos países em crescimento**. 2ª ed. Tradução de Muniz Sodré e Robert Lent. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

[18] SERRA, Joaquim Paulo. A comunicação de massa e os mass media. In: SERRA, Joaquim Paulo. **Manual de Teoria da Comunicação**. Covilhã: Livros Labcom, ´. 143-167, 2007.

[19] SILVA, Marcelo Pereira da. **Comunicação institucional, gestão e atores organizacionais**. Ponta Grossa: Atena, 2021.

[20] TORQUATO, Gaudêncio. **Comunicação nas Organizações**. São Paulo: Editora Summus Editorial, 2015.

[21] PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Pedagogia da comunicação popular e comunitária nos movimentos sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

[22] PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. In: MONTEIRO NETO, Aristides (Org.). **Sociedade, política e desenvolvimento. Desenvolvimento nas Ciências Sociais: o Estado das Artes, Livro 2**. Brasília: Ipea, p. 161-195, 2014.

[23] PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Revista ECO-Pós**, v. 12, n. 2, p. 46-61, 2009.

[24] ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais – a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 7-12, 2004.

[25] ACSELRAD, Henri. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro: FIBGE, 2006.

[26] FISCHER, Jéssica Verly. **Mensuração de impactos sociais: uma análise sobre a vulnerabilidade ambiental de comunidades de pescadores artesanais sujeitas aos impactos de empreendimentos costeiros**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento Costeiro) - Instituto de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

[27] RODIN, Patricia; WALTER, Tatiana. Conflitos ambientais no Brasil: Considerações acerca da interseccionalidade de raça, classe e gênero. In: WALTER, Tatiana; CALDASSO, Liandra Peres; VERLY, Jéssica Fischer. **Avaliação de impactos ambientais sob uma perspectiva crítica: reflexões a partir dos impactos da cadeia produtiva de petróleo sobre pescadores e pescadoras artesanais**. Rio de Janeiro: PoD, p. 209-228, 2023.

[28] ZHOURI, Andréa; Laschefski, Klemens. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. In: ZHOURI, Andréa; Laschefski, Klemens. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 11-34, 2010.

[29] WALTER, Tatiana; ANELLO, Lucia Fátima Socoowski. A Educação Ambiental Enquanto Medida Mitigadora e Compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto. **Revista Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 17(1), p. 73-98, 2012. p.

[30] SECHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

[31] UEMA, Elizabeth Eriko. **Pensando e praticando a educação no processo de gestão ambiental: controle social e participação no licenciamento**. Brasília: IBAMA, 2006.

[32] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

[33] FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

[34] PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (org.). **Petróleo e Região no Brasil: O Desafio da Abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

[35] LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

[36] QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. *In*: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Repensar a Educação Ambiental: Um olhar crítico**. São Paulo, Editora Cortez, p. 33-80, 2009.

[37] QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da Educação Brasileira**. Brasília: MMA, 2004.

[38] ANDRADE, Lílian Bhruna Pinho de; ROMANCINI, Richard. **Educomunicação e Pedagogia de Projetos: abordagens e convergências**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Curitiba: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009.

[39] SOARES, Ismar de Oliveira. **Alfabetização e educomunicação. O papel dos meios de comunicação dos jovens e adultos ao longo da vida**. 3º Telecongresso Internacional de Educação de Jovens e Adultos. DF: Conselho Federal de Psicologia, 2003.

[40] SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. In: COSTA, Maria Cristina Castilho; CITELLI, Adilson (org.). **Educomunicação: construindo uma área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, p. 12-24, 2011.

[41] PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

[42] JANNUZZI, Paulo de Martino. Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social: Três valores em disputa na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. **Revista Direito e Desenvolvimento**, v. 11, n. 1, p. 40-59, 2020.

[43] JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

[44] JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais do Brasil: Conceitos, fontes de dados e aplicações**. São Paulo: Editora Alínea, 2004.

[45] MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

[46] VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

[47] CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10 (1), 2002.

[48] BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação na pesquisa – um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa Participante – A Partilha do Saber**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

[49] CICHOSKI, Pâmela. **A interdisciplinaridade na pesquisa e na ação participativa – contribuições de Orlando Fals-Borda**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

[50] COLETTE, Maria Madalena. **Pesquisa-ação participativa e compromisso social da universidade**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

[51] FALS-BORDA, Orlando. Remaking Knowledge. *In*: FALS-BORDA, Orlando; RAHMAN, Muhammad Anisur (Org.). **Action and Knowledge**. Nova Iorque: The Apex Press, 2008.

[52] BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Orçamento Público**. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento. Acesso em: dez. 2024.

[53] SAGGESE, Gustavo Santa Roza; MARINI, Marisol; LORENZO, Rocío Alonso; SIMÕES, Júlio Assis; CANCELA, Cristina Donza (org.). **Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica**. São Paulo: Terceiro Nome, Editora Gramma, 2018.

[54] DANTAS, Marcos. **Comunicações, desenvolvimento, democracia: desafios brasileiros no cenário da mundialização mediática**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

[55] VICENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

[56] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Texto consolidado. Brasília, DF: Senado Federal, 2018.

[57] BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**. Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília: MI, 2005. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/ministerio_integracao_2005_ordenamento_territorial.pdf. Acesso em: dez. 2024.

[58] DOMINGUES, José M. Gerações, modernidade e subjetividade. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo: 14(1), p. 67-89, 2002.

[59] MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. Tradução de Cláudio Marcondes. In: MARIALICE, Mencarini Foracchi (org.). **Karl Mannheim: Sociologia**. São Paulo, Ática, p. 67-95, 1952.

[60] THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

[61] THIOLLENT, Michel; SILVA, Generosa de Oliveira. Metodologia da pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 93-100, 2007.

[62] THIOLLENT, Michel; COLETTE, Maria Madalena. Pesquisa-ação, universidade e sociedade. **Revista Mbote**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 42-66, 2020.

[63] TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

[64] ZWICK, Eisa; BERTOLIN, Rosangela Violetti; BRITO, Mozar José de. Action research and socio-practical organizational learning: a theoretical approach. **Brazilian Journal of Management/Revista de Administração da UFSM**, v. 11, 2018.

[65] CARDOSO, Eduardo Schiavone. Conhecimento, política e território na pesca artesanal brasileira**.** *In*: DE PAULA, C. Q.; SILVA, C. N.; SILVA, C. A. (org.). **Geografia & Pesca Artesanal Brasileira**. Belém: GAPTA/UFPA, v. 2, p. 289-311, 2019.

[66] HERCULANO, Selene. O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 3, n. 1 (2), 2008.

[67] HERCULANO, Selene. **Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental**. Texto apresentado no I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental Fortaleza, 20 a 22 de novembro de 2006..

[68] BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Proposta Metodológica do Programa Macrorregional de Caracterização de Rendas Petrolíferas - PMCRP**. Processo IBAMA nº02001.032727/2019-90 (Plano Macro): Proposta Metodológica. Volume Único, Revisão 01. Rio de Janeiro: Ibama, 2021.